

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
Área de Concentração: Gestão de Negócios**



JOSÉ LUIS DALTO

**COMPETITIVIDADE E DESEMPENHO DAS
EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO
AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO: 1989/2002**

LONDRINA
2004

JOSÉ LUIS DALTO

COMPETITIVIDADE E DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES
DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO: 1989/2002

Dissertação apresentada ao Programa PPA –
Mestrado em Administração da Universidade
Estadual de Londrina (UEL) e Universidade
Estadual de Maringá (UEM) como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Administração.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Gabardo da
Câmara.

Londrina
2004

JOSÉ LUIS DALTO

COMPETITIVIDADE E DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES DO
COMPLEXO AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO: 1989/2002

Dissertação apresentada ao Programa PPA –
Mestrado em Administração da Universidade
Estadual de Londrina (UEL) e Universidade
Estadual de Maringá (UEM) como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Administração.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Gabardo da
Câmara.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Gabardo da Câmara
(Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima S. de S. Campos
(UEL/CESA)

Prof. Dr. Paulo da Costa Lopes
(PPA/UEL)

Londrina, _____ de _____ de 2004.

DEDICATÓRIA

À minha esposa Glaicy,
Pelo carinho, compreensão e apoio constante
À meu filho Luis Fernando,
Para que persevere no caminho do
conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Deus,
Pela perseverança e fé;

À professora Márcia,
Pelo apoio incondicional, pelas orientações, pela dedicação,
Pelo profissionalismo com que conduz seu trabalho, meu muito obrigado;

Às Universidades de Londrina e Maringá,
Pela oportunidade de concretização de meus ideais.

Aos meus pais Gervásio e Fátima,
Pelo incentivo, cooperação e ensinamentos oferecidos ao longo da minha vida;

Aos professores do PPA,
Que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização deste trabalho.

Aos Secretários do PPA,
Sempre dispostos a nos ajudar naquilo em tudo que precisávamos.

A todos,
Que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

*“Há homens que lutam um dia, e por isso são bons;
Há outros que lutam um ano, e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida,
Esses são os imprescindíveis.”*

Bertold Brecht

DALTO, José Luis. *Competitividade e desempenho das exportações do complexo agroindustrial brasileiro: 1989/2002*. 2004. 159f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2004.

RESUMO

O objetivo principal do trabalho é examinar o comportamento e a competitividade das exportações de produtos originários da agroindústria brasileira no período de 1989 a 2002. Os produtos que compõem a pauta brasileira agroindustrial foram agrupados em complexos de produtos agroindustriais, os quais representam mais de 70% das exportações brasileiras. Para a análise foram utilizados o indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) e aplicado o modelo Constant Market-Share (CMS), que decompôs os dados em fontes de crescimento das exportações. As fontes de crescimento das exportações brasileiras de produtos agroindustriais foram calculadas em relação às alterações/evolução da pauta de produtos agroindustriais mundial e também por mercados de destinos, sendo considerados para tanto 6 mercados: Mercosul (exceto Brasil), Nafta, Europa, Ásia, África e Oceania. Ao longo do período estudado (1989 a 2002) houve baixo desempenho das exportações brasileiras, principalmente no início e final da década de 90. Mas a partir do início da década de 2000, observa-se nova fase de crescimento das exportações brasileiras, e impulsionadas pelo desempenho da pauta de produtos agroindustriais. Nota-se também que ao longo de todo período a balança agroindustrial brasileira, permanece positiva, minimizando o desempenho deficitário dos demais segmentos da economia brasileira. Com a aplicação do modelo CMS confirmamos o efeito competitividade como o principal responsável pelo desempenho dos produtos agroindustriais, acompanhado pelo indicador crescimento do comércio mundial. Os indicadores composição da pauta de exportações e destino das exportações apresentaram, de uma maneira geral, evolução quase nula, sendo mais expressivos na década de 2000, indicando a necessidade da ampliação da pauta de produtos brasileiros, assim como uma maior diversificação nos mercados de destino das exportações brasileiras.

Palavras-Chave: Exportações Agroindustriais; Competitividade; Comércio Internacional.

DALTO, Jose Luis. Competitiveness and performance of the Brazilian agroindustry complex exportations: 1989/2002. 2004. 159f. Dissertação (Master in Administration) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2004.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze the behavior and the competitiveness of the Brazilian agroindustry, ordinary products, exportations, between 1989 and 2002. The products that compose the Brazilian agroindustry guideline had been grouped in complex agroindustry products, which represent more than 70% of Brazilian exportations. For the analysis, had been used the pointer of Disclosed Compared Advantages (VCR) and applied the model Constant Market-Share (CMS), that decomposed the informations in sources of exportations growth. The sources of Brazilian agroindustry exportations products growth, had been calculated in relation to changes of the world-wide agroindustry products guideline and markets destinations, also being considered 6 markets way: Mercosul (except Brazil), Nafta, Europe, Asia, Africa and Oceania. During the studied period (1989 to 2002) it had overhead the Brazilian exportations, mainly in the beginning and end of the 90's years. But from the beginning of the year 2000, Brazilian exportations had a new phase of growth, and stimulated the performance of agroindustry products guideline, observed. It is also noticed that throughout all period the Brazilian agroindustry scale, remains positive, minimizing the deficit performance of the others Brazilian economy segments. Using the CMS application model we confirm the competitiveness effect as the main responsible for agroindustry products performance, followed by the world-wide commerce growth indicator. The pointers guideline exportations composition and exportations destination, presented, in general, an almost null evolution, being more express in the year 2000, indicating the necessity of magnifying the Brazilian products guideline, as well as to increase destination markets of Brazilian exportations.

Key - words: Agroindustry exportations; Competitiveness; International commerce.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportações Mundiais, Exportações Brasileiras e Participação das Exportações Brasileiras – 1970 a 2003 (US\$ milhões).....	68
Tabela 2 – Exportações, Importações e Balança Comercial Brasileira – 1989 a 2003 (US\$ milhões)	75
Tabela 3 – Volume (US\$ milhões) e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras – por complexo de produtos – 1989 a 2002	78
Tabela 4 – Participação dos Complexos Agroindustriais nas Exportações Brasileiras – 1989 a 2002	81
Tabela 5 – Volume e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras – por Mercados de Destino – 1989 a 2002	84
Tabela 6 – Participação das Exportações Brasileiras – por Mercados de Destino – 1989 a 2002.....	85
Tabela 7 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para o Mercosul - por Complexo Agroindustrial – 1989 a 2002	88
Tabela 8 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para o Nafta - por complexo agroindustrial - 1989 a 2002	88
Tabela 9 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para a Europa – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002	92

Tabela 10 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para a Ásia - por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002	92
Tabela 11 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para África – por complexo agroindustrial – 1989 a 2002.....	96
Tabela 12 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para a Oceania – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002	96
Tabela 13 – Volume (US\$) e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Mundiais – por Mercado de Destino – 1989 a 2002.....	98
Tabela 14 –Exportações Mundiais por Mercado de Destino - 1989 a 2002 (Participação - %)	100
Tabela 15 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações do Mercosul - por Complexo Agroindustrial – 1989 2002	103
Tabela 16 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações do Nafta - por Complexo Agroindustrial – 1989 a 2002	103
Tabela 17 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações da Europa - por Complexo Agroindustrial – 1989 a 2002	107
Tabela 18 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações da Ásia - por Complexo Agroindustrial – 1989 a 2002.....	107

Tabela 19 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações da África - por Complexo Agroindustrial – 1989 a 2002	109
Tabela 20 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações da Oceania - por Complexo Agroindustrial – 1989 a 2002	109
Tabela 21 – Volume (US\$) e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Mundiais – por Complexo de Produtos – 1989 a 2002	111
Tabela 22 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e Mundiais e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras - por Complexo Agroindustrial (%) - 1989 a 2002	113
Tabela 23 - Taxas de crescimento das exportações Agroindustriais Brasileiras e do Mercosul e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para o Mercosul - por Complexo Agroindustrial (%) – 1989 a 2002	116
Tabela 24 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e do Nafta e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para o Nafta - por Complexo Agroindustrial (%) – 1989 a 2002	118
Tabela 25 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e da Europa e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para a Europa - por Complexo Agroindustrial (%) – 1989 a 2002	119
Tabela 26 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e da Ásia e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para a Ásia - por Complexo Agroindustrial (%) – 1989 a 2002	121

Tabela 27 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e da África e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para a África - por Complexo Agroindustrial (%) – 1989 a 2002	122
Tabela 28 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e da Oceania e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para a Oceania - por Complexo Agroindustrial (%) – 1989 a 2002	123
Tabela 29 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de Produto Selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria Mundial - 1989 a 2002	125
Tabela 30 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de Produto Selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria do Mercosul - 1989 a 2002	126
Tabela 31 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de Produto selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria do Nafta - 1989 a 2002.	127
Tabela 32 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de produto Selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria da Europa - 1989 a 2002	128
Tabela 33 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por complexo de produto selecionado da agroindústria brasileira em relação à agroindústria da Ásia - 1989 a 2002	129
Tabela 34 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de Produto selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria da África - 1989 a 2002.....	130

Tabela 35 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de Produto selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria da Oceania – 1989 a 2002.....	132
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Balança Comercial Brasileira, Balança Agroindustrial e Balança dos Demais Setores da Economia – 1990 a 2002 (US\$ milhões)	71
Gráfico 2 – Exportações, Importações e Balança Comercial Brasileira – 1989 a 2003 (US\$ mil)	76
Gráfico 3 – Participação dos Complexos Agroindustriais nas Exportações Brasileiras – 1989 a 2002	82
Gráfico 4 – Evolução das Exportações Brasileiras para o Mercosul – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002.....	89
Gráfico 5 –Evolução das Exportações Brasileiras para o Nafta – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002	89
Gráfico 6 – Evolução das Exportações Brasileiras para a Europa – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002.....	93
Gráfico 7 – Evolução das Exportações Brasileiras para a Ásia – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002.....	93
Gráfico 8 – Evolução das Exportações Mundiais – por Mercado de Destino – 1989 a 2002 – (US\$ mil FOB).....	99

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVO GERAL.....	19
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
2 COMÉRCIO INTERNACIONAL E COMPETITIVIDADE	24
2.1 EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL	24
2.2 EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE COMPETITIVIDADE.....	28
2.3 POLÍTICAS PROTECIONISTAS E MEDIDAS RESTRITIVAS AO COMÉRCIO	41
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.1 MODELOS DE COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL	50
3.1.1 O Modelo Constant-Market-Share (CMS)	50
3.1.2 Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR).....	61
4 EVOLUÇÃO E DESEMPENHO DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO	63
4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DERIVADAS DA AGROINDÚSTRIA.....	63
4.2 EVOLUÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - POR COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS SELECIONADOS.....	76
4.2.1 Evolução das Exportações do Sub-Período I (1989 a 1992) para o Sub-Período II (1993 a 1996).....	77
4.2.2 Evolução das Exportações do Sub-Período II (1993 a 1996) para o .Sub-Período III (1997 a 1999).....	77
4.2.3 Evolução das Exportações do Sub-Período III (1997 a 1999) para o .Sub-Período IV (2000 a 2002)	78
4.2.4 Evolução das Exportações do Sub-Período I (1989 a 1992) para o Sub-Período IV (2000 a 2002)	79
4.2.5 Complexo Açúcar	79
4.2.6 Complexo Café.....	80
4.2.7 Complexo Carnes.....	80

4.2.8	Complexo Laranja	81
4.2.9	Complexo Madeira	81
4.2.10	Complexo Soja	82
4.3	EVOLUÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – POR MERCADOS DE DESTINO.....	83
4.3.1	Evolução das Exportações do Sub-Período I (1989 a 1992) para o Sub-Período II (1993 a 1996).....	83
4.3.2	Evolução das Exportações do Sub-Período II (1993 a 1996) para o Sub-Período III(1997 a 1999).....	83
4.3.3	Evolução das Exportações do Sub-Período III (1997 a 1999) para o Sub-Período IV (2000 a 2002)	84
4.3.4	Evolução das Exportações do Sub-Período I (1989 a 1992) para o Sub-Período IV (2000 a 2002)	85
4.3.5	Evolução das Exportações Brasileiras para o Mercosul.....	85
4.3.6	Evolução das Exportações Brasileiras para o Nafta.....	86
4.3.7	Evolução das Exportações Brasileiras para a Europa.....	90
4.3.8	Evolução das Exportações Brasileiras para a Ásia	91
4.3.9	Evolução das Exportações Brasileiras para a África	94
4.3.10	Evolução das Exportações Brasileiras para a Oceania	94
4.4	EVOLUÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DA AGROINDÚSTRIA.....	97
4.4.1	Evolução da Pauta de Exportações Mundiais - por Mercados de Destino ..	98
4.4.1.1	Mercado de Destino: MERCOSUL	100
4.4.1.2	Mercado de Destino: NAFTA.....	101
4.4.1.3	Mercado de Destino: EUROPA	104
4.4.1.4	Mercado de Destino: ÁSIA	105
4.4.1.5	Mercado de Destino: ÁFRICA	108
4.4.1.6	Mercado de Destino: OCEANIA	110
4.4.2	Evolução da Pauta de Exportações Mundiais - por Complexo de Produtos.....	111
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	112
5.1	CONSTANT-MARKET-SHARE (CMS)	112
5.1.1	Mercado de Destino: Exportações Mundiais	112
5.1.2	Mercado de Destino Mercosul.....	115

5.1.3 Mercado de Destino: NAFTA.....	117
5.1.4 Mercado de Destino: Europa.....	118
5.1.5 Mercado de Destino: Ásia	120
5.1.6 Mercado de Destino: África	121
5.1.7 Mercado de Destino: Oceania	123
5.2 VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS (VCR).....	124
5.2.1 VCR - Mercado de Destino: Mercosul	125
5.2.2 VCR - Mercado de Destino: NAFTA).....	127
5.2.3 VCR - Mercado de Destino: Europa	128
5.2.4 VCR - Mercado de Destino: Ásia	129
5.2.5 VCR - Mercado de Destino: África	130
5.2.6 VCR - Mercado de Destino: Oceania	131
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS.....	141
BIBLIOGRAFIA	145
APÊNDICES	153
APÊNDICE 1 – SÉRIE DE DADOS DAS EXPORTAÇÕES DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA POR PRODUTO EXPORTADO, PARTICIPAÇÃO (%) DE CADA PRODUTO E PARTICIPAÇÃO ACUMULADA - 1993/2003	154
APÊNDICE 2 – PLANILHAS DE CÁLCULO DO MODELO DE VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADORAS (VCR).....	155
APÊNDICE 3 – PLANILHAS DE CÁLCULO DO MODELO CONSTANT-MARKET-SHARE (CMS).....	156

1 INTRODUÇÃO

A década de 80 foi considerada a “década perdida” no Brasil. E com a abertura comercial do mercado nacional ao mercado internacional ocorrida em 1990 iniciou-se um processo de construção de um novo ambiente competitivo com mudanças profundas e sucessivas em sua dinâmica e estrutura (SOUZA, 2002).

Os produtos produzidos pelas empresas nacionais que até este período gozavam de privilégios (em sua maioria barreiras tarifárias) frente aos produtos importados, sofreram um “choque competitivo”, tendo que se readequar em qualidade e eficiência seguindo parâmetros mundiais. Dentro deste ambiente competitivo as empresas brasileiras passaram a utilizar estratégias visando o desenvolvimento de competências técnica e operacional - envolvendo produto, processo e distribuição.

A primeira metade da década de 90 foi marcada pela especialização das empresas e a implementação do Plano Real em 1994 houve direcionamento de foco para atendimento ao mercado interno em virtude do aumento do consumo.

Com a restrição do consumo no mercado doméstico no final da segunda metade da década de 90, as empresas brasileiras passaram a buscar novas especializações, principalmente relacionadas ao aumento de competitividade dos produtos nacionais e ao levantamento e aprimoramento de produtos com maiores vantagens comparativas, tendo como foco o re-direcionando ao mercado externo, em particular após a implantação do câmbio flexível no início de 1999.

Como consequência a década de 2000 surge apresentando recordes crescentes em exportação e saldos da balança comercial, derivados da desvalorização competitiva no câmbio, crescimento da economia mundial e do

esforço competitivo das empresas. Até setembro de 2004 o saldo acumulado das exportações no ano já superou o observado no ano de 2003 e o saldo da balança comercial entre estes períodos apresenta evolução positiva em mais de 45% (SECEX, 2004).

O ano de 2003 apresentou evolução ímpar no crescimento das exportações, ultrapassando em 21% o volume exportado em 2002. Quando comparado com o ano de 1989 (último ano antes do início da abertura comercial) o crescimento dos volumes exportados chega à casa dos 112% de crescimento, atingindo crescimento médio acima de 8,0 pontos percentuais ao ano¹. A evolução das exportações apresentou um retrospecto positivo, conduzindo às conclusões iniciais otimistas relativas à competitividade dos produtos brasileiros no exterior. A análise comparativa com os dados da evolução das importações revelou que no mesmo período (1989 a 2003) as importações cresceram aproximadamente 164%, atingindo uma média de crescimento superior a 11 pontos percentuais ao ano, quando comparado seu crescimento com os últimos sete anos (1997 a 2003) observou-se um decréscimo no quantum importado da ordem de quase 30% (SECEX, 2004).

Os números referentes aos fluxos de comércio conduzem a uma investigação mais minuciosa na tentativa de encontrar explicações sobre o comportamento das exportações, visando verificar quais setores apresentaram ganhos de competitividade no período e quais verificaram perdas. Ao observarmos o comportamento das relações de comércio exterior brasileiro ao longo do período estudado verificamos que o mesmo tem apresentado alta correlação com as oscilações da taxa cambial (SECEX, 2004). Os problemas a serem analisados são

¹ Conforme informações da Tabela 2.

os determinantes da competitividade dinâmica dos produtos com maior participação na pauta de exportação.

Um dos setores que tem mais contribuído nesta nova fase de expansão das exportações brasileiras é o setor da agroindústria. A análise comparativa da evolução do saldo da balança comercial da agroindústria e do saldo total da balança permite afirmar que no período analisado o setor não apresentou déficits em nenhum momento². Os produtos exportados derivados da agroindústria brasileira representam 41,92% do total das exportações de 2003³.

Os principais atores responsáveis pelas exportações do setor agroindustrial são as cooperativas, que intermedeiam quase todas as ações entre o produtor brasileiro com o cliente internacional (comprador). Quando se analisa a evolução das exportações das cooperativas no período compreendido entre 1990 e 2003 observamos uma evolução positiva de quase 200% (196,35%), e ao se analisar as exportações do período de janeiro a agosto de 2004, em relação ao mesmo período de 2003, o aumento das exportações já é de 67,70% (SECEX, 2004).

1.1 OBJETIVO GERAL

Desta forma, a pesquisa tem como objetivo geral examinar o comportamento das exportações brasileiras de produtos originários da agroindústria e analisar a competitividade de complexos agroindustriais selecionados, no período de 1989 a 2002.

² Conforme Gráfico 1.

³ Conforme informações do Apêndice 1.

O quadro 1 sintetiza os desdobramentos dos objetivos do presente estudo, apresentando os pontos a serem desenvolvidos, as hipóteses a serem testadas, assim como as referências que serviram de base para atingir os resultados.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar e discutir a evolução da pauta de exportações de produtos agroindustriais brasileiros, por complexo de produtos, e por mercado de destino.
- Levantar a evolução da pauta de exportações de produtos agroindustriais mundiais, por mercado de destino.
- Identificar e discutir as mudanças na pauta de exportações agroindustriais brasileira, por complexo de produtos e por mercado de destino.
- Identificar e discutir as mudanças na pauta de exportações agroindustriais mundiais, por mercado de destino.
- Calcular as taxas de crescimento das exportações agroindustriais brasileiras, por mercado de destino, por complexo de produtos, e identificar seus determinantes.
- Calcular as taxas de crescimento das exportações agroindustriais mundiais, por mercado de destino, e identificar seus determinantes.

- Calcular as taxas de *market-share* das exportações agroindustriais brasileiras, por complexo de produtos, por mercado de destino, e explicar sua evolução.
- Calcular as taxas de *market-share* das exportações agroindustriais mundiais, por mercado de destino, e explicar sua evolução.
- Identificar e analisar as fontes de crescimento das exportações brasileiras da agroindústria, por complexo de produtos, em relação aos mercados de destino.

Quadro 1 - Concepção da pesquisa

OBJETIVOS	QUESITOS A DESENVOLVER	CAPÍTULOS	HIPÓTESES	REFERÊNCIAS
a) Levantar a evolução da pauta de exportações de produtos agroindustriais brasileiros, por complexo de produtos e por mercado de destino.	<i>Valores em US\$ das exportações de produtos agroindustriais por sub-período. Agrupar os dados em complexos agroindustriais.</i>	3		Bonelli (1994) CONAB (2003 e 2004) EMBRAPA (2003 e 2004) FAO (2003 e 2004) Frischtak e Pessoa (2000) IBGE (2003 e 2004) Jayme Jr (2002) MAPA (2003 e 2004) Moreira (2000) Motta Veiga (2000) Motta Veiga <i>et al</i> (1999) SECEX (2003 e 2004)
b) Levantar a evolução da pauta de exportações de produtos agroindustriais mundiais, por mercado de destino.	<i>Agrupar as exportações por mercado de destino.</i>			
c) Identificar e discutir as mudanças na pauta de exportações de produtos derivados da agroindústria brasileira, por complexo de produtos e por mercado de destino.	<i>Observar a evolução (US\$ e %) para cada sub-período analisado. Observar a evolução (US\$ e %) para cada mercado de destino.</i>			
d) Identificar e discutir as mudanças na pauta de exportações de produtos derivados da agroindústria mundial, por mercado de destino.	<i>Observar a evolução (US\$ e %) para cada complexo de produtos analisado (Somente Exportações brasileiras).</i>			
e) Calcular as taxas de crescimento das exportações agroindustriais brasileiras, por mercado de destino, por complexo de produtos, e identificar seus determinantes.	<i>Observar a evolução (US\$ e %) para cada sub-período analisado. Observar a evolução (US\$ e %) para cada mercado de destino.</i>			
f) Calcular as taxas de crescimento das exportações agroindustriais mundiais, por mercado de destino, e identificar seus determinantes.	<i>Observar a evolução (US\$ e %) para cada complexo de produtos analisado (Somente Exportações brasileiras).</i>			
g) Calcular as taxas de market-share das exportações agroindustriais brasileiras, por complexo de produtos, por mercado de destino, e explicar sua evolução	<i>Encontrar os índices de Market-share (em %) por sub-período analisado. Encontrar os índices de Market-share (%) em cada mercado de destino</i>			
h) Calcular as taxas de market-share das exportações agroindustriais mundiais, por mercado de destino, e explicar sua evolução.	<i>Encontrar os índices de Market-share (%) em cada complexo de produtos (Somente Exportações brasileiras).</i>			
i) Identificar e analisar as fontes de crescimento das exportações brasileiras da agroindústria, por complexo de produtos em relação aos mercados de destino.	<i>Decompor as exportações brasileiras de acordo com o modelo CMS. Identificar as fontes de crescimento das exportações para cada sub-período analisado. Identificar as fontes de crescimento das exportações em relação a cada mercado de destino.</i>	2 e 4	H0 – O efeito competitividade é o principal componente que explica a evolução das exportações brasileiras de produtos derivados do complexo agroindustrial. H1 - Outros componentes explicam a evolução das exportações brasileiras de produtos derivados do complexo agroindustrial.	Araújo Jr (2000) Carvalho (1995) Coutinho (1992) Coutinho e Ferraz (1994) Leamer e Stern (1970) Kupfer (1992) Porter (1990) Richardson (1971)

Fonte: Elaborado pelo autor

O estudo está organizado em seis partes, incluindo esta introdução, sendo estruturado da seguinte forma:

No capítulo 1 são apresentadas as principais teorias acerca de comércio internacional e competitividade, assim como sua evolução e principais características.

No capítulo 2 são apresentados e discutidos os procedimentos metodológicos adotados no presente trabalho, assim como os modelos econômicos que permitem o tratamento e a análise dos dados coletados, esclarecendo suas variáveis e hipóteses. São apresentadas as metodologias do modelo “*Constant-Market-Share* (CMS)” e vantagens comparativas reveladas (VCR), instrumentos utilizados neste estudo para determinar e analisar as fontes de crescimento e o padrão de comércio das exportações brasileiras. O modelo CMS decompõe as fontes de crescimento das exportações em 4 efeitos: crescimento do comércio mundial, composição da pauta de exportações, destino das exportações e competitividade. O modelo VCR determina os principais produtos de especialização da pauta de exportações, assim como indica as transformações ocorridas ao longo do período estudado.

No capítulo 3 são discutidas a evolução e o desempenho das exportações dos complexos agroindustriais brasileiros e mundiais, com ênfase nos produtos de maior representatividade para a economia brasileira agrupados por complexo de produtos. Nesta abordagem são analisados a composição, participação e o crescimento, comportamento e tendências das exportações brasileiras e mundiais.

No capítulo 4 são apresentadas as análises e realiza-se a interpretação dos resultados a partir do no cálculo dos modelos CMS e VCR; e,

Na última parte são apresentadas as considerações finais, conclusões, recomendações e observações do estudo.

2 COMÉRCIO INTERNACIONAL E COMPETITIVIDADE

Ao longo deste capítulo serão discutidas as teorias do comércio internacional, com o objetivo apresentar os motivos da existência do comércio entre as nações, assim como, os efeitos do comércio na economia de um país e a evolução do conceito de competitividade internacional.

2.1 EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

De acordo com Haberler (1979) a teoria econômica sobre comércio internacional tem origem nas discussões de David Hume que discute o mecanismo monetário internacional⁴. Adam Smith explica, em sua teoria clássica das vantagens absolutas⁵, as relações de trocas que existiam entre as nações, em que as mesmas eram baseadas na eficiência na produção de mercadorias. David Ricardo com sua Teoria dos Custos Comparativos iniciou, o que foi chamado por Haberler de ‘Teoria Pura do Comércio Internacional’, e de acordo com esta teoria:

[...] cada país se especializará, em condições de livre comércio, na produção dos bens que possa fazer relativamente mais barato e importará os que outros países tenham uma vantagem relativa na produção (1979, p.05).

Com este conceito, Ricardo tentava provar que a especialização internacional era vantajosa para um determinado país, estabelecendo desta maneira o princípio das vantagens comparativas.

⁴ David Hume em seu livro *Political Discourses*, publicado em 1752.

⁵ Adam Smith em seu livro *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776.

A teoria de Ricardo revela os fatores determinantes do comércio entre duas nações. Segundo Ricardo, as vantagens comparativas configuradas pelas diferenças de preços das mercadorias entre duas nações, justificariam as trocas. Os preços relativos dos fatores de produção são influenciados pelas diferenças nas dotações dos fatores de produção, e, juntamente com a tecnologia disponível, as economias de escala, os padrões de consumo e a estrutura de mercado afetam os fluxos internacionais de mercadorias (KRUGMAN e OBSTFELD, 1999). As limitações da teoria de Ricardo, referem-se principalmente à limitação de que o trabalho era o único fator que influenciavam nos custos de produção dos produtos e levaram ao surgimento da Teoria Heckscher-Ohlin (H-O) no início do século XX, que apresenta outra explicação ao comércio internacional.

Segundo Kenen (1998) na teoria H-O as diferenças de custos de uma nação para outra são consequência de outros fatores, como:

- a) Custo dos insumos: pois as matérias-primas se encontram distribuídas de forma diferente em relação a outros países;
- b) As mercadorias são compostas de fatores de produção (natureza, trabalho, capital), em proporções diferenciadas;
- c) Existem dificuldades, relativas principalmente às leis de imigração, para a transferência de mão-de-obra de uma nação para outra, ocasionando diferenças salariais entre as nações; e,
- d) Existem dificuldades, principalmente relacionadas a confiscos, na transferência de fatores de produção (tecnologia, equipamentos, entre outros) de um país para outro.

Segundo Carvalho (2000), a teoria Heckscher-Ohlin (H-O) se assenta em dois teoremas: o teorema de H-O, que trata do padrão do comércio e de sua previsão, e o teorema da equalização dos preços dos fatores, que se refere aos efeitos do comércio internacional sobre os preços dos fatores.

De acordo com o teorema da equalização dos preços dos fatores, a diferença na abundância relativa e os custos dos fatores é a *causa* da diferença dos preços relativos das *commodities* entre as duas nações. Esta diferença nos preços *relativos* dos fatores e nos preços *relativos* das *commodities* resulta em uma diferença nos preços *absolutos* dos fatores e das *commodities* entre os dois países, que é a *causa imediata* do comércio (SALVATORE, 2000).

Desta teoria, Paul Samuelson⁶ deriva a teoria da equalização dos preços dos fatores - Teorema Heckscher-Ohlin-Samuelson (H-O-S), que é o teorema mais recente sobre comércio internacional, e, mostra que os preços dos fatores de produção, dadas certas condições, são independentes de suas dotações. O teorema baseia-se no princípio de que havendo comércio, cada país se especializa na produção de determinada mercadoria em que possui vantagem comparativa, ou seja, que possua fator de produção abundante, mais barato, o qual sofre variação nos preços em função da variação em sua demanda, provocando variação também no preço da mercadoria.

Segundo Carvalho (1995), o teorema H-O-S baseia-se nas seguintes hipóteses:

- a) concorrência perfeita, grande número de pequenos produtores, produtos homogêneos, informação perfeita e livre entrada de produtos no mercado (mobilidade dos fatores no mercado nacional);

⁶ Uma versão sofisticada deste modelo pode ser encontrado em Gandolfo (1994).

- b) equilíbrio geral, é suposta a vigência de mecanismos de ajustes via preços e quantidades, com os preços determinados pela oferta e demanda;
- c) comportamento maximizador dos agentes em face de restrições orçamentárias;
- d) as diferenças nas tecnologias podem ser apresentadas por funções de produção caracterizadas como contínuas e diferenciadas, apresentando rendimentos marginais (físico) decrescentes e sendo consideradas idênticas para cada produto em qualquer país;
- e) representa a identidade das preferências dos consumidores de cada país; e,
- f) imobilidade internacional dos fatores produtivos (trabalho e capital).

Segundo Salvatore (2000), a partir da teoria H-O, surgiram outras teorias buscando explicar o comportamento recente das relações comerciais entre países, entre elas, citamos aqui como exemplos:

- O modelo de *defasagem tecnológica* desenvolvido por Posner em 1961 que explica a introdução de novos produtos e processos de produção como sendo uma grande parte do comércio entre países industrializados;

O modelo de *ciclo de vida do produto* (nascimento, maturação e padronização) desenvolvido por Vernon em 1966, em que parte do princípio que os produtos novos são desenvolvidos e

produzidos primeiramente nas economias mais avançadas, onde o alto nível de qualificação técnica e grau de exigência do mercado é mais sofisticado, obtendo vantagens comparativas no desenvolvimento e produção inicial, para num segundo momento serem produzidos em larga escala com mão-de-obra menos qualificada, geralmente em países de terceiro mundo.

2.2 EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DE COMPETITIVIDADE

A análise da competitividade tem origem no princípio das Vantagens Comparativas de Ricardo e, segundo Ferraro, Sereia e Câmara (2003), as primeiras discussões surgiram no âmbito da Teoria da Organização Industrial no Modelo Estrutura-Condução-Desempenho.

As visões econômicas tradicionais que definiam a competitividade como uma questão de preços e custos - especialmente salários e taxa de câmbio - estão superadas. Segundo Porter (1989) o conceito de competitividade pode ser empregado tanto no campo empresarial - competitividade micro-econômica -, quanto para se referir a países, cidades e regiões – competitividade macroeconômica .

Porter (1989) coloca a existência de outras variáveis além dos custos baixos de produção, diferenciando seu referencial teórico da Teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo:

Devemos levar em conta as diferentes fontes de vantagem competitiva em diferentes indústrias, em lugar de depender de uma única e ampla fonte, como custos de mão-de-obra ou economias de escala. Como os produtos são diferenciados em muitas indústrias, devemos explicar porque as empresas de certos países são mais capazes de diferenciar do que outras e não nos concentrar, apenas, nas diferenças de custo. (PORTER, 1989, p.85).

Segundo Porter (1989) a competitividade passa pela produtividade, pois esta é a determinante, a longo prazo, do padrão de vida de um país, pois é a causa fundamental da renda nacional *per capita*.

Segundo Tyson *apud* Ferraro, Sereia e Câmara (2003b) a competitividade é a capacidade de produzir bens e serviços bem sucedidos na competição internacional, enquanto os cidadãos melhoram seu bem estar.

Para Krugman *apud* Ferraro, Sereia e Câmara (2003) a competitividade depende da competição, da eficiência, da produtividade e da maturidade tecnológica, e influenciada pelos seguintes fatores: tecnologia disponível; eficiência com que ela é utilizada; preços domésticos; insumos de produção; taxas de câmbio e paridade; distância dos mercados de exportação; custos portuários e de transportes; estruturas de incentivos e subsídios; barreiras tarifárias e não tarifárias; qualidade e imagem do produto; e gosto dos consumidores.

Segundo Coutinho e Ferraz (1994) a competitividade também pode se embasar em conceitos macro, através de variáveis como: taxa de câmbio, subsídios e incentivo à exportação e a política salarial, atribuindo grande importância à desvalorização cambial como forma de ganhar competitividade.

As vantagens competitivas são conquistadas ao nível da firma e as forças competitivas determinantes da atratividade estrutural a longo prazo de um setor são: intensidade da rivalidade capitalista, a existência de ameaça de novos entrantes, as ameaças de substitutos, o poder de negociação com compradores e o poder de negociação com fornecedores (FERRARO, SEREIA e CÂMARA, 2003). Assim, a competitividade de um dado setor ou nação seria a soma da competitividade dos agentes (firmas) que o compõe.

Segundo Castro (1991) a competitividade pode ser definida em um contexto de médio e longo prazos:

[...] a capacidade de um país sustentar e expandir sua participação nos mercados internacionais e elevar o nível de vida de sua população. Desta forma, a participação da firma, da indústria do país, nos mercados internacionais – na medida em que reflita sua capacidade de sustentação de posições conquistadas na esfera da produção e dos mercados – é um indicador relativamente seguro do grau de competitividade atingido, o que em geral se relaciona com a contínua incorporação de progresso tecnológico (CASTRO, 1991, p.557).

Já a expressão competitividade internacional, segundo Araújo Jr. (2000), popularizou-se no início da década de 80. Antes era um termo técnico usado eventualmente em estudos sobre desempenho exportador, regimes cambiais ou outro aspecto do comércio exterior, adquiriu múltiplos significados, em geral associados aos preços dos produtos exportados, saldo da balança comercial, indicador de dinamismo da economia na criação de bens de consumo ou técnicas produtivas, ou a qualidade dos bens oferecidos no mercado, ou ainda o ritmo de crescimento do país.

Para Horta *et alli apud* Carvalho (1995) existem três linhas conceituais relacionadas com a competitividade internacional:

- a) o conceito desempenho, que associa a competitividade do país ao seu desempenho no mercado internacional;
- b) o conceito de eficiência, refletindo as características estruturais da economia, ligado principalmente ao aumento e produtividade; e,
- c) o conceito macro, considerando variáveis relacionadas com decisões de políticas, como subsídios e taxa de câmbio.

Coutinho e Ferraz destacam o conceito utilizado pela Comissão da Presidência dos EUA sobre Competitividade Industrial em 1985:

Competitividade para uma nação é o grau pelo qual ela pode, sob condições livres e justas de mercado, produzir bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais enquanto, simultaneamente, mantenha e expanda a renda real de seus cidadãos. Competitividade é a base para o nível de vida de uma nação. É também fundamental à expansão das oportunidades de emprego e para a capacidade de uma nação cumprir suas obrigações internacionais (COUTINHO e FERRAZ, 1994, p.17).

Muitas vezes o termo competitividade internacional é relacionado somente ao desempenho no mercado, sendo expresso a partir de indicadores de participação no mercado (*market-share*) alcançada por uma nação. Paul Krugman *apud* Araújo Jr (2000) critica o uso indevido do termo competitividade, a saber: imaginar que os países competem entre si tal como corporações transnacionais; considerar que o superávit comercial seja indicador de competitividade internacional; e, supor que os níveis de competitividade dependam de investimentos em indústrias com alto valor adicionado por trabalhador.

Sereia (2001, p.61) afirma que:

[...] o superávit comercial não significa competitividade internacional, podendo sim significar um indicador de fragilidade econômica (competitividade espúria) por estar ligado a baixos salários e a políticas de cunho imediatistas tendo como consequência um desajuste social interno à economia. A competitividade depende do esforço doméstico em aumentar a produtividade de seus fatores, dependendo muito pouco do que estiver acontecendo no resto do mundo. Portanto, uma economia é considerada competitiva quando pelo menos consegue igualar o seu padrão de eficiência econômica com os padrões vigentes no resto do mundo (SEREIA, 2001, p.61).

Cuadrado-Roura (1998, p.122) na busca de explicações para as diferenças de desempenho econômico das regiões, recorre ao conceito de competitividade territorial:

[...] há companhias competitivas e não-competitivas, mas há também territórios que são mais competitivos e outros que são menos. Uma companhia é competitiva se pode sobreviver e vencer ou obter uma vantagem em mercados crescentemente saturados. O sucesso depende, no nível mais primário, das condições internas de produção das firmas, organização, e assim por diante, que lhe permitem competir em dado setor ou espectro produtivo, mas o ambiente externo às empresas também ajuda a definir sua competitividade.

Territórios em geral, e regiões e cidades em particular, também são gladiadores na arena da competitividade. Há fatores ou elementos que são necessários para que as atividades produtivas estejam bem “localizadas”. Algumas não são simplesmente móveis, como qualidade ambiental, infraestrutura e redes urbanas. Outras são, na prática, dificilmente transplantáveis, como a disponibilidade de trabalho qualificado, sub-contratadores potenciais, centros de pesquisa, autonomia governamental e assim por diante. A existência desses elementos e vantagens em dado território torna-o mais atraente para investimento estrangeiro e produz condições mais favoráveis no sentido de mobilizar seu potencial endógeno. Em suma, esses elementos fazem-no mais competitivo (CUADRADO-ROURA, 1998, p.122).

Já, de acordo com Haddad (1996, p.147): “[...] o processo de crescimento irá depender, principalmente, da capacidade da região em atrair recursos (financeiros, tecnológicos, institucionais, etc.), nacionais e internacionais, públicos e privados[...]”, dependendo de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento. O conceito da competitividade regional para Haddad (1996) remete à promoção de um alto desempenho do setor produtivo da região, incentivando o crescimento econômico, atuando principalmente sobre as variáveis ao alcance do nível decisório local. O processo de desenvolvimento dependerá, da capacidade da sociedade local transformar os frutos do crescimento econômico em instrumentos para combater a exclusão social, promover a equidade de oportunidades, preservar o ecossistema regional.

Segundo Coutinho (1992) a competitividade não advém simplesmente da dotação de fatores e recursos e dos seus preços relativos, mas, resulta de estratégias empresariais deliberadas de investimentos, baseadas na

capacitação tecnológica endógena e sistêmica, para produzir com eficiência máxima e para introduzir novos processos produtos.

Negri, Santos e Torres (2000) relacionam competitividade a um conjunto de parâmetros tecnológicos relativos ao pessoal, aos processos e equipamentos produtivos e aos métodos de gestão.

Para Possas (1996) o conceito de produtividade ainda é controverso, existindo vários conceitos. Em grande parte dos trabalhos, o conceito de produtividade é estático por não considerar a evolução da competitividade demasiadamente genérica, pois é tratada em nível de conjunto da economia, como se a importância dos diversos elementos a serem considerados fosse a mesma nos vários setores da economia.

Para Fajnzylber *apud* Sereia (2001), a competitividade consiste na capacidade de um país em manter e expandir sua participação nos mercados internacionais e elevar simultaneamente o nível de vida de sua população. O autor também associa a produtividade à competitividade, da forma que, um país torna-se mais competitivo internacionalmente, quando a produtividade (que está relacionada ao ritmo dos investimentos, à incorporação de progresso técnico e a pesquisa e desenvolvimento) cresce em relação à alcançada pelos seus competidores internacionais.

Segundo Lafay (1989) o sucesso da competitividade de uma nação está condicionado à dinâmica das empresas em promover inovações em produtos, métodos de produção e comportamento das nações concorrentes em relação à média do comportamento internacional.

Para Rubel (2002) a competitividade significa a habilidade de uma empresa em formular e implementar estratégias competitivas que permitam manter

ou mesmo ampliar uma posição de mercado, no longo prazo, não dependendo apenas da posição de mercado da empresa ou da eficiência do processo produtivo, mas também da habilidade da empresa em articular os recursos humanos, os processos, os equipamentos e a gestão para promover inovações, reagindo, antecipando-se e determinando as mudanças do mercado.

Pinheiro, Moreira e Horta (1992) relacionaram, pelo lado da demanda, a competitividade do país diretamente à lucratividade das suas atividades de exportação, aos indicadores de rentabilidade, tais como: as relações entre câmbio/custo real, câmbio/salário real, taxa de câmbio efetiva real e um indicador de rentabilidade restrito a subsídios. Pelo lado da oferta, o indicador de competitividade-preço, relaciona as variáveis relativas dos preços das exportações do país, aos preços de seus concorrentes no mesmo mercado.

Jank (1996) em sua análise da competitividade do agronegócio enfatiza sua atenção em questões relativas a preços:

[...] mediante comparação de produtividade e custos unitários, e em geral dá pouca ou nenhuma importância às estruturas de mercado e aos fatores de preço ligados ao produto e à forma como ele é comercializado, (...) dá importância excessiva à competitividade (via dotação de fatores e tecnologia de redução de custos) e freqüentemente deixa de lado os produtos agroprocessados e diferenciados (JANK, 1996, p.20-21).

Já Farina e Zylbersztajn (1998, p.10) no estudo da competitividade de sistemas agroindustriais brasileiros, apresentam algumas definições da forma de utilização do termo competitividade:

Competitividade não tem uma definição precisa. Pelo contrário, compreende tantas facetas de um mesmo problema que dificilmente se pode estabelecer uma definição ao mesmo tempo abrangente e útil. Do ponto de vista das teorias de concorrência, a competitividade pode ser definida como a capacidade de sobreviver e, de preferência, crescer em mercados correntes ou novos mercados. Decorre dessa definição que a competitividade é uma medida de desempenho das firmas individuais. No entanto, esse desempenho depende de relações sistêmicas, já

que as estratégias empresariais podem ser obstadas por gargalos de coordenação vertical ou de logística. ()... Custos e produtividade são indicadores de eficiência que explicam em parte a competitividade. ()... A evolução da participação de mercado reflete a competitividade passada, decorrente de vantagens competitivas já adquiridas. Reflete, ainda, a adequação dos recursos utilizados pela empresa aos padrões de concorrência vigentes nos mercados de que participa e que podem combinar de maneira diferente variáveis tais como preço, regularidade de oferta, diferenciação de produto, lançamento de novos produtos, etc. A capacidade de ação estratégica e os investimentos em inovação de processo e de produto, marketing e recursos humanos determinam a competitividade futura, uma vez que estão associados à preservação, renovação e melhoria das vantagens competitivas dinâmicas. (FARINA e ZYLBERSZTAIN, 1998, p. 10-11)

Os determinantes da capacidade competitiva de uma empresa também podem ser estruturados em torno de três conjuntos de fatores (COUTINHO e FERRAZ, 1994):

- (a) Fatores sistêmicos, que envolvem elementos infra-estruturais (logística e serviços tecnológicos), político-institucionais (política tributária e tarifária), internacionais (condições de inserção na economia global), sociais (qualificação de recursos humanos) e legais regulatórios (normas ambientais, proteção ao consumidor, defesa da concorrência, proteção da propriedade industrial).
- (b) Fatores estruturais, concernentes à configuração da indústria: grau de verticalização, relações com clientes e fornecedores, escala de produção, mercado (tamanho, dinamismo e grau de sofisticação), regime de incentivos e dinamismo industrial (exposição ao comércio internacional, rivalidade entre empresas, mecanismos de financiamentos).
- (c) Fatores empresariais, que se referem a inovação (produto, processo, fontes de tecnologia), gestão (marketing, vendas,

administração), produção (atualização tecnológica e sistemas de qualidade), recursos humanos (qualificação e treinamento).

Já Ferraz, Kupfer e Haguenuer (1995) identificaram duas vertentes para o conceito de competitividade: determinação de uma dada competitividade revelada, onde é analisada sob o foco de uma empresa ou produto, e seu principal identificador estaria ligado à participação desta empresa ou produto em dado mercado (*market-share*); e a competitividade vista como “eficiência”, sendo seu principal identificador o potencial de competitividade de um dado setor ou empresa.

Desta forma caracterizam alguns fatores sistêmicos da competitividade como sendo aqueles que afetam as características do ambiente competitivo e podem ser decisivos nas vantagens competitivas de um país no mercado internacional. Entre estes fatores, Coutinho e Ferraz (1994) citam:

- a) macroeconômicos, referentes à taxa de câmbio, oferta de crédito e taxa de juros;
- b) político-institucionais, relacionados às políticas tributárias e tarifárias, regras que definem o poder de compra do Estado e os esquemas de apoio ao risco tecnológico;
- c) regulatórios, como as políticas de proteção à propriedade industrial, de preservação ambiental, de defesa da concorrência e proteção ao consumidor;
- d) infra-estrutura, que tomam por base a disponibilidade, a qualidade e o custo da energia, transporte, telecomunicações e serviços tecnológicos;

- e) sociais, relativos à qualificação da mão-de-obra, políticas de educação e formação de recursos humanos, trabalhistas e de seguridade social, e grau de exigência dos consumidores;
- f) Regional, referentes aos aspectos relativos à distribuição espacial da produção;
- g) Internacionais, referentes às tendências do comércio internacional, os fluxos internacionais de capital, de investimento de risco e de tecnologia, relações com organismos multilaterais, acordos internacionais e políticas de comércio exterior.

No entanto, a manutenção de uma vantagem competitiva está muito ligada a um processo de atualização dinâmica dessa vantagem através de criatividade e inovação.

O conceito de competitividade para o setor privado de acordo com a Roda da Estratégia Competitiva apresentado por Porter (1989) revela que a vantagem competitiva de uma empresa é verificada através da integração de todos os meios disponíveis em torno dos objetivos de uma empresa e sua articulação com todos seus agentes (stakeholders).

De acordo com Porter (1989) a eficácia operacional, onde o valor máximo que uma empresa é capaz de proporcionar através do fornecimento de um certo produto ou serviço, a um dado custo, utilizando os melhores recursos disponíveis, é condição necessária, mas não suficiente para conquistar uma vantagem competitiva sustentável. O autor sintetiza ainda que o lema da estratégia competitiva é ser diferente, escolhendo, de forma deliberada, um conjunto diferente de atividades para proporcionar um mix único de valores para o cliente, conduzindo

a empresa a uma posição competitiva tanto mais adaptável às flutuações do ambiente competitivo quanto mais inovadores forem os processos que a originarem.

O papel da inovação dinâmica está diretamente associado à flexibilidade das reações da empresa às mudanças ambientais, e à própria promoção dessas mudanças. E a sustentabilidade de um posicionamento competitivo depende do grau de integração das atividades da empresa em torno da estratégia escolhida. O principal instrumento é a inovação tecnológica, que depende de recursos humanos de qualidade e fatores produtivos adiantados, baseados no conhecimento.

Para Porter (1993) a competitividade é originada basicamente a partir de quatro causas centrais: das vantagens comparativas convencionais; das economias de escala ou custos de aprendizagem; das vantagens decorrentes das diferenciações dos produtos; e, do caráter do bem público da tecnologia e das informações de mercado.

Costa e Arruda (1999) argumentam que a terceira revolução industrial e o avanço da globalização reforçaram as relações entre competitividade sistêmica, estreitamente ligada ao bem-estar social (educação, saúde, relações de trabalho equilibradas, consumo dinâmico de bens com mais tecnologia agregada, difusão do acesso às informações, comunicações, energia, etc.) e a competitividade empresarial. Acrescentam, portanto, que, para as empresas, torna-se cada vez mais importante estarem localizadas em países onde há uma oferta física e com qualidade adequada dos fatores sistêmicos de competitividade.

Nos estudos da competitividade industrial brasileira Coutinho e Ferraz (1994) introduzem a noção de competitividade sistêmica para a competitividade empresarial:

[...] como modo de expressar que desempenho empresarial depende e é também resultado de fatores situados fora do âmbito das empresas e da estrutura industrial da qual fazem parte, com a ordenação macroeconômica, as infra-estruturas, o sistema político institucional e as características sócio-econômicas dos mercados nacionais (COUTINHO e FERRAZ, 1994, p.17).

Para Kupfer (1992) em sua análise dos padrões de concorrência e competitividade, os conceitos de competitividade como desempenho e eficiência não seriam suficientes, pois ambos medem competitividade em pontos distintos no tempo. O conceito deveria ser estendido como um fenômeno diretamente ligado no tempo ao processo dinâmico da concorrência que não se esgota em vinculações ex-ante, medida pela eficiência na produção, ou ex-post, medida pelo desempenho das exportações, por entender a competitividade como um processo de adequação das empresas individuais ao padrão de concorrência vigente no mercado específico.

Haguenauer (1989) sintetiza os conceitos de competitividade em duas vertentes:

a) conceito desempenho: a competitividade é de alguma forma expressa na participação no mercado (*market-share*) alcançada por uma firma em um mercado em um momento do tempo. A participação das exportações da firma ou conjunto de firmas (indústria) no comércio internacional total da mercadoria apareceria como seu indicador mais imediato, em particular no caso da competitividade internacional.

b) conceito eficiência - competitividade através da relação insumo–produto praticada pela firma, e está baseada na capacidade da empresa de converter insumos em produtos com o máximo de rendimento. A competitividade é associada à capacidade de uma firma/indústria produzir bens com maior eficácia que os

concorrentes, no que se refere a preços, qualidade (ou a relação preço-qualidade), tecnologia, salários, e produtividade, estando relacionada às condições gerais ou específicas em que se realiza a produção da firma/indústria vis a vis a concorrência.

Em suas conclusões Haguenuer (1989, p.13) define a competitividade como sendo:

[...] a capacidade de uma indústria (ou empresa) produzir mercadorias com padrões de qualidade específicos, requeridos por mercados determinados, utilizando recursos em níveis iguais ou inferiores aos que prevalecem em indústrias semelhantes no resto do mundo, durante um certo período de tempo (HAGUENAUER, 1989, p.13).

Desta forma, pode-se dizer que a competitividade é a capacidade de um dado sistema produtivo obter rentabilidade e manter participação de mercado de maneira sustentada, e, para determinar a competitividade no presente trabalho, empregou-se o conceito desempenho, utilizando-se do modelo “*Constant-Market-share* (CMS)” e o indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) para qualificar o padrão de eficiência das exportações.

No próximo capítulo são apresentados e discutidos os procedimentos metodológicos adotados no presente trabalho, assim como os modelos econômicos que permitem o tratamento e a análise dos dados coletados, esclarecendo suas variáveis e hipóteses.

2.3 POLÍTICAS PROTECIONISTAS E MEDIDAS RESTRITIVAS AO COMÉRCIO

Desde a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) resultante da reorganização do Acordo Geral de Tarifas e Preços (GATT) as barreiras não tarifárias⁷ vêm ganhando importância como uma nova forma de proteção aos mercados nacionais. Tem crescido, desde então, o estabelecimento de restrições como quotas de importação⁸ ou tarifárias⁹ e a prática de *dumping*¹⁰ de preços.

Tyson apud Alem (1999), justifica que a adoção de políticas protecionistas se baseia nas novas visões da teoria do comércio internacional, segundo as quais há a possibilidade de um país específico obter vantagens relativamente aos seus rivais a partir de políticas de incentivos a determinadas indústrias estratégicas, principalmente, àquelas associadas às tecnologias de ponta.

As barreiras comerciais¹¹ além de funcionar como instrumento de proteção do mercado doméstico, apresentam-se hoje, como controladores da origem e forma de produção, obrigando os países exportadores a especializarem-se não só em qualidade e produtividade (preços menores), mas, sim, em cuidados ambientais, regras trabalhistas, saúde pública e responsabilidade social, entre outros fatores.

⁷ Barreiras não tarifárias: Também conhecidas como restrições não-tarifárias. São aquelas medidas de caráter administrativo, financeiro, cambial, técnico e ou ambiental, mediante as quais um país impede ou dificulta a importação. Podem ser: leis, regulamentos, políticas ou práticas de um país; Restrições Quantitativas; Licenciamento de Importações; Procedimentos Alfandegários; Medidas Anti-Dumping e Compensatórias (MDIC, 2004).

⁸ Quotas de Importação: Limite à entrada de um produto importado no país. Em geral, esse limite é fixado em termos quantitativos (físicos) (MDIC, 2001).

⁹ Quotas Tarifárias: Tarifa de importação que contempla dois estágios. As importações realizadas até o limite da quota (importações intra quota) estão sujeitas a uma tarifa inferior àquela aplicada sobre as importações realizadas acima do limite da quota (importações extra quota). As quotas são determinadas, em geral, em termos quantitativos (MDIC, 2001).

¹⁰ Dumping: Ato de vender um produto a preço inferior ao preço considerado normal, por exemplo, abaixo do preço praticado no mercado doméstico da firma exportadora (Para uma melhor descrição da definição de *dumping*, veja o Acordo Antidumping da OMC). O *dumping* é uma prática de comércio considerada desleal na medida em que desloca do mercado os demais produtores em decorrência da prática de preços irrealistas, sendo combatida através da imposição de *direitos antidumping* (MDIC, 2001).

¹¹ Barreiras Comerciais: Podem ser entendidas como qualquer lei, regulamento ou política, medida ou prática governamental que restrinja ou distorça o comércio internacional (MDIC, 2001).

Em função da diversidade de segmentação de que é constituído o setor agroindustrial, as nações desenvolvidas impõem pressões econômicas nos países em desenvolvimento, conduzindo os processos de negociação de barreiras tarifárias¹², não tarifárias, técnicas¹³ e de prestação de serviços¹⁴. Existe, porém, o estabelecimento de acordos que têm favorecido o comércio internacional de commodities, como o Acordo de Aplicações de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, conhecido como o Acordo SPS, que estabelece regulamentos sanitários, fitossanitário e de saúde animal¹⁵ (OLIVEIRA, 2004).

Neste sentido, diversos estudos, citando principalmente os desenvolvidos pela Funcex – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, são desenvolvidos com o objetivo de melhorar o nível de informação sobre mercados internacionais e o nível de barreiras a serem enfrentadas. Dentre seus estudos, destacamos o estudo da MDIC (2001), que teve como foco a identificação e sistematização das barreiras impostas às exportações brasileiras. Foram selecionados os 15 principais parceiros (países) comerciais internacionais do Brasil, excluindo os países do Mercosul e identificadas barreiras às exportações brasileiras de bens e serviços nestes países.

Alguns estudos apontam também para aspectos relacionados a barreiras internas. Miranda (2001) apresentou fatores relativos a barreiras para

¹² Barreiras Tarifárias: São caracterizadas pela aplicação de um imposto de importação bem elevado que praticamente inviabiliza a importação de um produto. Ex: para a importação, no Brasil, de compressores herméticos para refrigeração, aplicar um imposto de importação de 45% sobre o valor da mercadoria mais o frete e o seguro (MERCOSUL, 2004).

¹³ Barreiras Técnicas: Barreiras comerciais derivadas da utilização de *normas* ou *regulamentos técnicos* não-transparentes e/ou não-embasados em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de *avaliação e de certificação de conformidade* não-transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas (MDIC, 2001).

¹⁴ Barreiras de Prestação de serviços: Normas e regulamentos de acesso de serviços. Tais como: número de prestadoras em determinado país, condições específicas para atuarem em seu mercado, e testes de necessidade econômica (MDIC, 2004).

¹⁵ Regulamentos sanitário, fitossanitário e de saúde animal: Regulamento técnico relativo à qualidade, higiene e saúde dos vegetais e animais, instituído com o objetivo de garantir a qualidade dos alimentos consumidos pela população de um país e evitar a difusão de pestes e doenças (MDIC, 2001).

exportações agropecuárias, observando dificuldades internas (relativas ao próprio país – Brasil) e externas. Os principais fatores citados como dificuldades internas são: dificuldade de acesso a linhas de financiamento, variáveis de política macroeconômica, como taxas de juros doméstica e de câmbio e a burocracia brasileira. As principais dificuldades externas relacionam-se principalmente com: a burocracia, barreiras não tarifárias, barreiras de importação, tarifas sanitárias e fitossanitárias, sistema complexo de preços (no caso do mercado chinês) e período muito longo de negociação (mercado japonês).

Sereia (2001) em suas explicações cita ainda inúmeros outros aspectos que influenciam as variações no volume de exportações de um país ao longo de um período, tais como:

- Alterações nos padrões de oferta e demanda interna;
- Alterações nos padrões de oferta e demanda dos mercados analisados;
- Ações de política econômica interna;
- Crises Econômicas Internas;
- Crises econômicas mundiais;
- Reduções de tarifas internacionais para commodities;
- Abrandamento da política comercial internacional;
- Redução da oferta de commodities dos países desenvolvidos;
- Abertura comercial brasileira no início dos anos 90;
- Redução de tarifas para importação;
- Política de câmbio flexível;
- Crescimento da economia mundial (a partir de 1994)
- Aumento dos preços das principais commodities a partir de 1994;

- Recessão brasileira a partir de 1995;
- Sobre-valorização cambial brasileira a partir de 1995.

Os fatores mencionados neste tópico interferem, influenciando direta e/ou indiretamente, os volumes de exportação de um determinado país, de acordo com sua própria conjuntura, a conjuntura do país de destino destas exportações e as regras estabelecidas entre os dois países. Não se pretendeu neste trabalho discutir os fatores que foram responsáveis e/ou interferiram nas exportações entre Brasil e quaisquer um dos mercados de destino analisados, visto que uma análise desta magnitude só seria possível a partir de um estudo onde os mercados de destino seriam formados por países e não por grupos de países, da forma como se propõe o presente trabalho. Outrossim, não pretendeu-se também esgotar as discussões acerca dos fatores que influenciam a evolução e desempenho das exportações, mas sim apresentar uma rápida discussão acerca da complexidade de fatores com que as exportações brasileiras enfrentam no exterior.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise do desempenho e da estrutura de exportações brasileiras e, de acordo com Cooper e Schindler (2003) é necessária a definição de alguns padrões.

Quanto ao Período de Análise (tempo)

A pesquisa é ocasional, sendo realizada uma única vez. E tem caráter longitudinal englobando o período 1989 a 2002. O modelo CMS necessita da fixação de períodos de análise entre pontos discretos no tempo. Levando em consideração que a estrutura de exportações mundiais de um país sofre alterações ao longo do tempo, e visando a minimização de reflexos relativos às mudanças econômicas, será estabelecida uma sub-divisão no período proposto para análise (1989 a 2002), de forma que sejam respeitados momentos importantes da economia brasileira. O emprego de médias objetiva atenuar problemas que poderiam ser causados por mudanças de grandes magnitudes que ocorrem quando se consideram dados anuais. Nunca é demais lembrar que resultados de comparações intertemporais podem ser significativamente alterados de acordo com a escolha das épocas base e atual. O indicador VCR para efeito de análise complementar respeitará a periodização estabelecida para o modelo CMS.

Desta forma, neste estudo serão considerados quatro sub-períodos, onde, os dois primeiros representando quatro anos e os dois últimos três anos, sendo denominados da seguinte forma:

- a) Sub-período I 1989 a 1992 – período inicial, representando a estrutura das exportações no período que corresponde à abertura comercial e antes do Plano Real;
- b) Sub-período II - 1993 a 1996 – segundo período, representando a reestruturação das exportações no período de transição para o plano de estabilidade (REAL) e a manutenção do câmbio fixo;
- c) Sub-período III - 1997 a 1999 – terceiro período, representando o comportamento das exportações durante as crises financeiras internacionais e a flexibilização do regime de câmbio brasileiro, embora valorizado;
- d) Sub-período IV - 2000 a 2002 – quarto período, representando o período de crescimento das exportações e câmbio brasileiro desvalorizado.

Quanto ao Mercado de Destino

De acordo com Carvalho (1995), os estudos nesta área têm considerado o mercado mundial como mercado de destino ou algum subconjunto que represente mais apropriadamente a competição enfrentada pelo país.

As exportações brasileiras são comercializadas nas grandes regiões e/ou blocos econômicos, embora apresentem presença maior em alguns mercados. As bases de dados que são utilizadas para o desenvolvimento deste estudo (ALICEWEB e FAO) diferem quanto ao agrupamento de países segundo o conceito de bloco econômico. Optou-se então por considerar os principais mercados continentais e/ou blocos econômicos importadores dos produtos brasileiros, como segue abaixo, e que neste estudo serão denominados MERCADO DE DESTINO:

- a) Mercado de Destino: MERCOSUL – engloba os países que compõem o MERCOSUL (Mercado comum do Sul), exceto o Brasil;
- b) Mercado de Destino: NAFTA – engloba os países que compõem o NAFTA (North América Free Trade Agreement ou Acordo de Livre comércio da América do Norte)
- c) Mercado de Destino: EUROPA – engloba todos os países do continente Europeu.
- d) Mercado de Destino: ÁSIA – engloba todos os países do continente Asiático.
- e) Mercado de Destino: ÁFRICA – engloba todos os países do continente Africano.
- f) Mercado de Destino: OCEANIA – engloba todos os países do continente Oceânico.
- g) Mercado de Destino: MUNDIAL – engloba os países componentes dos seis mercados de destino anteriores: Mercosul, Nafta, Europa, Ásia, África e Oceania.

Quanto aos Produtos Seleccionados (Complexos Agroindustriais)

Os produtos considerados para aplicação do modelo “*Constant-Market-Share*” (CMS) e o indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR), descritos no capítulo 5, são aqueles que apresentam maior frequência no complexo agroindustrial brasileiro, e que, no somatório, representam em torno de 80% do total da pauta de exportação brasileira de produtos agroindustriais.

Dessa forma são considerados os seguintes grupos de produtos agroindustriais (de acordo com a metodologia adotada pela CONAB): Açúcar, Café,

Carnes, Couro e Peles, Laranja, Madeira e Soja, que neste estudo serão denominados de COMPLEXOS.

O Complexo Couros e Peles foi descartado das análises em virtude da impossibilidade de conciliação dos dados obtidos junto ao sistema de informações ALICEWEB e no sistema de informações da FAO.

Quanto ao Objetivo

A pesquisa é Causal: pois serão coletados dados com a intenção de mostrar que uma variável causa ou determina o valor de outras variáveis, ou seja, a evolução (crescimento) das exportações é determinado pelo efeito fonte de crescimento das exportações, decompostos em 4 variáveis:

- 1) crescimento do comércio mundial;
- 2) crescimento da pauta de exportações;
- 3) destino das exportações; e,
- 4) competitividade.

Também a presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, pois está baseada e orientada para solução de um problema prático, identificar o desempenho das empresas agroindustriais no setor externo no período 1989/2002.

Quanto à Procedência dos Dados

Serão utilizados dados secundários consultados em periódicos oficiais que abordam temas relativos ao comércio exterior e ao setor agroindustrial, disponíveis em órgãos do Governo como: Ministério do Desenvolvimento da Indústria e comércio Exterior (MDIC), Secretaria de comércio Exterior (SECEX),

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), Food And Agriculture Organization the United Nation (FAO), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), via internet ou através de visita e consulta às bibliotecas identificando documentos e pesquisas realizadas por esses órgãos.

Objetivando-se minimizar distorções relativas a diferentes codificações de padronização de produtos utilizada pela SECEX e FAO, os produtos foram agrupados em complexos de acordo com o método utilizado pela CONAB.

É importante lembrar que a competitividade relaciona-se também com os preços relativos dos produtos exportados: diminuições no preço de um bem exportado pelo país em relação ao de um concorrente, proporciona aumento da demanda, podendo haver alterações em *Market-share* para este país. Visando minimizar essas distorções optou-se por empregar valores em dólar corrente no presente estudo.

Quanto à Natureza das Variáveis

A pesquisa é Quantitativa: pois os dados coletados são submetidos a análises estatísticas formais.

3.1 MODELOS DE COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

Ao longo deste item serão discutidos os modelos que permitem verificar os fatores que tiveram influência no desempenho das exportações dos produtos da agroindústria brasileira ao longo do período estudado.

O principal modelo utilizado para identificar a competitividade das exportações é o modelo “*Constant-Market-Share (CMS)*”, que tem sido aplicado em outros estudos de análise do comportamento das exportações, como em Leamer e Stern (1970), Richardson (1971) e no período mais recente Carvalho (1995), Stalder (1997) e Sereia (2001). Ele será utilizado para analisar as variações de comportamento e de competitividade das exportações brasileiras.

Da mesma maneira torna-se importante a verificação da estrutura de exportações e o padrão de especialização internacional em que está baseada, quanto ao tipo de produto exportado. Para tanto, adotaremos o indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) das exportações.

3.1.1 O Modelo Constant-Market-Share (CMS)

O modelo CMS foi desenvolvido visando explicar e analisar o comportamento e a competitividade das exportações. A hipótese implícita do modelo, de acordo com Sereia (2001), é que o país aumenta sua participação no comércio mundial, ou cresce acima da média se suas exportações:

- a) Estão concentradas em mercadorias para as quais as demandas crescem mais rapidamente;

- b) São destinadas a mercados/países cuja demanda cresce relativamente mais rápido;
- c) Estão se beneficiando de outros ganhos de competitividade, além dos mencionados.

De forma geral, o método atribui o crescimento favorável ou desfavorável das exportações de um país tanto a sua estrutura de exportações quanto a sua competitividade. A pressuposição do modelo é que, mantida constante a parcela de exportação de um país no mercado mundial, a diferença na variação verificada atribui-se à competitividade.

Desta forma, de acordo com Carvalho (1995) as variações no quantum exportado de um país podem ser decompostas pelo modelo CMS em quatro efeitos:

- crescimento do comércio internacional;
- composição da pauta de exportações;
- destino das exportações; e,
- a competitividade.

Através do modelo é possível efetuar análises por componentes e pelo comportamento do produto no mercado de destino, facilitando a identificação de mercados onde o país é mais competitivo.

A forma mais simples do modelo CMS foi definida através das abordagens de Leamer e Stern (1970), Richardson (1971). Estudos mais recentes como Carvalho (1995), Stalder (1997) e Sereia (2001) definem como:

$$S \equiv q/Q = f'(c/C) \quad f' > 0 \quad (1)$$

sendo:

S = parcela de mercado de um país Z como função de sua competitividade relativa;

q, Q = quantidades exportadas totais do país Z e do mundo, respectivamente;

c, C = competitividade do país Z e do mundo, respectivamente.

Derivando em relação ao tempo e rearranjando os termos tem-se:

$$dq/dt \equiv S(dQ/dt) + Q (dS/dt)$$

$$\dot{q} \equiv \dot{S}Q + \dot{Q}S$$

$$\dot{q} \equiv \dot{S}Q + Q f' [d(c/C)/dt]$$

$$\dot{q} \equiv \dot{S}Q + Q f'(c/C) \quad (2)$$

onde:

\dot{q} = variação na quantidade exportada totais do país Z;

$\dot{S}Q$ = o efeito crescimento das exportações mundiais, representa a variação ocorrida desde que mantida a parcela de mercado;

$QF(c/C)$ = o efeito competitividade, representa o crescimento adicional causado pelas mudanças na competitividade relativa.

Um modelo CMS mais complexo leva em consideração a estruturas de exportação de um país, que mesmo na ausência de mudanças na competitividade relativa, pode estar afetando o comportamento das exportações ao longo do tempo. As exportações podem estar concentradas em produtos cuja

demanda está crescendo mais rapidamente ou destinando-se à regiões de crescimento mais dinâmico e vice-versa.

Deste modo, a identidade (1) temos:

$$S_{ij} \equiv q_{ij}/Q_{ij} = f_{ij}(c_{ij}/C_{ij}), \quad f_{ij} > 0,$$

Onde:

i = produto;

j = mercado de destino.

O crescimento total das exportações passa a ser dado pela expressão:

$$\dot{q} \equiv \sum_i \sum_j S_{ij} \dot{Q}_{ij} + \sum_i \sum_j Q_{ij} \dot{S}_{ij}$$

Que expandindo, torna-se:

$$\dot{q} \equiv \underbrace{\dot{S}Q}_{(a)} + \underbrace{[\sum_i S_i \dot{Q}_i - S\dot{Q}]}_{(b)} + \underbrace{[\sum_i \sum_j S_{ij} \dot{Q}_{ij} - \sum_i S_i \dot{Q}_i]}_{(c)} + \underbrace{\sum_i \sum_j Q_{ij} \dot{S}_{ij}}_{(d)} \quad (3)$$

onde:

(a) = efeito do crescimento das exportações mundiais;

(b) = efeito produto;

(c) = efeito mercado; e,

(d) = efeito competitividade.

A formulação específica do modelo CMS para este trabalho considera como variável básica o valor das exportações e as estimativas referem-se a pontos discretos no tempo.

Partindo do modelo básico, com exportações não-diferenciadas por mercadorias e regiões, tem-se a identidade:

$$V^*_{..} - V_{..} \equiv rV_{..} + (V^*_{..} - V_{..} - rV_{..}) \quad (4)$$

(a) (b)

em que:

$V_{..}$ = valor total das exportações do país Z, período 1;

$V^*_{..}$ = valor total das exportações do país Z, período 2; e,

r = incremento das exportações mundiais do período 1 para o período 2.

A variação das exportações do país Z de um período a outro, está associada à variação das exportações mundiais (a) e a um efeito residual atribuído à competitividade (b).

Como as exportações compõem-se de um conjunto diverso de produtos tem-se para o i -ésimo produto uma expressão análoga à (4):

$$V^*_{i.} - V_{i.} \equiv r_i V_{i.} + (V^*_{i.} - V_{i.} - r_i V_{i.})$$

Sendo:

$V_{i.}$ = valor total das exportações do produto i do país Z, período 1;

$V^*_{i.}$ = valor total das exportações do produto i do país Z, período 2; e,

r_i = incremento das exportações mundiais do produto i do período 1 para período 2.

Esta expressão pode ser agrupada em:

$$V^*_{..} - V_{..} \equiv \sum r_i V_{i.} + \sum (V^*_{i.} - V_{i.} - r_i V_{i.})$$

$$V^*_{..} - V_{..} \equiv (rV_{..}) + \sum (r_i - r)V_{i.} + \sum (V^*_{i.} - V_{i.} - r_i V_{i.}) \quad (5)$$

Finalmente, considerando a diferenciação das exportações também por destino, chega-se à equação de CMS para um tipo particular de mercadoria e uma região particular de destino:

$$V^*_{ij} - V_{ij} \equiv r_{ij} V_{ij} + (V^*_{ij} - V_{ij} - r_{ij} V_{ij})$$

Sendo:

V_{ij} = valor total das exportações do produto i do país Z , para o país j , período 1;

V^*_{ij} = valor total das exportações do produto i do país Z , para o país j , período 2; e,

r_{ij} = incremento das exportações mundiais do produto i para o país j do período 1 para o período 2.

Da mesma forma essa equação pode ser agrupada em:

$$V^*_{..} - V_{..} \equiv \sum_i \sum_j r_{ij} V_{ij} + \sum_i \sum_j (V^*_{ij} - V_{ij} - r_{ij} V_{ij})$$

$$V^*_{..} - V_{..} \equiv \underbrace{rV_{..}}_{(a)} + \underbrace{\sum (r_i - r)V_{i.}}_{(b)} + \underbrace{\sum_i \sum_j (r_{ij} - r_i)V_{ij}}_{(c)} + \underbrace{\sum_i \sum_j (V^*_{ij} - V_{ij} - r_{ij} V_{ij})}_{(d)} \quad (6)$$

Desta forma a taxa de crescimento das exportações pode ser decomposta em 4 efeitos: (a) e (b) relacionados a fatores externos e (c) e (d) a fatores internos, em que:

(a) = efeito crescimento do comércio mundial; incremento observado se as exportações do país Z tiverem crescido à mesma taxa do crescimento do comércio mundial;

(b) = efeito composição da pauta de exportação; mudanças na estrutura da pauta com concentração em produto com crescimento de demanda mais ou menos acelerado;

(c) = efeito destino das exportações; mudanças decorrentes de exportações de produtos para mercados de crescimento mais ou menos dinâmicos.

(d) = efeito residual, representando a competitividade; refletindo a diferença entre o crescimento atual e o crescimento que teria ocorrido nas exportações do país Z, se sua parcela de exportações de cada bem para cada país, tivesse sido mantida.

Explicações adicionais sobre os efeitos capazes de explicar o comportamento das exportações:

O efeito pauta de exportações (b):

$$\sum_i (r_i - r) V_i.$$

Se as exportações mundiais do produto i aumentarem mais que a média mundial para todas as mercadorias exportadas, $(r_i - r)$ é positivo e tornará forte esse efeito se V_i for relativamente grande, ou seja, o efeito composição da pauta será positivo se as exportações do país Z estiverem concentradas no produto de maior expansão ou quando a taxa de crescimento for superior à média mundial.

O efeito destino das exportações (c):

$$\sum_j \sum_i (r_{ij} - r_i) V_{ij}$$

Será positivo se o país Z tiver concentrado suas exportações em mercados que experimentaram maior dinamismo no período analisado e negativo se concentrado em regiões mais estagnadas.

O efeito competitividade (d):

$$\sum_j \sum_i (V^*_{ij} - V_{ij} - r_{ij} V_{ij})$$

A diferença entre o crescimento das exportações verificadas pelo modelo CMS e o crescimento efetivo das exportações é atribuída ao efeito competitividade. A medida deste efeito está relacionada com mudanças nos preços relativos. Desta forma, quando um país deixa de manter sua parcela no mercado mundial, o termo competitividade torna-se negativo e indicam preços aumentando para o país em questão, em proporções maiores que os preços de seus competidores.

Os preços relativos quando tomados como medida de competitividade relativa, a relação básica inicial (1), ($S \equiv q/Q = f(c/C)$), fica associado à elasticidade de substituição, que representa a capacidade de uma mercadoria exportada por um determinado país substituir uma mercadoria similar exportada por outro país concorrente na curva de indiferença do país importador. Há, no entanto outros fatores, além dos preços relativos, que podem interferir na atratividade relativa pelas exportações de um país, e que podem estar compreendidos dentro do resíduo de competitividade embora não sejam explícitos.

Leamer e Stern (*apud* STALDER, 1997) apresentam outros fatores que, juntamente com os preços relativos, compõem o resíduo de competitividade, entre eles: melhoria da qualidade e do desenvolvimento de novas exportações; incremento na eficiência do marketing ou em termos de financiamento de vendas; e habilidade para atender com prontidão as vendas.

Segundo Stalder (1997) os principais fatores relativos à origem dos efeitos que influenciam os preços de oferta das exportações de um país comparado a seus competidores são: taxas de crescimento dos fatores disponíveis; resposta de oferta doméstica e da exportação a essas alterações; taxas de produtividade; características dos mercados importadores quanto ao seu crescimento e taxa da inflação monetária. E, em análises de séries temporais dificilmente se consegue isolar esses fatores.

Quando se define “*Market-Share*” como valor exportado, um efeito competitivo, tanto positivo quanto negativo, pode ser consistente com a queda dos preços relativos, dependendo do valor absoluto da elasticidade de substituição. Isso pode ser percebido, a partir da definição empírica da elasticidade de substituição no ponto da maximização da utilidade com restrição orçamentária:

$$\sigma = \frac{d(q_1/q_2)}{d(p_1/p_2)} \cdot \frac{p_1/p_2}{q_1/q_2}$$

$$\sigma = \frac{d \log (q_1/q_2)}{d \log (p_1/p_2)}$$

em que:

σ = elasticidade de substituição

q_1/q_2 = relação de substituição, e

p_1/p_2 = relação de preços.

Com base nessa definição, um país ampliaria sua parcela de mercado à medida que as quedas de preços relativos fossem proporcionalmente menores que o aumento da quantidade relativa comercializada.

Leamer e Stern (1970), Richardson (1971) e Bonelli (1994), apresentam outras questões relativas à competitividade:

a) à distorções, no que tange à participação de um país considerado pequeno, que devido a condições internas pode não conseguir manter sua parcela no mercado dado o aumento rápido do país importador, tornando-se menos competitivo, frente a um grande país com parcelas de exportações inalteradas porque participa em mercados estagnados.

b) ao resíduo, argumentam que está associado às taxas diferenciais de aumento temporário ou permanente de preços das exportações.

c) as variações do efeito residual podem ser associados a fatores exógenos: a ganhos de preços internacionais, padrões de demanda, mudanças de costumes, preferências e políticas de comércio.

d) A fatores endógenos relacionados à evolução da taxa cambial, a taxas diferenciais e melhoria de qualidade, capacidade de venda a mercados internacionais, desenvolvimento de novas exportações, melhorias e ganhos de eficiência de marketing ou financiamento das vendas para exportações, mudanças relativas na habilidade e rapidez no atendimento de encomendas.

Carvalho (1995) destaca a inexistência de consenso acerca da interação dos diferentes fatores que compõem o efeito competitividade. Horta *et alii* (*apud* Carvalho, 1995) apresentam três linhas conceituais relativas a competitividade internacional:

- O conceito desempenho associa a competitividade do país diretamente a seu desempenho no mercado internacional;
- O conceito macro considera variáveis relacionadas com decisões políticas, como subsídios e taxas de câmbio; e,
- O conceito eficiência reflete características estruturais da economia (aumentos de produtividade).

Sereia (2001) discute ainda a ambigüidade dos resultados do efeito competitividade e as dificuldades em construir indicadores apropriados, visto que os mesmos nem sempre são passíveis de identificação, quando confrontados e apresentados em séries longas.

Logo, há dificuldade em identificar os fatores que estão subjacentes ao conceito de competitividade, visto que não há na literatura um consenso em termos de definição. Diante disto, este trabalho considera na forma absoluta o conceito de desempenho da competitividade internacional, ou seja, o efeito competitividade é quantificado sem envolver a identificação dos fatores explicativos desse indicador.

3.1.2 Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR)

As exportações dos complexos agroindustriais brasileiros estão estabelecidas de acordo com um padrão de inserção no comércio internacional. Em virtude dos níveis de diversificação da pauta de exportações, torna-se importante, portanto, verificar como se caracteriza essa estrutura, ou seja, em que padrão de especialização internacional está baseada, quanto ao tipo de produto exportado.

Para tanto, proceder-se-á ao cálculo do indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) das exportações do complexo agroindustrial brasileiro, calculado de acordo com Balassa (*apud* NONNENBERG, 1995), Carvalho (1995) e Sereia (2001), que definiu o índice como:

$$(I_{(x)P(i)} = (X_i^p / X_m^p) / (X_i^w / X_m^w))$$

onde:

X_i^p / X_m^p = é a parcela das exportações do produto i (X_i) nas exportações totais da agroindústria (X_m) do país considerado (p); e,

$X_i^w / X_m^w =$ é a parcela da exportação mundial do produto i (X_i^w) nas exportações mundiais de produtos da agroindústria (X_m^w).

O país tem vantagem comparativa com determinado produto, quando $(I_{(x)} P_i)$ for superior à unidade (1,0).

Este indicador é calculado para cada produto do complexo agroindustrial, e para cada sub-período analisado, objetivando caracterizar o padrão de vantagem comparativa do país e sua evolução ao longo do tempo.

No próximo capítulo discute-se a evolução e o desempenho da pauta de exportações dos complexos agroindustriais brasileiros e mundiais. Nesta abordagem são analisados a composição, participação e o crescimento, comportamento e tendências das exportações brasileiras e mundiais.

4 EVOLUÇÃO E DESEMPENHO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DERIVADAS DA AGROINDÚSTRIA

Ao se observar o desempenho exportador do Brasil verifica-se um ganho gradual de *market-share* na década de 70 até 1984, época em que atinge sua maior participação no mercado internacional, 1,47% do total comercializado mundialmente. A partir de 1985 são observadas perdas gradativas em *market-share*, cuja participação declina a um percentual inferior a 1% do comércio mundial em quase todos os anos (Tabela 1, p.76).

A falta de estabilidade interna da economia brasileira, impossibilitando ações de âmbito macroeconômico que pudessem gerar condições favoráveis a um desenvolvimento progressivo do volume exportado, assim como ações de caráter microeconômico -relacionados principalmente a fatores relativos ao desenvolvimento tecnológico, criação de ambiente propício a inovações tecnológicas e novas formas de organização - foram decisivos para a manutenção da estagnação neste período.

Sem uma política clara e sem o estabelecimento de prioridades quanto à melhoria do desempenho exportador brasileiro, muitas ações sinalizaram tanto o estabelecimento de uma política industrial capaz de promover uma indústria globalmente competitiva, atraindo empresas para setores de alto dinamismo e agregação econômica, quanto o fortalecimento da capacidade exportadora em setores nos quais o país já contaria com fortes vantagens competitivas, e poderia

‘alçar vôos’ rumo a mercados globais. Essa ambigüidade colaborou com a estagnação de nosso setor exportador.

As exportações brasileiras passaram de médias anuais nominais em torno de US\$ 1,6 bilhão (triênio 1964/66), para US\$ 33,2 bilhões (triênio 1988/90). Em meados da década de 60 a participação das exportações brasileiras no comércio mundial passou de 0,8% para 1,4% em 1984, percentual que não se sustentou e voltou gradativamente aos atuais 0,9% em 2000/2001 (MOTTA VEIGA, 2000).

Jayme Jr. (2002, p. 02) apresenta alguns argumentos relativos à evolução das exportações ao longo das décadas de 70 a 90 e suas correlações com o crescimento econômico neste período:

[...] enquanto na década de 70 o PIB – Produto interno bruto do país crescia a taxas médias anuais na ordem de 7%, na década de 90 o país não conseguiu repetir o mesmo desempenho. Já nos anos 80, com a crise da dívida externa, a economia brasileira estagnou, não conseguindo reação, mesmo com a mudança da política econômica adotada através dos vários planos econômicos implementados na economia brasileira (Cruzado, Cruzado Novo, Cruzeiro, Cruzeiro Real). Somente com a adoção do Plano Real, em 1994, observamos crescimento do PIB e da economia, porém, diretamente relacionada ao aumento do poder aquisitivo da população, e conseqüente ampliação do mercado doméstico, não gerando reflexos duradouros no que tange ao desenvolvimento do comércio internacional (JAYME JR. 2002, p.02).

A deterioração da situação macroeconômica e o crescimento da inflação na segunda metade dos anos 80 comprometeram o desempenho das exportações, ao passo que determinaram a tendência recorrente à queda das taxas de câmbio reais, a queda das taxas de investimento e o dismantelamento do aparato institucional e financeiro de apoio às exportações.

A conseqüência foi à perda de dinamismo das exportações do país ao longo da segunda metade da década de 80 e primeira metade da década de 90, levando a perdas significativas de *market-share* nos principais mercados e à

crescente concentração da especialização comercial do Brasil em *commodities* intensivas em recursos naturais.

Bonelli (1994) em seu estudo constata a perda de rentabilidade e competitividade da atividade exportadora a partir de meados dos anos 80:

A partir de 1984, a contribuição do 'efeito competitividade' ao desempenho agregado das exportações brasileiras torna-se negativa. A perda de dinamismo das exportações, sobretudo no caso de manufaturados, interrompe o processo de diversificação da pauta de produtos e de redução da participação dos produtos de origem agropecuária (café solúvel, carne bovina industrializada, madeira e fios/tecidos de algodão). O crescimento observado, na década de 70, da participação de bens de capital mecânicos e elétricos e de material de transporte na pauta de exportações também não se sustenta durante a década de 80 e, sobretudo, na segunda metade desta (BONELLI, 1994, p.06).

Fasano *apud* Motta Veiga (2000) também comprova que a deterioração do desempenho comercial dos produtos manufaturados brasileiros de fato se iniciou na segunda metade dos anos 80, tendo o Brasil perdido *market-share* nos seus principais mercados de exportação, à exceção dos países do Mercosul.

A participação dos manufaturados brasileiros nas importações dos Estados Unidos, por exemplo, reduziu-se, entre 1985 e 1990, de 1,76% para 1,39%, ou seja, uma redução de 0,37 ponto percentual, equivalente a 21%, no período. No mercado do Japão, a participação dos manufaturados brasileiros cai de 1,41% para 1,16%, registrando redução equivalente a 17,8 % no período entre 1985 e 1990 (MOTTA VEIGA, 2000).

Frischtak e Pessoa (2000) apontam outros motivos para o desempenho das exportações brasileiras a partir da segunda metade da década de 80:

- O país deixou de ter uma política de exportação voltada para a conquista de mercados externos, seja em função da euforia do

Plano Cruzado, seja pelo foco quase exclusivo das autoridades econômicas no controle do processo inflacionário.

- O fato de a atividade exportadora ser uma não prioridade relegou a segundo plano ações imprescindíveis para a competitividade sistêmica da economia nacional, incluindo uma oferta de infraestrutura que permitisse uma integração logística do país com os mercados globais, um regime tributário compatível com os requisitos de expansão das vendas externas, e instrumentos eficazes para a promoção de exportações.
- A valorização do real, com a implantação das primeiras medidas de estabilização em junho e julho de 1994, aliada ao crescimento do mercado doméstico, levou a uma gradativa perda de dinamismo do *quantum* exportador após um período inicial de rápido crescimento.
- Forte redução, em 1998, dos preços internacionais das principais *commodities*, que atingiu 12,1% em média, motivada pelo crescimento da oferta mundial e a queda da demanda que se seguiu às crises russa e asiática.

Moreira (2000) faz um balanço da abertura comercial no início da década de 90, argumentando que a redução das barreiras comerciais colocou o país em direção a uma postura mais favorável ao comércio internacional, permitindo observar de uma maneira mais clara o lado positivo e o negativo do regime anterior. A substituição de importações permitiu fazer uma mudança estrutural, porém seus excessos geraram produtos defasados com baixo crescimento da produtividade,

escalas pouco competitivas e queda no desempenho das exportações. Com a abertura, as deficiências do regime anterior ficaram mais evidentes e provocaram um movimento no sentido de sua correção.

Os principais resultados derivados da estratégia ao longo da década de 90 foram: a) as empresas foram colocadas frente-a-frente com a concorrência internacional, obrigando-as a empreender vigorosos programas de modernização e especialização, viabilizando ganhos expressivos de produtividade, gerando produtos com qualidade e preço mais competitivos; b) a pressão da concorrência forçou também um movimento de reestruturação setorial, privilegiando setores onde o país é mais produtivo, tendo condições de competir internacionalmente; c) a participação das importações no consumo doméstico de manufaturados saltou de 5% no final da década de 80 para 20% em 1998, um nível ainda inferior ao da maioria dos países industrializados; d) a redução da proteção ao mercado interno também reduziu o viés contra as exportações, que ampliaram a sua participação no total da produção das empresas industriais, que era de 8,8% em 1989, passando para 15% em 1998.

Moreira (2000) ressalta que a abertura alcançou estes resultados apesar do contexto macroeconômico desfavorável, concorrendo com fatores que aumentaram os custos da abertura e reduziram seus benefícios, tais como: elevadas taxas de inflação que prevaleceram em boa parte do período; baixas taxas de crescimento da economia, estrutura tributária em cascata; política cambial desfavorável e deterioração da balança comercial e do balanço de pagamentos no período, particularmente a partir de 1995.

Martins e Moreira *apud* Motta Veiga (2000) mostram, porém, que o problema com as exportações brasileiras na década de 90 não foi de composição de produtos, como a falta de produtos “dinâmicos” (computadores, semicondutores,

eletrônicos em geral) na pauta de exportações brasileiras, e sim um problema fundamentalmente de competitividade, refletindo questões como câmbio e produtividade¹⁶.

Contudo, Moreira (2000) afirma que o Brasil demonstrou ingenuidade pela forma como a abertura realizada, como se o comércio internacional fosse guiado, ainda e apenas, pelas vantagens comparativas das quais falou Ricardo, e não como sendo bem mais complexo, onde fatores como escala, aprendizado e financiamento têm um papel tão ou mais importante que as vantagens comparativas clássicas na explicação dos fluxos de comércio.

[...] portanto, ao tomar a posição de laissez-faire radical, o país correu o risco de ter setores-chave para o crescimento deslocado pelo comércio internacional, não por uma questão de vantagens comparativas clássicas, mas por aquilo que poderíamos chamar de imperfeições do mercado internacional (MOREIRA, 2000, p.06).

Motta Veiga (2000) faz um balanço da década de 90 e argumenta que a mesma não introduz nenhuma alteração profunda em relação ao quadro herdado dos anos 80, somente a continuação do processo de transformação estrutural da pauta exportadora, iniciado no final da década de 60.

Tabela 1 – Exportações Mundiais, Exportações Brasileiras e Participação das Exportações Brasileiras – 1970 a 2003 (US\$ milhões)

ANO	EXPORTAÇÕES		PARTICIPAÇÃO
	MUNDIAIS	BRASIL	%
1970	299.700	2.739	0,9139%
1975	850.700	8.670	1,0192%
1980	1.940.800	20.132	1,0373%
1985	1.872.000	25.639	1,3696%
1990	3.395.300	31.414	0,9252%
1991	3.489.100	31.620	0,9063%
1992	3.730.200	35.793	0,9595%
1993	3.730.700	38.597	1,0346%
1994	4.244.800	43.558	1,0261%

¹⁶ Ver: Exportações para a OCDE: um problema de composição? **RBCE** n°56- Jul/Set 1998

1995	5.079.400	46.506	0,9156%
1996	5.286.500	47.762	0,9035%
1997	5.546.000	52.987	0,9554%
1998	5.384.000	51.139	0,9498%
1999	5.579.000	48.011	0,8606%
2000	6.286.000	55.085	0,8763%
2001	6.023.000	58.222	0,9667%
2002	6.289.000	60.361	0,9598%
2003	7.370.000	73.084	0,9916%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados d MDIC/SECEX

A perda de dinamismo e conseqüente *market-share* é visível ao se analisar o período de 1990/1996; a participação destes produtos no total das importações de manufaturados dos Estados Unidos passou de 1,39% para 0,95%, uma redução de 0,44 ponto percentual, equivalente a 31,7% da participação observada no primeiro dos dois anos considerados. No caso do mercado do Japão, a queda foi da mesma magnitude (32%) e na Alemanha, ela atingiu 32,7% (FASANO *apud* MOTTA VEIGA; MARWALD; CORREIA, 1999).

Outros estudos, como Fonseca e Velloso (1998) e Martins e Moreira (1998), citados por Motta Veiga (2000) que analisaram os fatores determinantes do desempenho das exportações brasileiras para países da OCDE ao longo da década de 90 concluíram que:

- As exportações industriais brasileiras perderam mercado na década de 90 em função de seu desempenho em termos de preço e de fatores de competitividade não-preço, e não por exportar produtos cuja demanda internacional revelou-se pouco dinâmica.
- No caso dos produtos primários, o desempenho registrado pelos autores foi “superior ao necessário para manter seu *market-share* no comércio internacional”, tendo a exportação destes produtos crescido 11,2%, entre 1990 e 1995, contra um crescimento médio das importações da OCDE da ordem de 9% no período.

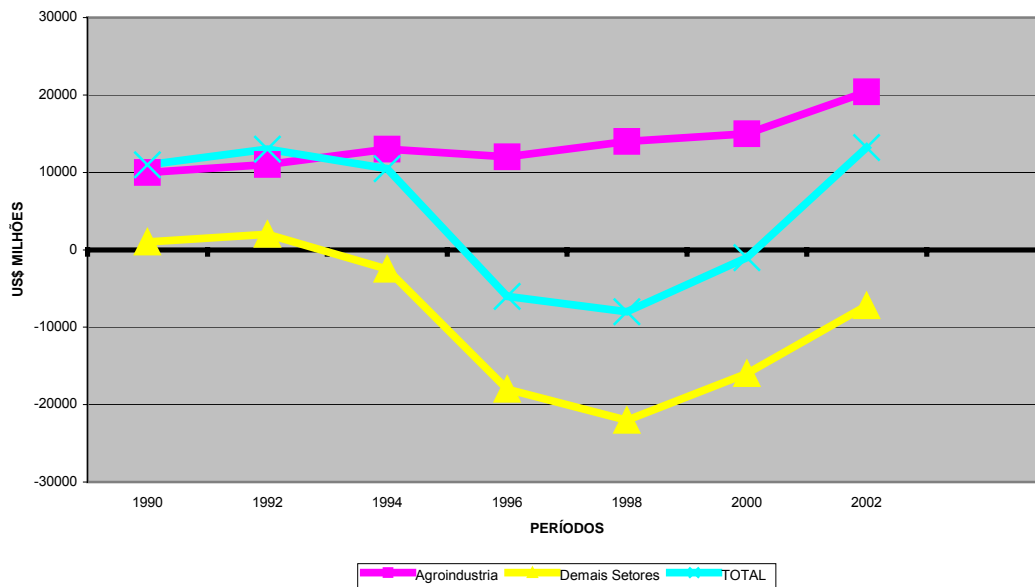
Para Fonseca e Velloso *apud* Motta Veiga (2000) a falta de dinamismo das exportações brasileiras é generalizada e não se deve à sua ausência nos mercados “dinâmicos”, mas sim à sua falta de competitividade frente às demais economias: ela é conseqüência da falta de competitividade generalizada dos produtos brasileiros.

Já o estudo de Motta Veiga; Marwald; Correia (1999, p.10), que analisa o desempenho exportador do Brasil para o mercado dos EUA na década de 90, faz a comparação entre a composição das pautas de exportações para os EUA e para o mundo, conclui que:

[...] o efeito-composição da pauta, quando avaliado pelo critério de adequação às características da demanda internacional, não é capaz de contribuir para explicar o baixo dinamismo das exportações brasileiras para os EUA, quando comparadas ao desempenho exportador do país para o mundo. Ao contrário, pelo menos do ponto de vista da adequação ao dinamismo da demanda, seria de se esperar um desempenho superior das exportações para os EUA comparativamente ao desempenho das vendas para o mundo. O mesmo tipo de mensagem é transmitido pela análise do desempenho exportador do Brasil para os EUA e para o Mundo, na década de 90, de acordo com a intensidade tecnológica dos produtos industrializados exportados (MOTTA VEIGA; MARWALD; CORREIA, 1999 p.10).

Quando se analisa o desempenho da balança comercial por agrupamentos de produtos (Gráfico 1), observa-se que embora seu desempenho a partir da segunda metade da década de 90 e início da década de 2000 tenha apresentado evolução negativa, a balança da agroindústria foi sempre positiva e apresentou constância.

GRÁFICO 1 - Balança Comercial Brasileira, Balança Agroindustrial e Balança dos demais setores da economia - 1990 a 2002 (US\$ milhões)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

Segundo Motta Veiga; Marwald; Correia (1999) O baixo dinamismo das exportações para os EUA está mais ligado a: a) perdas de *market-share* setoriais determinadas ou impactadas pelo efeito Nafta; b) barreiras tarifárias e não-tarifárias às exportações brasileiras; e c) outros fatores, como ganhos de competitividade vinculados a aspectos macroeconômicos (evolução das paridades cambiais entre o Brasil e seus concorrentes no mercado americano) e a desempenhos microeconômicos, que provavelmente tiveram papel importante nos ganhos de mercado registrados pelos concorrentes do Brasil, especialmente a China, os países asiáticos emergentes e o México.

O período de 96/98 revelou uma aparente retomada do crescimento das exportações que pode ser explicada através dos ganhos de qualidade e de produtividade da indústria brasileira a partir do início da década, proporcionados principalmente pela abertura comercial, maior pressão competitiva em uma economia em recessão e a introdução de programas como PBQP – Programa

Brasileiro de Qualidade e Produtividade, assim como a introdução de novos métodos e sistemas de produção.

Porém, nem a desvalorização cambial em janeiro/fevereiro de 1999, em torno de 30%, conseguiu frear um novo ciclo de retração das exportações iniciado no último semestre de 1998, em virtude principalmente das consecutivas crises internacionais. A falta de confiança aliado à baixa perspectiva quanto ao rumo da economia brasileira fez com que empresas alocadas em território brasileiro suspendessem novos contratos com o exterior, estagnando as exportações até o ano 2000.

Frischtak e Pessoa (2000) concluem que a ineficiência da expansão das exportações brasileiras até meados da década de 90 também está ancorada:

- a) na ausência de ações voltadas para melhoria da competitividade sistêmica da indústria;
- b) na ausência de políticas que modifiquem a estrutura produtiva do país;
- c) na falta de fortalecimento de bases empresariais em áreas de maior dinamismo;
- d) na ausência de novas formas de financiamento empresariais voltadas à exportação; e,
- e) na escassez de investimentos em ciência e tecnologia, dando condições competitivas a empresas nacionais.

A partir do ano 2000, ancorada principalmente na agroindústria, a economia brasileira passa a desfrutar de um novo ciclo de crescimento de suas exportações, aparentando ser um ciclo com alicerces mais seguros no que tange à

manutenção de novos índices de *market-share* brasileiro na economia mundial, com maior diversificação da pauta de exportação para produtos com melhor competitividade internacional.

Motta Veiga (2000) cita ainda inúmeros outros estudos realizados pela Funcex no final da década de 90 que traçou uma detalhada radiografia do desempenho das exportações brasileiras na década de 90, em termos de composição empresarial do universo exportador (ver especialmente MOTTA VEIGA; MACHADO; CARVALHO, 1998).

As características mais relevantes detectadas por estes estudos, no plano microeconômico, foram as seguintes:

- a) número de empresas exportadoras cresce significativamente entre 1990 e 1993, mas se estabiliza a partir daí;
- b) empresa de pequeno porte e de alguns estados apresenta queda não-desprezível.
- c) crescente concentração das exportações nas faixas de valor mais elevado: grandes exportadores (vendas acima de US\$ 20 milhões/ano) responderam, em 1996, por 73,8% das exportações totais, participação que, em 1993, era de 68,6%.
- d) a participação de pequenos e médios exportadores (até US\$ 3 milhões/ano) na pauta cai, entre 1993 e 1996, cerca de 20%.
- e) o crescimento das exportações brasileiras, entre 1993 e 1996, é atribuível ao desempenho dos grandes exportadores: o desempenho deste grupo explica 96,1% daquele crescimento; e
- f) associação positiva entre continuidade na atividade exportadora e tamanho do exportador: em 1996, 93% das exportações efetuadas

na faixa superior a US\$ 50 milhões/ano eram feitas por exportadores contínuos.

Já a partir de 2003 o Brasil experimentou uma evolução ímpar no seu comércio exterior. Como se pode observar na Tabela 2, enquanto em 2001 a balança comercial fechou o ano equilibrada, com baixo superávit, em 2002 o país já conseguiu um bom avanço, e em 2003 fechou em mais de R\$ 24 bilhões de superávit, com tendência de aumento para os próximos anos.

A evolução do comércio recente é apresentada na Tabela 2 e pode-se verificar a tendência de crescimento recente, que reflete a mudança no quadro das relações internacionais de comércio discutidas anteriormente.

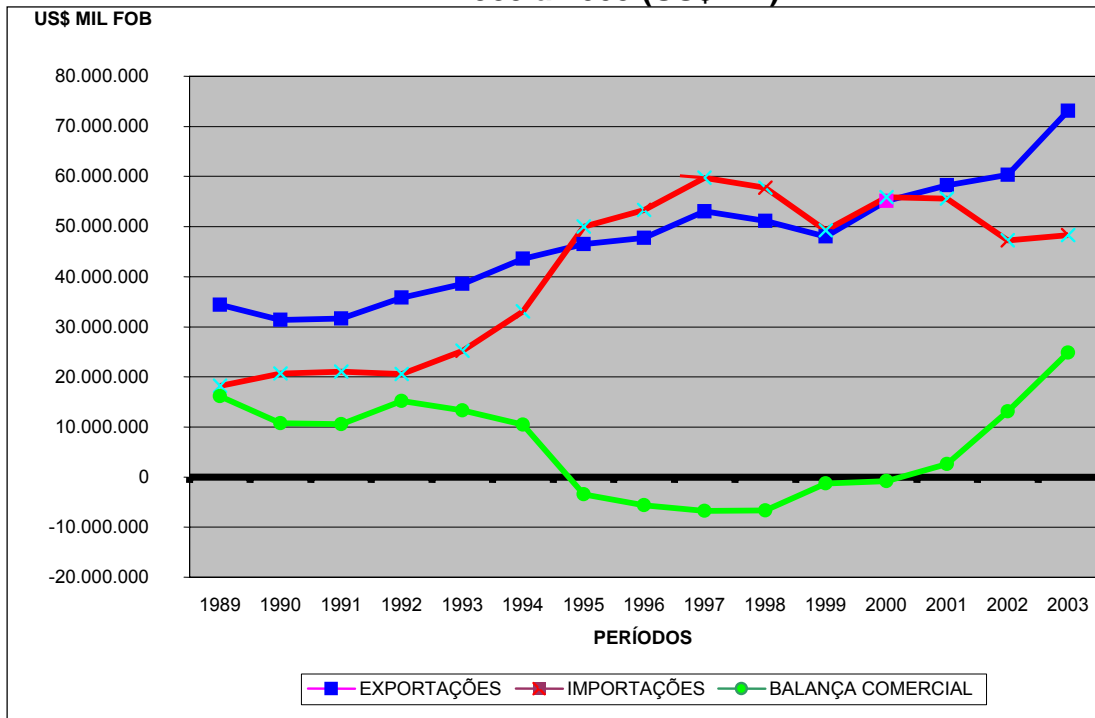
O Gráfico 2 apresenta a evolução das exportações, importações e do saldo da balança comercial Brasileira e que verifica-se que no último biênio as exportações se aceleraram, com conseqüente aumento do saldo da balança comercial.

Tabela 2 – Exportações, Importações e Balança Comercial Brasileira - 1989 a 2003 (US\$ mil)

ANOS	EXPORTAÇÕES	Variação % s/Ano Anterior	IMPORTAÇÕES	Variação % s/Ano Anterior	BALANÇA COMERCIAL	Variação % s/ano Anterior
1989	34.382.620	-	18.263.433	-	16.119.187	-
1990	31.413.756	-8,63	20.661.362	13,13	10.752.394	-33,29
1991	31.620.439	0,66	21.040.471	1,83	10.579.968	-1,60
1992	35.792.986	13,20	20.554.091	-2,31	15.238.895	44,04
1993	38.554.769	7,72	25.256.001	22,88	13.298.768	-12,73
1994	43.545.149	12,94	33.078.690	30,97	10.466.459	-21,30
1995	46.506.282	6,80	49.971.896	51,07	-3.465.614	-133,11
1996	47.746.728	2,67	53.345.767	6,75	-5.599.039	-61,56
1997	52.994.341	10,99	59.747.227	12,00	-6.752.886	-20,61
1998	51.139.862	-3,50	57.763.476	-3,32	-6.623.614	1,91
1999	48.011.444	-6,12	49.294.639	-14,66	-1.283.195	80,63
2000	55.085.595	14,73	55.838.590	13,28	-752.995	41,32
2001	58.222.642	5,69	55.572.176	-0,48	2.650.466	351,99
2002	60.361.786	3,67	47.240.488	-14,99	13.125.034	395,20
2003	73.084.140	21,08	48.259.593	2,16	24.824.545	89,14
MÉDIA	47.230.836	8,04	41.059.193	11,73	6.171.892	3,86

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

Gráfico 2 – Exportações, Importações e Balança Comercial Brasileira - 1989 a 2003 (US\$ mil)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

4.2 EVOLUÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - POR COMPLEXOS

AGROINDUSTRIAIS SELECIONADOS

As exportações brasileiras dos seis complexos agroindustriais selecionados (açúcar, café, carnes, laranja, madeira e soja) apresentaram um crescimento da ordem de 83,29% (Tabela 3) de variação positiva ao longo do período analisado no presente estudo (1989 a 2002), representando um crescimento médio anual com índice próximo a 6% ao ano.

A seguir se analisa a evolução das exportações de complexos selecionados no período analisado.

4.2.1 Evolução das exportações do sub-período I (1989 a 1992) para o sub-período II (1993 a 1996)

De acordo com a Tabela 3 pode-se verificar que a variação nos níveis exportados pelos complexos foi mais intensa no sub-período II, onde apresentou variação positiva da ordem de 48,13%; somente o complexo de produtos derivados da laranja apresentou retração de 2,21% todos os outros complexos apresentaram variações positivas, com índices acima de 30%.

4.2.2 Evolução das exportações do sub-período II (1993 a 1996) para o sub-período III (1997 a 1999)

A evolução das exportações no sub-período III apresentou variação positiva de 17,37%, sendo bem menor que o índice de 48,13% verificado no sub-período anterior, indicando tendência de estagnação das exportações brasileiras. Mesmo apresentando desempenho menor, somente um complexo de produto apresentou redução dos níveis exportados, o madeira, com decréscimo de apenas 1,77%. Os outros complexos, entretanto, apresentaram evolução bem menor que o verificado no sub-período anterior, com exceção do complexo café que apresentou pequena alteração positiva na variação, de 37,60% para 39,69%.

Tabela 3 – Volume (US\$) e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras – por Complexos de Produtos – 1989 a 2002

Complexos	Exportações (US\$) mil FOB				Taxa Geométrica			
	Sub-período I 1989 – 92	Sub-período II 1993 - 96	Sub-período III 1997 - 99	Sub-período IV 2000 - 02	III/I	III/II	IV/III	IV/I
Açúcar	467.949	1.327.459	1.874.310	1.857.376	183,68	41,20	-0,90	296,92
Café	1.268.579	1.745.513	2.438.262	1.325.581	37,60	39,69	-45,63	4,49
Carnes	836.276	1.350.135	1.534.715	2.613.756	61,45	13,67	70,31	212,55
Laranja	1.129.251	1.104.243	1.190.363	990.137	-2,21	7,80	-16,82	-12,32
Madeira	2.508.550	3.960.097	3.889.863	4.578.833	57,86	-1,77	17,71	82,53
Soja	2.809.848	3.874.859	4.756.327	5.168.338	37,90	22,75	8,66	83,94
Totais	9.020.452	13.362.305	15.683.841	16.534.022	48,13	17,37	5,42	83,29

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

3.2.3 Evolução das exportações do sub-período III (1997 a 1999) para o Sub-Período IV (2000 a 2002)

No IV sub-período as exportações apresentaram manutenção dos níveis exportados no sub-período anterior, representando estagnação. Podemos verificar, de acordo com a Tabela 3 que, embora o período apresentou evolução positiva de 5,42%, 3 dos 6 complexos estudados (Açúcar, café e laranja) apresentaram índices negativos em sua evolução (0,90, 45,63 e 16,82%, respectivamente). Já os complexos soja e madeira apresentaram índices positivos modestos (8,66% e 17,71%) de evolução. A exceção ficou por conta do complexo carnes que apresentou evolução positiva da ordem de 70,31%.

4.2.4 Evolução das exportações do sub-período I (1989 a 1992) para o sub-período IV (2000 a 2002)

Os complexos estudados apresentaram evolução positiva de 83,29% ao longo do período estudado (1989 a 2002). Os complexos de madeira e soja apresentaram evolução similar, apresentando índices positivos da ordem de 82,53% e 83,94% respectivamente. Outros dois complexos (açúcar e carnes) apresentaram índices de evolução positiva bem acima da média, 296,92% e 212,55% respectivamente. Já os complexos de café e laranja apresentaram índices bem abaixo da média: o complexo café apresentou evolução de apenas 4,49%, representando estagnação das exportações para este produto, e o complexo da laranja apresentou retração da ordem de 12,32% em seus níveis de exportação.

4.2.5 Complexo Açúcar

O complexo açúcar foi o que apresentou maior variação ao longo do período estudado (1989 a 2002), apresentando evolução positiva da ordem de 296,92% (Tabela 3). Esta evolução foi mais representativa na análise do sub-período II, atingindo 183,68% de evolução positiva. No sub-período III o complexo manteve evolução positiva com o melhor índice (41,20%) entre os complexos estudados, entretanto bem menor que no sub-período anterior. Já no sub-período IV o complexo apresentou retração dos níveis exportados da ordem de 0,90%, indicando estagnação das exportações com tendência de redução. De acordo com a Tabela 4 e o Gráfico 3, os percentuais da participação deste complexo em relação

ao total dos volumes exportados dos complexos estudados evoluiu de 5,19% no sub-período I para 11,23% no sub-período IV.

4.2.6 Complexo Café

O complexo café apresentou evolução positiva de apenas 4,49% no período de 1989 a 2002 (Tabela 3), diminuindo sua participação de 14,06% para 8,02% do total exportado pelos complexos estudados (Tabela 4). Este declínio de participação se deve principalmente pela redução de suas exportações no sub-período IV, aferindo retração de 45,63% em relação ao sub-período anterior. O complexo cafeeiro que era o terceiro mais importante em participação no primeiro sub-período I (14,06%), ao final do IV sub-período representou o quinto complexo mais importante (8,02%).

4.2.7 Complexo Carnes

O complexo carnes obteve a segunda melhor variação na taxa de crescimento das exportações no período de 1989 a 2002, apresentando evolução positiva da ordem de 212,55% (Tabela 3). Esta evolução foi mais representativa no IV sub-período analisado, atingindo 70,31% de evolução positiva, e indicando crescimento contínuo das exportações. A Tabela 4 nos mostra que a participação do complexo carnes saltou de 9,27% para 15,81% do total das exportações brasileiras.

4.2.8 Complexo Laranja

O complexo laranja foi o único que apresentou variação negativa de crescimento no período 1989 a 2002, com índice de retração de 12,32%. De acordo com a Tabela 3, podemos observar uma pequena evolução de 7,8% no sub-período III. A Tabela 4 nos apresenta progressiva queda de participação deste complexo nos totais exportados, onde é constatado redução de 12,52% de participação dos totais exportados pelo Brasil no sub-período I para 5,99%.

4.2.9 Complexo Madeira

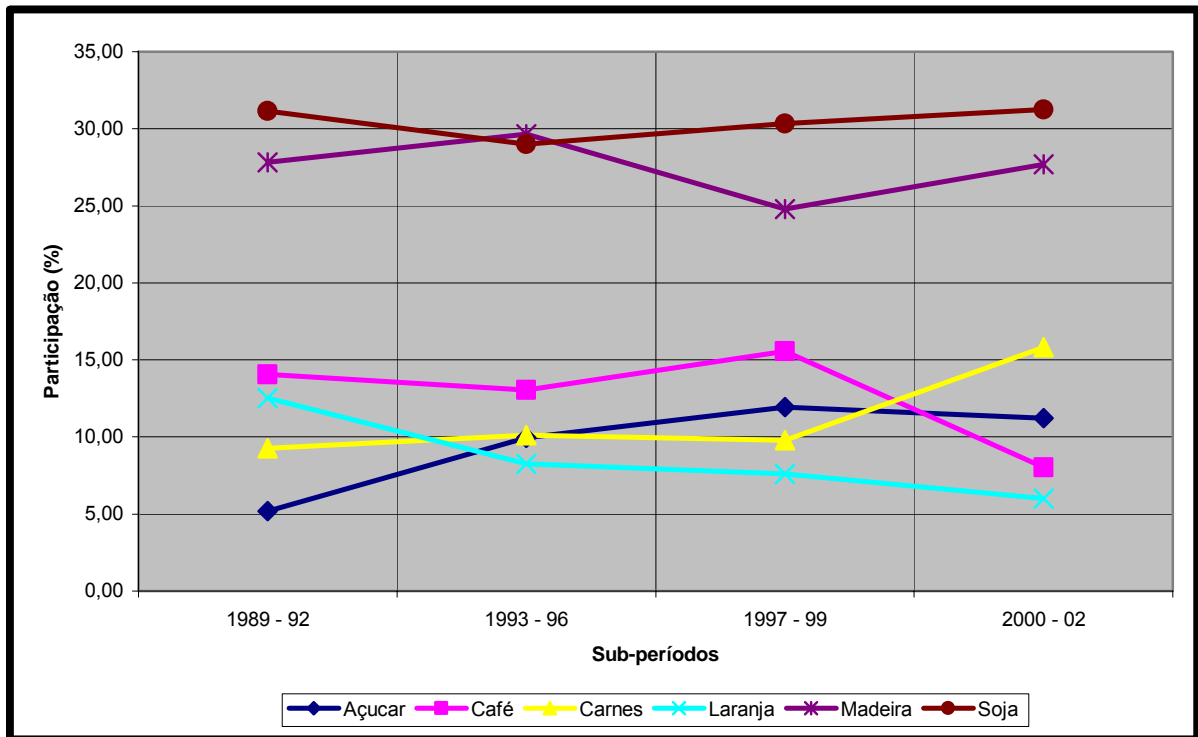
O complexo madeira apresentou variação positiva de 82,53% (Tabela 3), acompanhando a evolução média das exportações brasileiras, e mantendo os mesmos níveis de participação no total exportado, em torno de 27% (Tabela 4). Os índices de crescimento das exportações apresentaram evolução positiva do sub-período II para III e do III para IV, indicando tendência de aumento das exportações para este complexo.

Tabela 4 – Participação dos Complexos Agroindustriais nas Exportações Brasileiras – 1989 a 2002

Complexos	Participação (%)			
	1989 – 92	1993 - 96	1997 - 99	2000 - 02
Açúcar	5,19	9,93	11,95	11,23
Café	14,06	13,06	15,55	8,02
Carnes	9,27	10,10	9,79	15,81
Laranja	12,52	8,26	7,59	5,99
Madeira	27,81	29,64	24,80	27,69
Soja	31,15	29,00	30,33	31,26
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

Gráfico 3 – Participação dos Complexos Agroindustriais nas Exportações Brasileiras – 1989 a 2002



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

4.2.10 Complexo Soja

Assim como o complexo madeira, o complexo soja acompanhou a evolução média dos complexos, apresentando variação positiva de 83,94% no crescimento das exportações (Tabela 3), e mantendo os mesmos níveis de participação no total das exportações, em torno de 31% (Tabela 4). A Tabela 3, porém, nos mostra tendência de queda na evolução dos níveis de exportação para este complexo, visto que o mesmo apresentou taxas geométricas de decréscimo ao longo dos sub-períodos analisados (37,90%, 22,75% e 8,66%).

4.3 EVOLUÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – POR MERCADOS DE DESTINO

As exportações brasileiras dos seis complexos agroindustriais selecionados (açúcar, café, carnes, laranja, madeira e soja) para os seis mercados de destino selecionados (Mercosul, Nafta, Europa, África, Ásia e Oceania) apresentaram um crescimento positivo da ordem de 136,64% do sub-período I para o sub-período IV, representando um crescimento médio anual de 9,76%. Abaixo são analisadas as informações constantes na Tabela 5 e Gráfico 5.

4.3.1 Evolução das exportações do sub-período I (1989 a 1992) para o sub-período II (1993 a 1996)

Os níveis das exportações entre estes dois sub-períodos apresentaram evolução positiva de 59,76%. Todos os mercados de destino apresentaram índices positivos, com atenção para o Mercosul e Ásia que apresentaram os maiores índices de crescimento, 270,44 e 103,28%, respectivamente, e o Nafta que apresentou a menor taxa de crescimento 16,76%.

4.3.2 Evolução das Exportações do Sub-Período II (1993 a 1996) para o Sub-Período III (1997 a 1999)

A evolução das exportações entre estes sub-períodos apresentou variação positiva de 44,55%, sendo sustentada pelas exportações para a Europa

que registraram crescimento de 63,45%. O mercado de destino dos países do Nafta teve pequeno crescimento, atingindo 19,91%. As exportações para a Oceania apresentaram redução em 21,92% e os demais mercados de destino apresentaram índices abaixo da média: o índice de crescimento do Mercosul caiu para 37,40%, da Ásia para 33,61% e da África para 19,55%.

Tabela 5 – Volume e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras – por Mercados de Destino – 1989 a 2002

Mercados de destinos	Exportações (US\$) mil				Taxa Geométrica			
	Sub-período I 1989 - 92	Sub-período II 1993 - 96	Sub-período III 1997 - 99	Sub-período IV 2000 - 02	III/I	III/II	IV/III	IV/I
Total Mercosul	159.073	589.277	809.693	594.222	270,44	37,40	-26,61	273,55
Total Nafta	1.329.028	1.551.719	1.860.610	1.994.880	16,76	19,91	7,22	50,10
Total África	372.550	680.673	813.722	877.337	82,71	19,55	7,82	135,50
Total Oceania	54.704	82.371	64.318	49.050	50,58	-21,92	-23,74	-10,33
Total Europa	3.431.103	5.042.468	8.241.884	8.455.980	46,96	63,45	2,60	146,45
Total Ásia	1.367.809	2.780.521	3.715.185	3.917.423	103,28	33,61	5,44	186,40
TOTAL	6.714.270	10.727.033	15.505.415	15.888.895	59,76	44,55	2,47	136,64

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

4.3.3 Evolução das Exportações do Sub-Período III (1997 a 1999) para o Sub-Período IV (2000 a 2002)

As exportações entre estes sub-períodos apresentaram estagnação, registrando crescimento de apenas 2,47%, provocados pela ausência de crescimento significativo em todos os mercado de destinos e pela evolução negativa da ordem de 26,61% das exportações para o Mercosul.

4.3.4 Evolução das Exportações do Sub-período I (1989 a 1992) para o Sub-Período IV (2000 a 2002)

Na comparação entre o sub-período inicial (I) e o sub-período final (IV) utilizados para análise observamos um crescimento médio entre os mercado de destinos da ordem de 136,64%. As exportações para o Mercosul e Ásia apresentaram crescimento acima da média, registrando respectivamente 273,55 e 186,40%. As exportações para a África e Europa demonstraram evolução próximas da média e as exportações para o Nafta e a Oceania apresentaram desempenho bem abaixo da média, registrando respectivamente 50,10% e (-10,33%).

Tabela 6 – Participação das Exportações Brasileiras - por Mercados de Destino - 1989 a 2002

Mercados de Destino	Participação (%)			
	1989 - 1992	1993 - 1996	1997 - 1999	2000 - 2002
Total Mercosul	2,37	5,49	5,22	3,74
Total Nafta	19,79	14,47	12,00	12,56
Total África	5,55	6,35	5,25	5,52
Total Oceania	0,81	0,77	0,41	0,31
Total Europa	51,10	47,01	53,15	53,22
Total Ásia	20,37	25,92	23,96	24,66
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

4.3.5 Evolução das Exportações Brasileiras para o Mercosul

As exportações brasileiras destinadas aos países do Mercosul tiveram o maior crescimento de todos os mercados analisados 273,55% no período de 1989 a 2002. Embora apresente o melhor desempenho, o Mercosul responde por apenas 3,74% do total das exportações brasileiras (Tabela 6).

A Tabela 7 mostra os dados desta evolução por complexo de produto exportado. Observa-se inicialmente alta concentração das exportações em um único complexo, o complexo madeira representa 66,57% ou 2/3 do total de exportações para o Mercosul e obtem taxa de crescimento próxima à média do Mercosul (296,64%). Da mesma forma o complexo da madeira, que representa 15,02% do total das exportações para o Mercosul, obtem taxa de crescimento pouco acima da média, registrando 321,54%. Embora, o complexo laranja è o que atinge as melhores taxas de crescimento no período (2.157,58%) representa apenas 1,05% do total de exportações para este mercado. Da mesma forma, o complexo soja atinge 561,56% de crescimento, sendo o segundo melhor índice, e também representando apenas 2,03% do total de exportações para o Mercosul. O complexo café perde considerável participação, caindo de 14,28% para representar apenas 7,13% das exportações, com crescimento de apenas 86,55%.

O Gráfico 4 apresenta a evolução das exportações brasileiras ao Mercosul por complexo agroindustrial selecionado.

4.3.6 Evolução das Exportações Brasileiras para o Nafta

As exportações brasileiras destinadas aos países componentes do Nafta tiveram um crescimento bem abaixo da média das exportações brasileiras (136,64% - Tabela 6), evoluindo apenas 50,10% no período de 1989 a 2002; em consequência a participação do Nafta no total das exportações brasileiras reduziu de 19,79% no sub-período I para 12,56% no sub-período IV.

A Tabela 8 mostra-nos uma tendência à concentração das exportações: no sub-período I três (Café, Laranja e madeira) dos seis complexos estudados tinham participação próximas à casa dos 30%, e no sub-período IV o complexo madeira tornou-se o mais representativo nas exportações brasileiras para o Nafta representando 64,53% (contra 25,23% no sub-período I) ou 2/3 do total de exportações. A taxa de crescimento do complexo madeira também foi a maior dentre os complexos estudados (283,84%). Os complexos de carne e soja também cresceram a taxas próximas ao complexo madeira (253,16 e 271,94% respectivamente), entretanto, representam juntos pouco mais de 6% do total das exportações para o Nafta. Já os complexos de café e laranja que no sub-período I representavam 27,70 e 34,70% respectivamente do total de exportações para este mercado, passaram a representar juntos no sub-período IV pouco mais de 21% destas exportações; suas taxas de crescimento foram negativas da ordem de 29,12% (café) e 63,90% (laranja), significando decréscimo dos valores exportados.

Gráfico 5 apresenta a evolução das exportações brasileiras para o Nafta por complexo agroindustrial selecionado.

Tabela 7 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para o Mercosul - por Complexo Agroindustrial – 1989 a 2002

MERCOSUL		Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
Complexos		SUB-	SUB-	SUB-	SUB-	PER I	PER II	PER III	PER IV	III/I	III/II	IV/III	IV/I
		PERÍODO I 1989 - 92	PERÍODO II 1993 - 96	PERÍODO III 1997 - 99	PERÍODO IV 2000 - 02								
	Açúcar	13.351.141	66.029.654	61.781.053	48.697.062	8,39	11,21	7,63	8,20	394,56	-6,43	-21,18	264,74
	Café	22.712.928	79.192.837	88.596.281	42.371.188	14,28	13,44	10,94	7,13	248,67	11,87	-52,17	86,55
	Carnes	21.174.602	97.886.590	146.897.828	89.258.868	13,31	16,61	18,14	15,02	362,28	50,07	-39,24	321,54
	Laranja	275.909	3.581.031	6.180.527	6.231.623	0,17	0,61	0,76	1,05	1.197,91	72,59	0,83	2.158,58
	Madeira	99.734.384	331.128.657	468.826.351	395.590.176	62,70	56,19	57,90	66,57	232,01	41,58	-15,62	296,64
	Soja	1.824.979	11.459.065	37.411.050	12.073.322	1,15	1,94	4,62	2,03	527,90	226,48	-67,73	561,56
	Total Mercosul	159.073.942	589.277.832	809.693.090	594.222.239	100,00	100,00	100,00	100,00	270,44	37,40	-26,61	273,55

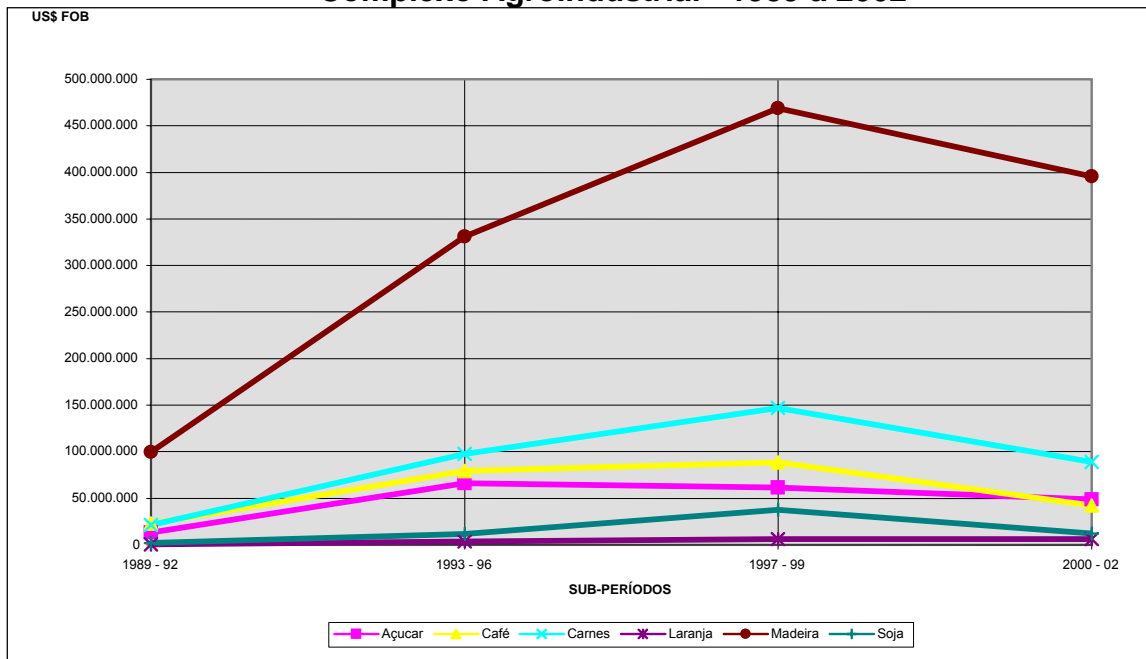
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

Tabela 8 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para o Nafta - por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002

NAFTA		Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
Complexos		SUB-	SUB-	SUB-	SUB-	PER I	PER II	PER III	PER IV	III/I	III/II	IV/III	IV/I
		PERÍODO I 1989 - 92	PERÍODO II 1993 - 96	PERÍODO III 1997 - 99	PERÍODO IV 2000 - 02								
	Açúcar	127.268.657	121.867.918	151.471.566	147.453.942	9,58	7,85	8,14	7,39	-4,24	24,29	-2,65	15,86
	Café	368.164.010	383.826.779	514.174.106	260.967.725	27,70	24,74	27,63	13,08	4,25	33,96	-49,25	-29,12
	Carnes	28.304.462	65.387.558	95.893.032	99.959.915	2,13	4,21	5,15	5,01	131,02	46,65	4,24	253,16
	Laranja	461.122.049	256.483.158	209.633.923	166.475.065	34,70	16,53	11,27	8,35	-44,38	-18,27	-20,59	-63,90
	Madeira	335.378.132	715.176.679	857.433.577	1.287.324.615	25,23	46,09	46,08	64,53	113,24	19,89	50,14	283,84
	Soja	8.791.670	8.977.578	32.004.167	32.699.521	0,66	0,58	1,72	1,64	2,11	256,49	2,17	271,94
	Total Nafta	1.329.028.981	1.551.719.669	1.860.610.371	1.994.880.782	100,00	100,00	100,00	100,00	16,76	19,91	7,22	50,10

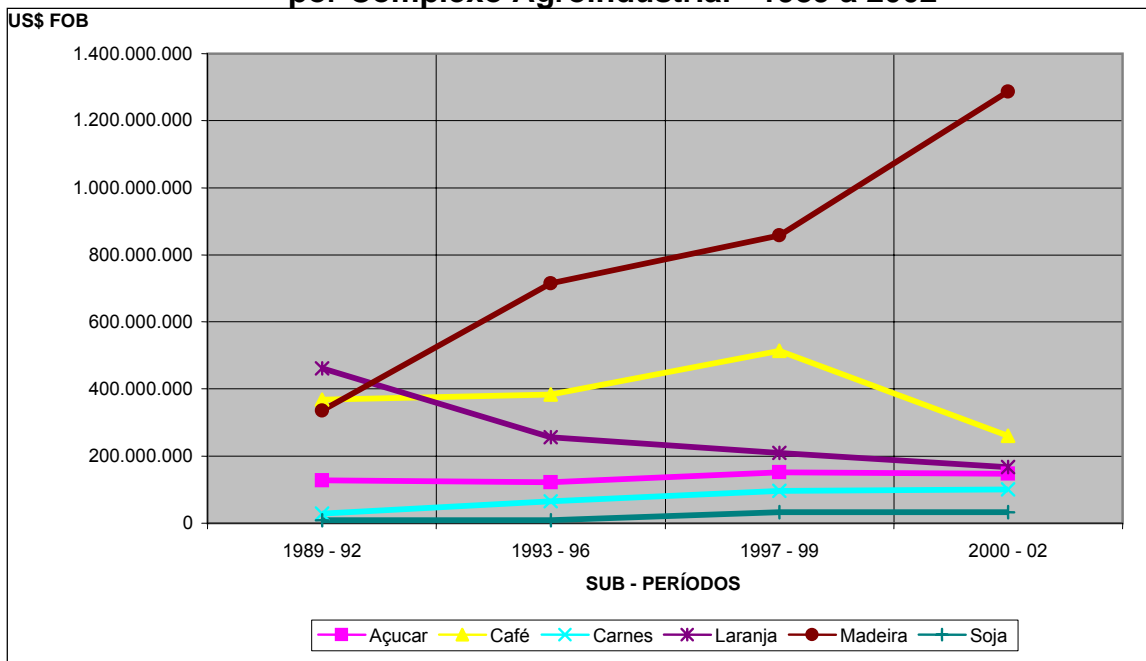
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

Gráfico 4 – Evolução das Exportações Brasileiras para o Mercosul – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

Gráfico 5 – Evolução das Exportações Brasileiras para o Nafta – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

4.3.7 Evolução das Exportações Brasileiras para a Europa

O mercado Europeu representa 53,22% do total das exportações brasileiras e a taxa de crescimento das exportações brasileiras destinadas à Europa no período 1989 a 2002 teve um crescimento de 146,45%, ficando pouco acima da média de crescimento das exportações brasileiras (Tabela 6).

A Tabela 9 apresenta os dados desta evolução por complexo de produto exportado. Observa-se também, tendência de concentração das exportações no complexo soja que representa 39,88% do total de exportações brasileiras para a Europa, obtendo a segunda melhor taxa de crescimento (380,66%), índice bem acima da média para este mercado. A maior taxa de crescimento registrada para a Europa é derivado do complexo açúcar (856,94%), aumentando sua representatividade de 1,91 para 7,42% de participação no total de exportações. O complexo carnes, que representa 15,50% do total das exportações, também obteve taxa de crescimento acima da média, registrando 233,43%. Já os complexos café, laranja e madeira atingiram taxas de crescimento menores que a média para a Europa, (16,33, 7,45 e 91,06%, respectivamente) diminuindo gradativamente a participação nos totais exportados.

O Gráfico 6 apresenta a evolução das exportações brasileiras para a Europa por complexos agroindustriais selecionados.

4.3.8 Evolução das Exportações Brasileiras para a Ásia

O mercado asiático foi o que registrou a segunda maior taxa de crescimento (186,40%), e o que auferiu o maior crescimento em pontos percentuais de participação (de 20,37% no sub-período I para 24,66% no sub-período IV).

A Tabela 10 apresenta os dados desta evolução por complexo de produto exportado. O complexo soja representa 39,35% total de exportações para a Ásia, com taxa de crescimento de 297,37%. O complexo carnes, que representa 22,98% do total das exportações para a Ásia, obteve taxa de crescimento próximo à média, registrando 171,34%. O complexo açúcar foi o que atingiu as melhores taxas de crescimento no período (529,53%), aumentando sua participação de 6,05% no sub-período I para 13,29% no sub-período IV. Já os complexos café, laranja e madeira obtiveram taxas de crescimento menores que a média (25,57, 39,72 e 101,72%, respectivamente) diminuindo gradativamente a participação nos totais exportados.

O Gráfico 7 apresenta a evolução das exportações brasileiras à Ásia por complexos agroindustriais selecionados.

Tabela 9 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para a Europa – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002

EUROPA	Complexos	Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
		SUB-PERÍODO I 1989 - 92	SUB-PERÍODO II 1993 - 96	SUB-PERÍODO III 1997 - 99	SUB-PERÍODO IV 2000 - 02	PER I	PER II	PER III	PER IV	III/I	III/II	IV/III	IV/I
	Açúcar	65.524.202	249.724.760	563.168.951	627.025.747	1,91	4,95	6,83	7,42	281,12	125,52	11,34	856,94
	Café	833.522.382	1.294.556.360	1.710.358.054	969.645.474	24,29	25,67	20,75	11,47	55,31	32,12	-43,31	16,33
	Carnes	393.017.818	548.038.190	635.105.324	1.310.442.147	11,45	10,87	7,71	15,50	39,44	15,89	106,33	233,43
	Laranja	681.181.482	840.849.777	915.372.460	731.914.598	19,85	16,68	11,11	8,66	23,44	8,86	-20,04	7,45
	Madeira	756.354.226	1.194.326.357	1.227.797.776	1.445.112.267	22,04	23,69	14,90	17,09	57,91	2,80	17,70	91,06
	Soja	701.503.810	914.973.541	3.190.082.089	3.371.840.714	20,45	18,15	38,71	39,88	30,43	248,65	5,70	380,66
	Total Europa	3.431.103.920	5.042.468.984	8.241.884.654	8.455.980.947	100,00	100,00	100,00	100,00	46,96	63,45	2,60	146,45

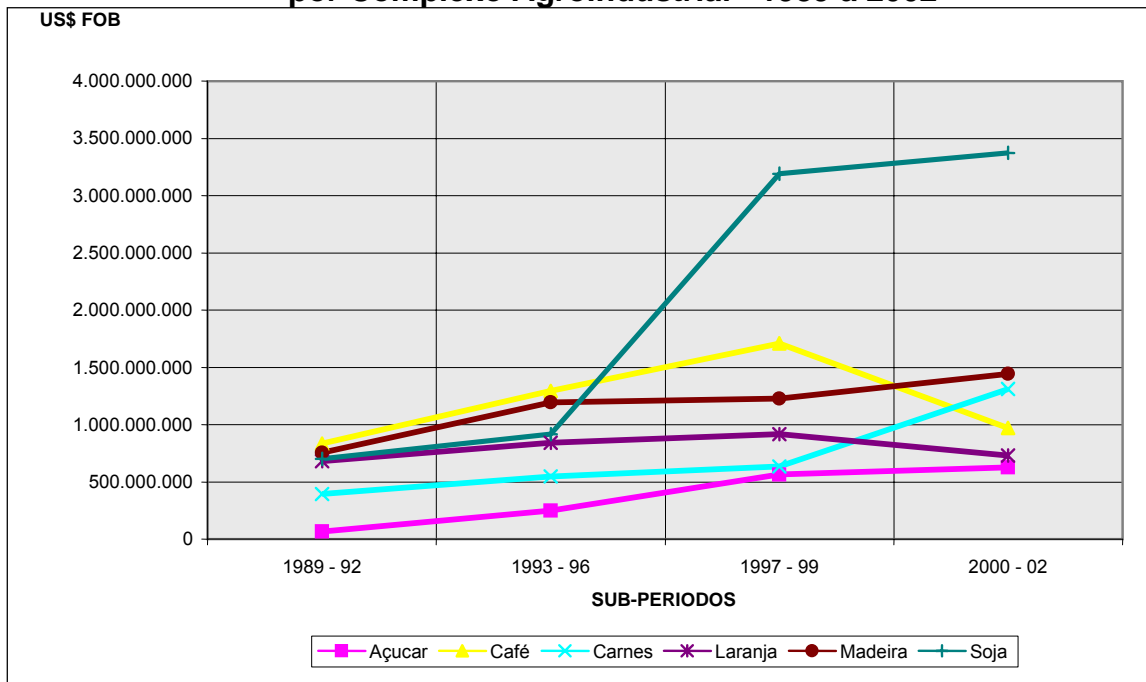
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

Tabela 10 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para a Ásia – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002

ASIA	Complexos	Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
		SUB-PERÍODO I 1989 - 92	SUB-PERÍODO II 1993 - 96	SUB-PERÍODO III 1997 - 99	SUB-PERÍODO IV 2000 - 02	PER I	PER II	PER III	PER IV	III/I	III/II	IV/III	IV/I
	Açúcar	82.700.694	435.019.368	535.353.142	520.623.251	6,05	15,65	14,41	13,29	426,02	23,06	-2,75	529,53
	Café	177.680.591	315.720.167	361.831.095	223.114.345	12,99	11,35	9,74	5,70	77,69	14,60	-38,34	25,57
	Carnes	331.728.054	600.187.330	713.269.229	900.097.840	24,25	21,59	19,20	22,98	80,93	18,84	26,19	171,34
	Laranja	80.934.840	123.716.174	108.042.086	113.082.050	5,92	4,45	2,91	2,89	52,86	-12,67	4,66	39,72
	Madeira	306.819.530	601.439.586	588.048.466	618.941.500	22,43	21,63	15,83	15,80	96,02	-2,23	5,25	101,73
	Soja	387.945.535	704.439.125	1.408.641.930	1.541.564.020	28,36	25,33	37,92	39,35	81,58	99,97	9,44	297,37
	Total Ásia	1.367.809.243	2.780.521.751	3.715.185.948	3.917.423.007	100,00	100,00	100,00	100,00	103,28	33,61	5,44	186,40

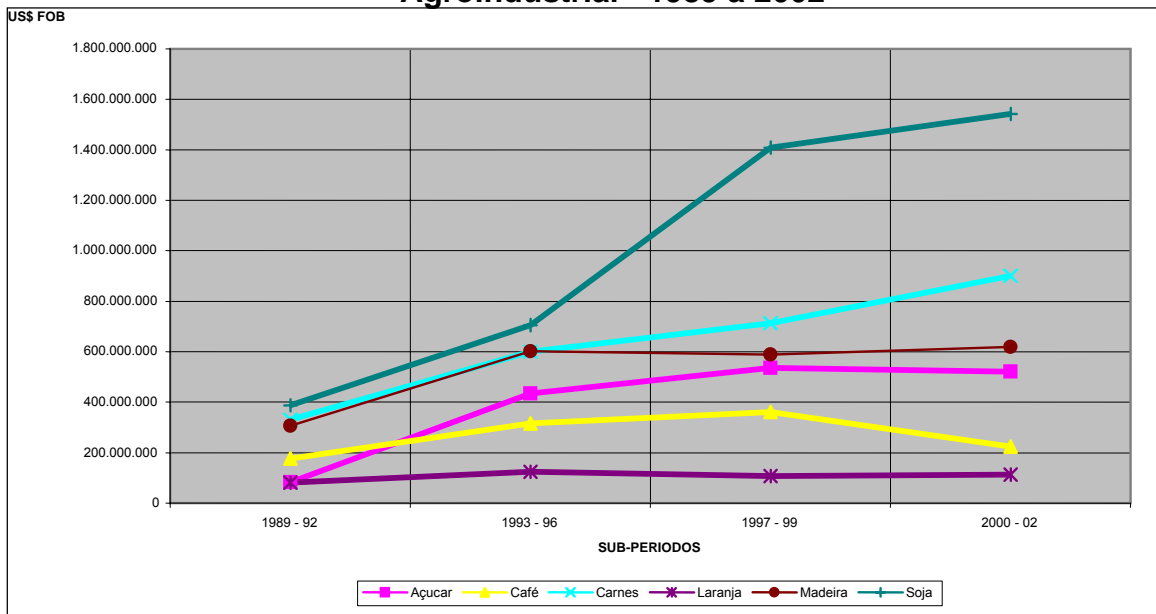
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

GRÁFICO 6 – Evolução das Exportações Brasileiras para a Europa – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

Gráfico 7 – Evolução das Exportações Brasileiras para a Ásia – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

4.3.9 Evolução das Exportações Brasileiras para a África

As exportações brasileiras destinadas à África mantiveram-se com participação de 5,50% do total exportado pelo Brasil, apresentando, portanto, taxa de crescimento de 135,50% ao longo do período de 1989 a 2002.

A Tabela 11 apresenta os dados desta evolução por complexo de produto exportado. Observamos, a manutenção de concentração das exportações no complexo açúcar que representa 65,42% ou 2/3 do total de exportações brasileiras para a África, com uma taxa de crescimento próxima da média (165,27%). Os complexos de carnes, laranja e soja apresentaram taxas de crescimento bem acima da média para este mercado (467,39, 713,56 e 626,78%, respectivamente), aumentando a representatividade destes complexos de índices de participação em torno de 9% para quase 24% de participação no total de exportações. Já os complexos café e madeira apresentaram redução da taxa de crescimento em torno de 30%, ocasionando perda de participação de mais de 32% para menos de 10% do total das exportações.

4.3.10 Evolução das Exportações Brasileiras para a Oceania

O mercado da Oceania representava menos de 1% das exportações brasileiras no sub-período I (0,81%) e diminuiu meio ponto percentual em sua participação, fechando o sub-período IV com 0,31% do total das exportações brasileiras (tabela 6), sendo o único mercado com variação negativa nas taxas de crescimento das exportações (-10,33% - Tabela 12).

Na Tabela 12, onde são apresentados os dados da evolução das exportações por complexo de produto, observa-se que os produtos apresentam taxas de crescimento bem abaixo da média de crescimento das exportações brasileiras, com exceção apenas para o complexo soja que apresentou crescimento de 925,88%, e saltou de uma participação em torno de 1% para quase 12% do total exportado para este mercado.

Tabela 11 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para África - por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002

AFRICA	Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
	SUB- PERÍODO I 1989 - 92	SUB- PERÍODO II 1993 - 96	SUB- PERÍODO III 1997 - 99	SUB- PERÍODO IV 2000 - 02	PER I	PER II	PER III	PER IV	III/I	III/II	IV/III	IV/I
Açúcar	216.376.121	487.832.012	596.506.777	573.991.679	58,08	71,67	73,31	65,42	125,46	22,28	-3,77	165,27
Café	15.606.486	22.099.710	24.519.000	10.537.645	4,19	3,25	3,01	1,20	41,61	10,95	-57,02	-32,48
Carnes	17.244.878	7.586.694	26.308.186	97.844.926	4,63	1,11	3,23	11,15	-56,01	246,77	271,92	467,39
Laranja	39.152	333.149	63.393	318.521	0,01	0,05	0,01	0,04	750,92	-80,97	402,45	713,56
Madeira	106.771.244	113.760.899	98.310.459	74.635.063	28,66	16,71	12,08	8,51	6,55	-13,58	-24,08	-30,10
Soja	16.512.419	49.061.059	68.014.660	120.009.544	4,43	7,21	8,36	13,68	197,12	38,63	76,45	626,78
Total África	372.550.299	680.673.522	813.722.474	877.337.378	100,00	100,00	100,00	100,00	82,71	19,55	7,82	135,50

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

Tabela 12 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Brasileiras para a Oceania – por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002

OCANIA	Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
	SUB- PERÍODO I 1989 - 92	SUB- PERÍODO II 1993 - 96	SUB- PERÍODO III 1997 - 99	SUB- PERÍODO IV 2000 - 02	PER I	PER II	PER III	PER IV	III/I	III/II	IV/III	IV/I
Açúcar	1.652.742	2.071.111	1.854.087	1.136.164	3,02	2,51	2,88	2,32	25,31	-10,48	-38,72	-31,26
Café	8.288.197	12.654.950	17.755.867	8.625.481	15,15	15,36	27,61	17,58	52,69	40,31	-51,42	4,07
Carnes	260.729	399.961	470.905	489.677	0,48	0,49	0,73	1,00	53,40	17,74	3,99	87,81
Laranja	12.015.902	17.112.026	17.632.428	19.407.367	21,97	20,77	27,41	39,57	42,41	3,04	10,07	61,51
Madeira	31.915.682	47.062.897	25.889.849	13.534.975	58,34	57,13	40,25	27,59	47,46	-44,99	-47,72	-57,59
Soja	570.956	3.071.051	715.650	5.857.298	1,04	3,73	1,11	11,94	437,88	-76,70	718,46	925,88
Total Oceania	54.704.207	82.371.996	64.318.786	49.050.961	100,00	100,00	100,00	100,00	50,58	-21,92	-23,74	-10,33

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

4.4 EVOLUÇÃO DA PAUTA DE EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DA AGROINDÚSTRIA

Ao longo deste tópico discute-se a evolução das exportações mundiais no período de 1989 a 2002 através da apresentação e análise de dados na forma de séries estatísticas, revelando a evolução das taxas geométricas de crescimento e seus determinantes.

As relações de comércio mundiais como um todo vem passando por transformações ao longo das últimas décadas. Muitas destas transformações causadas (ou derivadas), entre outros fatores, pela queda das barreiras tarifárias às transações internacionais, a influência das inovações tecnológicas e a criação de meios de transporte mais rápidos. As conseqüências destas “revoluções silenciosas” refletem-se diretamente no aumento da competitividade entre as empresas, obrigando-as a procurarem as melhores condições em termos de custos, recursos, logística e acesso a novos mercados.

Essa mudança de estratégia favoreceu em primeiro momento os países desenvolvidos, os quais já possuíam um parque industrial sólido e competitivo, mas abriu, em segundo momento, novas oportunidades para os países em desenvolvimento e em transição para entrarem em atividades mais intensivas em tecnologia e voltadas para a exportação e se tornarem parte do sistema internacional de produção. O aumento das exportações em muitos desses países, principalmente naqueles que tiveram grandes ganhos de participação no mercado exportador mundial, está diretamente ligado à expansão dos sistemas internacionais de produção (FRISCHTAK e PESSOA, 2000).

4.4.1 Evolução da Pauta de Exportações Mundiais - por Mercados de Destino

A Tabela 13 mostra a evolução das exportações mundiais ao longo do sub-período analisado (1989 a 2002). Observa-se que as exportações mundiais obtiveram evolução positiva de 34,18%, representando um crescimento médio anual inferior a 2,5%. O crescimento foi mais significativo no Mercosul¹⁷ onde a variação atingiu mais de 80%, e o mercado que apresentou a menor evolução foi o mercado Africano com apenas 10,10%. Os demais mercados analisados registraram taxas de crescimento próximo à média mundial.

Ao compararmos a evolução das exportações entre os sub-períodos analisados verificamos que as taxas de evolução foram mais intensas do primeiro para o segundo sub-período, atingindo evolução de 25%, contudo, declinando constantemente, atingindo índice negativo na evolução do terceiro para o quarto sub-período. O Mercosul foi o único mercado que não obteve evolução negativa em nenhum dos sub-períodos analisados.

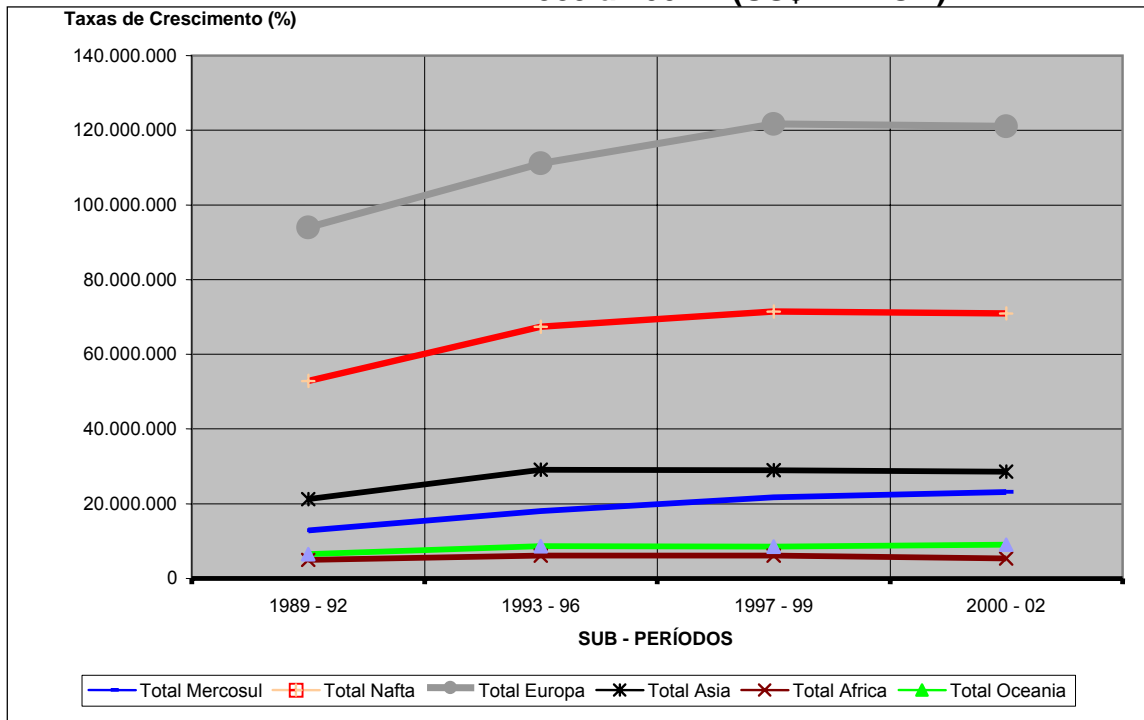
Tabela 13 – Volume (US\$) e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Mundiais – por Mercado de Destino – 1989 a 2002.

Mercado de Destino	Exportações (US\$)				Taxa Geométrica			
	Sub-período I 1989 - 1992	Sub-período II 1993 - 1996	Sub-período III 1997 - 1999	Sub-período IV 2000 - 2002	II/I	III/II	IV/III	IV/I
Total Mercosul	12.839.098	18.020.322	21.733.103	23.129.582	40,36	20,60	6,43	80,15
Total Nafta	52.924.941	67.452.264	71.446.492	70.956.954	27,45	5,92	-0,69	34,07
Total Europa	94.005.933	111.086.685	121.722.633	121.048.224	18,17	9,57	-0,55	28,77
Total Ásia	21.231.452	29.080.188	28.985.136	28.601.492	36,97	-0,33	-1,32	34,71
Total África	4.895.798	6.123.293	6.078.441	5.390.491	25,07	-0,73	-11,32	10,10
Total Oceania	6.489.980	8.703.349	8.480.980	9.025.866	34,10	-2,55	6,42	39,07
TOTAL	192.387.203	240.466.101	258.446.786	258.152.608	24,99	7,48	-0,11	34,18

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAO e MDIC/SECEX

¹⁷ Incluídas nestes valores as exportações brasileiras.

Gráfico 8 – Evolução das Exportações Mundiais – por Mercado de Destino – 1989 a 2002 – (US\$ mil FOB)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAO e MDIC/SECEX

A Tabela 14 apresenta a participação das exportações mundiais dos complexos de produtos analisados por mercado de destino. Observam-se pequenas alterações, e a tendência de manutenção das taxas de *market-share* de cada mercado estudado. As grandes alterações ficam por conta da perda de 2,0 pontos na participação do total das exportações mundiais pela Europa, representando uma perda de pouco mais de 4% de suas exportações totais; a perda de 0,5 ponto de participação no total das exportações mundiais por parte do mercado Africano, e representando uma perda de quase 20% das exportações totais do mercado africano e um ganho de mais de 2,0 pontos na participação das exportações mundiais pelo mercado Mercosul, representando um aumento de quase 35% nas exportações do Mercosul. Nos demais mercados os índices do primeiro sub-período analisado se mantiveram, indicando estagnação do crescimento.

Tabela 14 –Exportações Mundiais por Mercado de Destino - 1989 a 2002 (Participação - %)

Mercado de Destino	Participação (%)			
	1989 - 92	1993 - 96	1997 - 99	2000 - 02
Total Mercosul	6,67	7,49	8,41	8,96
Total Nafta	27,51	28,05	27,64	27,49
Total Europa	48,86	46,20	47,10	46,89
Total Ásia	11,04	12,09	11,22	11,08
Total África	2,54	2,55	2,35	2,09
Total Oceania	3,37	3,62	3,28	3,50
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAO e MDIC/SECEX

4.4.1.1 Mercado de Destino: MERCOSUL

A Tabela 15 apresenta a evolução das exportações do Mercosul, a participação e as taxas de crescimento por complexo de produtos.

As exportações do Mercosul apresentaram a maior taxa de crescimento no período de 1989 a 2002, com 80% de crescimento da pauta de exportações. Embora o mercado do Mercosul apresentou queda gradativa nas taxas de crescimento ao longo dos sub-períodos estudados, observamos que é o único mercado que não apresentou crescimento negativo em nenhum sub-período, mantendo taxas de crescimento sempre acima das médias mundiais.

Analisando os dados observa-se que dois complexos (café e laranja) apresentaram taxas de crescimento menores que a média deste mercado, acarretando perdas no percentual de participação destes produtos na pauta. A laranja foi o único complexo que apresentou taxa negativa de crescimento na análise

do primeiro para o quarto sub-período, conseqüentemente a que apresentou maior perda de *market-share*, com diminuição dos volumes exportados.

Já o complexo açúcar foi o que apresentou as maiores taxas geométricas de crescimento, aumentando quase 3,5 vezes seu volume exportado, e praticamente dobrando sua participação no total das exportações na comparação entre o primeiro e o último sub-período, passando a ser o quarto complexo em participação total das exportações, superando os complexos de café e laranja.

O Complexo soja representa sozinho quase a metade de todas as exportações do Mercosul, e obteve taxa de crescimento pouco acima da média para este mercado. Os complexos madeira e carnes, respectivamente segundo e terceiro em participação total das exportações apresentando índices de crescimento pouco acima da média, gerando pequeno ganho de participação.

4.4.1.2 Mercado de Destino: NAFTA

A Tabela 16 apresenta a evolução das exportações do Nafta, a participação e as taxas de crescimento por complexo de produtos.

As exportações do Nafta representam mais de 1/4 das exportações mundiais (Tabela 14), mantendo participação constante em relação ao total exportado mundialmente ao longo do sub-período estudado, em relação aos complexos selecionados.

Observando a Tabela 16, dois complexos de produtos chamam a atenção: o complexo carnes que aferiu taxa de crescimento de quase 150% ao

longo dos sub-períodos estudados, quase dobrando sua participação nos totais das exportações deste mercado, representando no último sub-período o segundo complexo em participação, e o complexo açúcar, que embora seja o complexo de menor participação das exportações do Nafta, recuou no mesmo sub-período em quase 50% nos totais exportados, diminuindo sua participação para 1/3 do percentual que representava no primeiro sub-período. Os demais complexos apresentaram crescimento próximo à média de variação do Nafta.

O complexo madeira é o mais representativo nas exportações do Nafta representando 75% do total das exportações, e apresentou perda de 5 pontos percentuais ao longo do período estudado. O complexo soja manteve-se com participação em torno de 10% do total das exportações, e os demais complexos (açúcar, café e laranja) representam juntos menos de 2,5% do total das exportações.

A análise da evolução das exportações do Nafta em relação às exportações mundiais, revela que no segundo sub-período as exportações deste mercado apresentaram evolução pouco acima da média mundial, enquanto que a evolução em relação ao terceiro e quartos sub-períodos apresentaram índices menores que os verificados na evolução mundial, apresentando retração nas exportações no quarto sub-período em quase 1% no total de suas exportações.

Tabela 15 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações do Mercosul - por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002

MERCOSUL	Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
	SUB- PERÍODO I 1989 - 1992	SUB- PERÍODO II 1993 - 1996	SUB- PERÍODO III 1997 - 1999	SUB- PERÍODO IV 2000 - 2002	PER I	PER II	PER III	PER IV	II/I	III/II	IV/III	IV/I
Açúcar	549.088	1.370.107	1.932.442	1.915.296	4,28	7,60	8,89	8,28	149,52	41,04	-0,89	248,81
Café	1.285.719	1.746.907	2.439.485	1.325.988	10,01	9,69	11,22	5,73	35,87	39,65	-45,64	3,13
Carnes	1.944.858	2.564.148	2.869.324	3.553.103	15,15	14,23	13,20	15,36	31,84	11,90	23,83	82,69
Laranja	1.177.952	1.166.863	1.262.503	1.037.237	9,17	6,48	5,81	4,48	-0,94	8,20	-17,84	-11,95
Madeira	2.734.072	4.369.150	4.429.974	5.158.802	21,29	24,25	20,38	22,30	59,80	1,39	16,45	88,69
Soja	5.147.409	6.803.147	8.799.374	10.139.156	40,09	37,75	40,49	43,84	32,17	29,34	15,23	96,98
Total Mercosul	12.839.098	18.020.322	21.733.103	23.129.582	100,00	100,00	100,00	100,00	40,36	20,60	6,43	80,15

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAO e MDIC/SECEX

Tabela 16 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações do Nafta - por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002

NAFTA	Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
	SUB- PERÍODO I 1989 - 1992	SUB- PERÍODO II 1993 - 1996	SUB- PERÍODO III 1997 - 1999	SUB- PERÍODO IV 2000 - 2002	PER I	PER II	PER III	PER IV	II/I	III/II	IV/III	IV/I
Açúcar	225.176	218.808	253.340	124.859	0,43	0,32	0,35	0,18	-2,83	15,78	-50,71	-44,55
Café	583.120	889.653	1.229.589	751.328	1,10	1,32	1,72	1,06	52,57	38,21	-38,90	28,85
Carnes	3.914.507	6.363.793	7.912.281	9.466.058	7,40	9,43	11,07	13,34	62,57	24,33	19,64	141,82
Laranja	539.148	674.651	742.021	708.155	1,02	1,00	1,04	1,00	25,13	9,99	-4,56	31,35
Madeira	42.157.311	52.095.899	53.273.006	52.668.266	79,65	77,23	74,56	74,23	23,58	2,26	-1,14	24,93
Soja	5.505.680	7.209.460	8.036.255	7.238.289	10,40	10,69	11,25	10,20	30,95	11,47	-9,93	31,47
Total Nafta	52.924.941	67.452.264	71.446.492	70.956.954	100,00	100,00	100,00	100,00	27,45	5,92	-0,69	34,07

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAO e MDIC/SECEX

4.4.1.3 Mercado de Destino: EUROPA

A Tabela 17 apresenta a evolução das exportações do mercado Europeu, a participação e as taxas de crescimento por complexo de produtos selecionados.

O mercado Europeu representa quase 50% das exportações mundiais (Tabela 14), contudo vem apresentando perda de *market-share* ao longo do período estudado, visto que apresentou somente a segunda pior taxa de crescimento no período (1989 a 2002), apresentando melhor crescimento somente das exportações do mercado africano.

Essa retração é mais representativa quando se analisa a evolução dos complexos açúcar e carnes. O complexo açúcar apresentou evolução negativa de quase 10%, apresentando perda de participação em torno de 1 ponto percentual em relação ao total de exportações do mercado europeu. Já o complexo carnes apresentou retração de apenas 1,1% ao longo do período de 1989 a 2002, contudo representando uma redução de seu *market-share* de quase 25% dos índices que o complexo representava no primeiro sub-período analisado. Os demais complexos apresentaram índices de crescimento acima da média de crescimento das exportações do mercado europeu.

Da mesma forma do mercado Nafta, o complexo madeira representa em torno de 75% do total das exportações do mercado europeu, porém, de forma contrária ao mercado Nafta, apresentou ganho de mais de 5 pontos percentuais ao longo do período estudado, indicando alta concentração das exportações, visto que este complexo (madeira) somado às exportações do complexo carnes representam

mais de 91% do total de exportações do mercado europeu para o período de 1989 a 2002, em relação aos complexos de produtos selecionados.

4.4.1.4 Mercado de Destino: ÁSIA

A Tabela 18 apresenta a evolução das exportações do mercado Asiático, a participação e as taxas de crescimento por complexo de produtos selecionados.

A evolução das exportações do mercado asiático apresentou crescimento ao longo do período de 1989 a 2002 bem próximo à evolução das exportações mundiais para este período, aferindo índices em torno de 35%, apresentando constância nos níveis de *market-share*, e representando em torno de 11% do total das exportações mundiais (Tabela 14).

A evolução por sub-períodos analisados revela crescimento significativo no segundo sub-período, aferindo a segunda melhor evolução, sendo inferior somente para as exportações do Mercosul (Tabela 13), porém apresentando evolução negativa nos dois sub-períodos seguintes (3º e 4º), indicando estabilização dos níveis de exportação aferidos no segundo sub-período.

Ao observar a evolução das exportações da Ásia por complexo de produtos, verifica-se acentuada concentração das exportações, visto que os dois principais complexos de produtos exportados pelo mercado asiático (carnes e madeira) representavam juntos no primeiro sub-período em torno de 83% do total das exportações, enquanto que no quarto sub-período essa participação subiu para

quase 88% do total das exportações. O complexo madeira representa sozinho 75% do total das exportações da Ásia.

Os demais complexos (açúcar, café, laranja e soja) representam juntos somente em torno de 12%, e foram também os que apresentaram as menores taxas de evolução, com atenção especial à retração das exportações dos complexos de laranja, que atingiu mais de 40% e do complexo soja, com retração superior à 12%.

Tabela 17 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações da Europa - por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002

EUROPA	Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
	SUB- PERÍODO I 1989 - 1992	SUB- PERÍODO II 1993 - 1996	SUB- PERÍODO III 1997 - 1999	SUB- PERÍODO IV 2000 - 2002	PER I	PER II	PER III	PER IV	II/I	III/II	IV/III	IV/I
Complexos												
Açúcar	3.334.187	3.985.439	3.681.440	3.041.657	3,55	3,59	3,02	2,51	19,53	-7,63	-17,38	-8,77
Café	970.793	1.585.359	1.920.703	1.572.491	1,03	1,43	1,58	1,30	63,31	21,15	-18,13	61,98
Carnes	21.706.587	24.231.544	23.510.235	21.467.802	23,09	21,81	19,31	17,73	11,63	-2,98	-8,69	-1,10
Laranja	1.289.356	1.984.088	2.202.862	2.235.986	1,37	1,79	1,81	1,85	53,88	11,03	1,50	73,42
Madeira	64.955.233	77.421.521	87.800.342	90.341.729	69,10	69,69	72,13	74,63	19,19	13,41	2,89	39,08
Soja	1.749.778	1.878.736	2.607.051	2.388.558	1,86	1,69	2,14	1,97	7,37	38,77	-8,38	36,51
Total Europa	94.005.933	111.086.685	121.722.633	121.048.224	100,00	100,00	100,00	100,00	18,17	9,57	-0,55	28,77

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAO

Tabela 18 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações da Ásia - por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002

ASIA	Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
	SUB- PERÍODO I 1989 - 1992	SUB- PERÍODO II 1993 - 1996	SUB- PERÍODO III 1997 - 1999	SUB- PERÍODO IV 2000 - 2002	PER I	PER II	PER III	PER IV	II/I	III/II	IV/III	IV/I
Complexos												
Açúcar	1.454.814	1.829.820	1.486.044	1.541.275	6,85	6,29	5,13	5,39	25,78	-18,79	3,72	5,94
Café	787.909	1.594.876	1.609.715	921.034	3,71	5,48	5,55	3,22	102,42	0,93	-42,78	16,90
Carnes	2.467.526	3.943.628	3.377.156	3.473.585	11,62	13,56	11,65	12,14	59,82	-14,36	2,86	40,77
Laranja	330.713	266.378	244.148	197.212	1,56	0,92	0,84	0,69	-19,45	-8,35	-19,22	-40,37
Madeira	15.178.759	20.364.947	21.011.721	21.580.125	71,49	70,03	72,49	75,45	34,17	3,18	2,71	42,17
Soja	1.011.731	1.080.539	1.256.352	888.261	4,77	3,72	4,33	3,11	6,80	16,27	-29,30	-12,20
Total Ásia	21.231.452	29.080.188	28.985.136	28.601.492	100,00	100,00	100,00	100,00	36,97	-0,33	-1,32	34,71

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAO

4.4.1.5 Mercado de Destino: ÁFRICA

A Tabela 19 apresenta a evolução das exportações, a participação e as taxas de crescimento das exportações da África por complexo de produtos.

As exportações Africanas são as que possuem a mais baixa participação do total das exportações mundiais e também foram as que tiveram as menores taxas de crescimento, evoluindo apenas 10% ao longo do período de 1989 a 2002, reduzindo ainda mais essa participação, ficando em torno de pouco mais de 2% do total das exportações mundiais.

Dos seis complexos de produtos analisados, as exportações africanas tiveram em cinco deles taxa de crescimentos menores que a média anual. O complexo madeira foi o único complexo que apresentou evolução acima da média de crescimento mundial, crescendo perto de 60% ao longo do período estudado. Em consequência, este complexo que já era o de maior participação no total de exportações africanas com índice em torno de 40% no primeiro sub-período, fechou o quarto sub-período com mais de 60% de participação no total de exportações da África.

Esta concentração também pode ser observada na redução da participação dos complexos Açúcar, Café e Laranja, que tiveram evolução negativa significativa ao longo do período estudado, perdendo quase 20 pontos de participação das exportações africanas. O Complexo café foi o que apresentou as maiores perdas, sofrendo retração superior a 40%.

O resultado das exportações por sub-períodos permite verificar uma perda gradativa de competitividade das exportações africanas, exemplificadas principalmente pela evolução negativa no terceiro e no quarto sub-períodos analisados, apresentando tendências de contínua retração das exportações deste mercado.

Tabela 19 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações da África - por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002

AFRICA	Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
	SUB- PERÍODO I 1989 - 1992	SUB- PERÍODO II 1993 - 1996	SUB- PERÍODO III 1997 - 1999	SUB- PERÍODO IV 2000 - 2002	PER I	PER II	PER III	PER IV	II/I	III/II	IV/III	IV/I
Complexos												
Açúcar	1.000.618	895.606	1.034.839	842.212	20,44	14,63	17,02	15,62	-10,49	15,55	-18,61	-15,83
Café	1.285.539	1.517.557	1.662.222	751.515	26,26	24,78	27,35	13,94	18,05	9,53	-54,79	-41,54
Carnes	194.731	295.237	253.931	220.771	3,98	4,82	4,18	4,10	51,61	-13,99	-13,06	13,37
Laranja	344.048	307.171	357.356	295.139	7,03	5,02	5,88	5,48	-10,72	16,34	-17,41	-14,22
Madeira	2.049.045	3.080.514	2.744.881	3.260.284	41,85	50,31	45,16	60,48	50,34	-10,90	18,78	59,11
Soja	21.818	27.209	25.213	20.570	0,45	0,44	0,41	0,38	24,71	-7,33	-18,41	-5,72
Total África	4.895.798	6.123.293	6.078.441	5.390.491	100,00	100,00	100,00	100,00	25,07	-0,73	-11,32	10,10

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAO

Tabela 20 – Volume (US\$), Participação e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações da Oceania - por Complexo Agroindustrial - 1989 a 2002

OCEANIA	Exportações (US\$)				Participação (%)				Taxa Geométrica			
	SUB- PERÍODO I 1989 - 1992	SUB- PERÍODO II 1993 - 1996	SUB- PERÍODO III 1997 - 1999	SUB- PERÍODO IV 2000 - 2002	PER I	PER II	PER III	PER IV	II/I	III/II	IV/III	IV/I
Complexos												
Açúcar	848.326	1.171.613	1.335.238	866.614	13,07	13,46	15,74	9,60	38,11	13,97	-35,10	2,16
Café	107.863	160.823	221.397	91.618	1,66	1,85	2,61	1,02	49,10	37,67	-58,62	-15,06
Carnes	3.697.381	4.114.006	4.072.275	4.811.537	56,97	47,27	48,02	53,31	11,27	-1,01	18,15	30,13
Laranja	33.654	70.077	88.337	93.938	0,52	0,81	1,04	1,04	108,23	26,06	6,34	179,13
Madeira	1.801.669	3.184.689	2.760.174	3.157.819	27,76	36,59	32,55	34,99	76,76	-13,33	14,41	75,27
Soja	1.088	2.141	3.559	4.341	0,02	0,02	0,04	0,05	96,81	66,25	21,98	299,11
Total Oceania	6.489.980	8.703.349	8.480.980	9.025.866	100,00	100,00	100,00	100,00	34,10	-2,55	6,42	39,07

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da FAO

4.4.1.6 Mercado de Destino: OCEANIA

A Tabela 20 apresenta a evolução, a participação e as taxas de crescimento das exportações da Oceania por complexo de produtos selecionados. As exportações da Oceania representam apenas 3,50% das exportações mundiais (Tabela 14), e apresentou pequeno crescimento na participação em relação ao total exportado mundialmente ao longo do período estudado.

Observando a Tabela 20 verifica-se que os dois complexos de produtos que apresentaram as maiores taxas de crescimento no período, são também os de menor participação das exportações da Oceania (laranja e soja), somando juntos em torno de 1% do total das exportações deste mercado. Outros 3 complexos (açúcar, café e carnes) apresentaram crescimento menor que a média mundial, com o complexo do café apresentando evolução negativa em torno de 15%.

O complexo carne representa sozinho mais de 50% do total das exportações da Oceania, e em conjunto com o complexo madeira, representa quase 90% do total comercializado por este mercado. O complexo madeira por sua vez apresentou crescimento de duas vezes a média de crescimento do mercado da Oceania, e aumentando sua participação em mais de 7 pontos percentuais.

Na análise por sub-períodos, observamos uma pequena evolução negativa no terceiro sub-período acompanhado de um pequeno crescimento no quarto sub-período, apresentando tendência de aumento das exportações.

4.4.2 Evolução da Pauta de Exportações Mundiais - por Complexo de Produtos

A Tabela 21 mostra a evolução das exportações mundiais por complexo de produtos selecionados ao longo do período de 1989 a 2002.

Observa-se a evolução positiva de participação no complexo soja e no complexo madeira, que representou sozinho quase 70% das exportações mundiais dos complexos selecionados. Este aumento de participação também indica aumento de concentração das exportações em alguns grupos de produtos: complexos carne, madeira e soja juntos representam mais de 90% do total das exportações mundiais.

Tabela 21 – Volume (US\$) e Taxa Geométrica de Crescimento das Exportações Mundiais – por Complexo de Produtos – 1989 a 2002

Complexos/ Grupos de Produtos	Exportações (US\$)				Participação (%)			
	Sub- período I 1989 - 1992	Sub- período II 1993 - 1996	Sub- período III 1997 - 1999	Sub- período IV 2000 - 2002	1989 - 1992	1993 - 1996	1997 - 1999	2000 - 2002
Açúcar	7.412.208	9.471.392	9.723.343	8.331.912	3,85	3,94	3,76	3,23
Café	5.020.942	7.495.176	9.083.112	5.413.973	2,61	3,12	3,51	2,10
Carnes	33.925.589	41.512.355	41.995.202	42.992.855	17,63	17,26	16,25	16,65
Laranja	3.714.871	4.469.227	4.897.228	4.567.668	1,93	1,86	1,89	1,77
Madeira	128.876.089	160.516.720	172.020.098	176.167.025	66,99	66,75	66,56	68,24
Soja	13.437.504	17.001.230	20.727.803	20.679.175	6,98	7,07	8,02	8,01
TOTAL	192.387.203	240.466.101	258.446.786	258.152.608	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do MDIC/SECEX

Em contrapartida, os demais complexos apresentaram perdas de participação (*market-share*) em relação ao total exportado. Juntos representam menos de 10% do total das exportações mundiais.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo discute os resultados da aplicação do modelo *Constant Market Share* para a análise da evolução das exportações de complexos industriais selecionados no período 1989/2002.

5.1 CONSTANT MARKET SHARE - CMS

Os resultados obtidos a partir da aplicação do modelo CMS possibilitaram a análise da decomposição e a contribuição de cada um dos efeitos: crescimento do comércio mundial, composição da pauta de exportações, destino das exportações e a competitividade nos quatro períodos considerados.

5.1.1 Mercado de Destino: Exportações Mundiais

A Tabela 22 apresenta os resultados da decomposição das exportações dos complexos agroindustriais brasileiros, em relação aos níveis de exportações mundiais para estes complexos.

A tabela mostra o indicador de taxa de crescimento das exportações, onde pode-se verificar o declínio das taxas de crescimento ao longo dos períodos estudados tanto para as exportações brasileiras, como para as exportações mundiais, que chegaram a apresentar variação negativa no último período. Outra

observação se faz necessária, quanto às taxas de crescimento das exportações brasileiras, sendo sempre superiores às taxas mundiais, refletindo em ganho de *market-share* (4,94 para 6,04).

Na análise da decomposição das fontes de crescimento das exportações brasileiras observamos que no primeiro período o principal fator que explicou o crescimento das exportações brasileiras foi o efeito competitividade, sendo responsável por quase 80% do crescimento das exportações, enquanto que o efeito crescimento do comércio mundial explicou em torno de 20%. Os efeitos composição da pauta e destino das exportações apresentaram índices praticamente nulos (2,9 e -3,1, respectivamente) indicando ausência de diversificação de produtos e mercados.

Na análise do segundo período observa-se pequena variação positiva nos efeitos composição da pauta e destino das exportações, indicando tendência de diversificação de produtos e mercados. Já o efeito crescimento do comércio mundial, apresenta retração quando comparado ao período anterior, diminuindo de intensidade, acompanhando a diminuição da taxa de crescimento do comércio mundial, conseqüentemente, o efeito competitividade impera explicando mais de 80% do crescimento das exportações neste período.

Tabela 22 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e Mundiais e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras - por Complexo Agroindustrial (%) - 1989 a 2002

EXPORTAÇÕES MUNDIAIS	Períodos			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	1989 a 92
	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	2000 a 02
Indicadores				
a) Taxas de crescimento				
Exportações mundiais	22,14	7,48	(0,86)	23,16
Exportações brasileiras	48,13	17,37	5,42	45,44
Market-Share	4,94	5,62	6,04	5,54
b) Fontes de crescimento				
Crescimento do comércio mundial	22,10	7,50	(0,90)	30,10
Composição da pauta exportações	2,90	4,90	(7,30)	0,30
Destino das exportações	(3,10)	3,80	(5,20)	(2,80)
Competitividade	78,10	83,80	113,40	72,30

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

No terceiro período os efeitos crescimento do comércio mundial, composição da pauta de exportações e destino das exportações apresentaram indicadores negativos, e atuaram de forma a reduzir a participação das exportações brasileiras no mercado mundial, indicando necessidade de ampliação do mercado e maior dinamismo na pauta de produtos a serem enviados ao mercado internacional. O efeito que possibilitou que o crescimento das exportações brasileiras fosse maior que as exportações mundiais, e conseqüentemente gerando ganhos de *market-share* foi o efeito competitividade, registrando mais representatividade em relação ao índice do período anterior.

Ao observarmos a evolução das exportações dos produtos agroindustriais ao longo dos quatro períodos analisados, observamos que o efeito competitividade foi o principal responsável, respondendo por mais de 2/3 do aumento das taxas de exportações, seguido do efeito crescimento do comércio mundial, sendo que os efeitos composição da pauta e destino das exportações tiveram efeito quase nulo, este último inclusive com variação negativa.

Desta forma, aceita-se a hipótese H0 do quadro 1, visto que o efeito competitividade foi a principal fonte de crescimento das exportações brasileiras ante ao mercado mundial.

5.1.2 Mercado de Destino: Mercosul

A Tabela 23 apresenta os resultados da decomposição das exportações dos complexos agroindustriais brasileiros para o Mercosul em relação aos níveis de exportações do Mercosul.

A taxa de crescimento das exportações brasileiras de 1989 a 2002 para o Mercosul (73,23%) foi quase duas vezes à taxa de crescimento das exportações do mercosul (42,10%) no mesmo período, resultando em aumento de *market-share* das exportações brasileiras para este mercado. No primeiro período analisado as exportações brasileiras atingiram taxa de crescimento de quase 3 vezes, apresentando constante declínio nos períodos subseqüentes, fechando o último período com evolução negativa, com retração próximo de 30%, perdendo 2 pontos percentuais de *market-share* entre o segundo e o terceiro períodos analisados.

A análise da decomposição das fontes de crescimento das exportações brasileiras mostra-nos que no primeiro período o efeito competitividade trabalhou contrário ao aumento das taxas de exportação para este mercado para os produtos em análise, enquanto que o efeito destino das exportações compensou a grande variação negativa do efeito competitividade.

No segundo período o efeito pauta de exportação apresenta índice negativo, enquanto que os outros três indicadores explicam, quase que em partes iguais, o crescimento das exportações neste período. Já no terceiro período o efeito competitividade, mesmo apresentando índice alto, não consegue sustentar crescimento na taxa de exportação brasileira, tendo uma retração em torno de 25%,

sendo explicada pelos efeitos composição da pauta e destino das exportações com índices negativos (16,7 e 47,8, respectivamente).

Tabela 23 - Taxas de crescimento das exportações Agroindustriais Brasileiras e do Mercosul e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para o Mercosul - por Complexo Agroindustrial (%) - 1989 a 2002

EXPORTAÇÕES MERCOSUL	Períodos			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	1989 a 92
	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	2000 a 02
Indicadores				
a) Taxas de crescimento				
Exportações Mercosul	21,98	29,87	9,03	42,10
Exportações brasileiras	270,45	37,40	(26,61)	73,23
Market-Share	8,83	13,07	11,10	10,19
b) Fontes de crescimento				
Crescimento do comércio Mercosul	22,00	29,90	9,00	72,70
Composição da pauta exportações	13,60	(7,00)	(16,70)	22,60
Destino das exportações	244,60	35,90	(47,80)	174,60
Competitividade	(180,10)	41,20	155,40	(169,80)

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

Ao analisarmos a evolução das exportações brasileiras para o Mercosul no período de 1989 a 2002, observamos que as mesmas apresentaram taxas de crescimento maiores que o total de exportações do Mercosul, aumentando seu *market-share* no período. Essa evolução das exportações brasileiras é explicada principalmente pelo efeito destino das exportações, em seguida pelo efeito crescimento do comércio no Mercosul e em menor escala pela composição da pauta. O efeito competitividade apresenta índice negativo e em alta escala, indicando a falta de competitividade dos complexos de produtos brasileiros selecionados no mercado do Mercosul.

Na evolução das exportações para o Mercosul, somente as variações para o quarto período são explicadas pelo efeito competitividade, desta forma, rejeita-se a hipótese H0 do quadro 1, e aceita-se a hipótese H1, em que

outros componentes explicam a variação das exportações brasileiras para o Mercosul: efeito destino das exportações e crescimento do comércio do Mercosul.

5.1.3 Mercado de Destino: Nafta

A Tabela 24 apresenta os resultados da decomposição das exportações dos complexos agroindustriais brasileiros para o Nafta em relação aos níveis de exportações do mercado Nafta.

A taxa de crescimento das exportações brasileiras para o Nafta praticamente acompanhou a taxa de crescimento das exportações do Nafta, sendo que no primeiro período as taxas de exportações do Nafta foram maiores que as brasileiras e nos dois períodos subseqüentes as taxas de crescimento brasileiras superaram as taxas de crescimento das exportações do mercado Nafta. As taxas de *market-share* praticamente mantiveram-se nos mesmos níveis, com pequena variação positiva.

Tabela 24 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e do Nafta e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para o Nafta - por Complexo Agroindustrial (%) - 1989 a 2002

EXPORTAÇÕES NAFTA	Períodos			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	1989 a 92
	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	2000 a 02
Indicadores				
a) Taxas de crescimento				
Exportações Nafta	27,45	5,92	(0,69)	25,41
Exportações brasileiras	16,76	19,91	7,22	33,38
Market-Share	2,39	2,46	2,71	2,56
b) Fontes de crescimento				
Crescimento do comércio Nafta	27,40	5,90	(0,70)	34,10
Composição da pauta exportações	3,00	8,60	(14,40)	(7,30)
Destino das exportações	(23,50)	16,60	(9,30)	12,70
Competitividade	93,00	68,90	124,40	60,50

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

O efeito competitividade é elevado em todos os períodos, explicando em torno de 2/3 da evolução das exportações para o Nafta. O efeito crescimento do comércio também ter forte correlação com a evolução das taxas de exportação brasileiras. O efeito destino das exportações em dois períodos apresentou taxas negativas, juntamente com o efeito composição da pauta que fechou os períodos de análise com índice negativo (7,3).

Embora o efeito crescimento do comércio do Nafta tenha apresentado grande influência na evolução das exportações brasileiras para este mercado, efeito competitividade foi a principal fonte de crescimento das exportações brasileiras para o mercado Nafta, aceitando-se, desta forma, a hipótese H0 do quadro 1.

5.1.4 Mercado de destino: Europa

A Tabela 25 apresenta os resultados da decomposição das exportações dos complexos agroindustriais brasileiros para a Europa em relação aos níveis de exportações do mercado Europeu.

A taxa de crescimento das exportações brasileiras para o mercado europeu foi em quase três vezes superior à taxa de crescimento das exportações da Europa (59,42 contra 22,34%) no período 1989 a 2002. Em consequência houve ganhos expressivos de *market-share* (4,13% para 6,88%).

Analisando a decomposição das fontes de crescimento é necessário fazer duas observações importantes e opostas: os níveis de competitividade dos

produtos brasileiros no mercado europeu vêm aumentando gradativamente, e sendo os principais responsáveis pela sustentação das altas taxas de crescimento das exportações brasileiras; o efeito destino das exportações também vem evoluindo de forma negativa ao longo dos períodos, evolução negativa, embora pequena, indicando falta de diversificação dos mercados atendidos. O efeito composição da pauta com índice de apenas 5,10% representa também a concentração de nossas exportações em poucos produtos. Já o efeito crescimento do comércio também impulsionou as exportações ao longo do período estudado.

Tabela 25 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e da Europa e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para a Europa - por Complexo Agroindustrial (%) - 1989 a 2002

EXPORTAÇÕES EUROPA	Períodos			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	1989 a 92
	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	2000 a 02
Indicadores				
a) Taxas de crescimento				
Exportações Europa	18,17	9,57	(0,55)	22,34
Exportações brasileiras	46,96	63,45	2,60	59,42
Market-Share	4,13	5,71	6,88	5,62
b) Fontes de crescimento				
Crescimento do comércio Europa	18,20	9,60	(0,60)	28,80
Composição da pauta exportações	15,30	7,20	(7,70)	5,10
Destino das exportações	(2,20)	(3,30)	(8,40)	(16,50)
Competitividade	68,70	86,50	116,60	82,60

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

Da mesma forma que para o mercado Nafta, o efeito crescimento do comércio da Europa apresentou grande influência na evolução das exportações brasileiras para o mercado Europeu, entretanto, o efeito competitividade foi a principal fonte de crescimento das exportações brasileiras para o mercado Europeu, aceitando-se, desta forma, a hipótese H0 do quadro 1.

5.1.5 Mercado de destino: Ásia

A Tabela 26 apresenta os resultados da decomposição das exportações dos complexos agroindustriais brasileiros para a Ásia em relação aos níveis de exportações da Ásia.

Da mesma forma que para o mercado europeu a taxa de crescimento das exportações brasileiras para a Ásia (65,08) foi quase três vezes à taxa de crescimento das exportações da Ásia (25,77%), ressaltando o desempenho das exportações brasileiras no primeiro período analisado, alcançando taxa de crescimento superior a 100%. Como consequência, houve ganhos de *market-share*, fechando o último período com ganhos de 5 pontos percentuais (8,25 para 13,25), e fechando com média próximo a 11% de *market-share*.

A análise da decomposição das fontes de crescimento das exportações brasileiras mostra-nos que no primeiro período o efeito competitividade representou em torno de 50% do aumento das taxas de exportação para este mercado para os produtos em análise, acompanhado pelo efeito crescimento do comércio, enquanto que o efeito composição da pauta apresentou correlação nula.

No segundo e terceiros períodos o efeito composição da pauta evoluiu negativamente, apresentando índices negativos crescentes, acompanhado também pelo efeito crescimento do comércio, embora com intensidade menor, produzindo efeitos contrários ao aumento das exportações brasileiras para este mercado.

Tabela 26 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e da Ásia e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para a Ásia - por Complexo Agroindustrial (%) - 1989 a 2002

EXPORTAÇÕES ASIA	Períodos			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	1989 a 92
	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	2000 a 02
Indicadores				
a) Taxas de crescimento				
Exportações Ásia	36,97	(0,33)	(1,32)	25,77
Exportações brasileiras	103,28	33,61	5,44	65,08
Market-Share	8,25	11,19	13,25	10,92
b) Fontes de crescimento				
Crescimento do comércio Ásia	37,00	(0,30)	(1,30)	34,70
Composição da pauta exportações	0,80	(1,20)	(13,00)	(22,90)
Destino das exportações	11,50	8,50	1,70	38,40
Competitividade	50,60	93,00	112,60	49,80

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

Já o efeito destino das exportações aferiu índices decrescentes ao longo do período estudado e fechando com índice próximo a 40%. Já o efeito competitividade foi novamente o responsável pela sustentação da evolução das taxas de crescimento das exportações brasileiras, apresentando contínua evolução positiva.

Embora, aceita-se a hipótese H0, de que o efeito competitividade foi imperante para a evolução das exportações brasileiras para o mercado asiático, observamos participações quase na mesma proporção para os efeitos destino das exportações e crescimento do comércio da Ásia.

5.1.6 Mercado de Destino: África

A Tabela 27 apresenta os resultados da decomposição das exportações dos complexos agroindustriais brasileiros para a África em relação aos níveis de exportações da África.

A taxa de crescimento das exportações brasileiras para o África no período de 1989 a 2002 foram maiores em 6 vezes o crescimento das exportações da África, não representando, entretanto, uma evolução nas mesmas proporções em *market-share*, onde aumentou em 50% o *market-share* apurado no primeiro período.

Tabela 27 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e da África e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para a África - por Complexo Agroindustrial (%) - 1989 a 2002

EXPORTAÇÕES ÁFRICA	Períodos			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	1989 a 92
	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	2000 a 02
Indicadores				
a) Taxas de crescimento				
Exportações África	25,07	(0,73)	(11,32)	9,18
Exportações brasileiras	82,71	19,55	7,82	57,54
Market-Share	9,56	12,25	14,74	12,20
b) Fontes de crescimento				
Crescimento do comércio África	25,10	(0,70)	(11,30)	10,10
Composição da pauta de exportações	(12,50)	9,70	(3,70)	(15,20)
Destino das exportações	(12,50)	14,20	0,00	15,60
Competitividade	99,90	76,80	114,90	89,60

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

Analisando a decomposição das fontes de crescimento destas exportações observamos a manutenção de elevados índices do efeito competitividade, e o efeito composição da pauta apresentando índices negativos, retraindo o crescimento das exportações. Já os efeitos crescimento do comércio e destino das exportações aferiram índices positivos embora baixos, e com tendência de queda.

Desta forma, aceita-se a hipótese H0 do quadro 1, visto que o efeito competitividade foi a principal fonte de crescimento das exportações brasileiras para o mercado africano.

5.1.7 Mercado de destino: Oceania

A Tabela 28 apresenta os resultados da decomposição das exportações dos complexos agroindustriais brasileiros para a Oceania em relação aos níveis de exportações da Oceania.

A Oceania é a região de menor participação nas exportações brasileiras, representando menos de 0,5% do total exportado pelo Brasil. As taxas de crescimento das exportações brasileiras para a Oceania fecharam o período 1989 a 2002 com decréscimo de quase 20%, contra um aumento das exportações da Oceania de quase 30%, com conseqüente perda de *market-share* ao longo do período estudado.

Na análise da decomposição das fontes de crescimento das exportações brasileiras o efeito competitividade embora positivo nas três análises iniciais, termina o período com índice negativo, assim como o efeito destino das exportações. A variação das exportações brasileiras para a Oceania é explicada pelo efeito composição de pauta e em segundo momento o próprio crescimento do comércio da Oceania.

Tabela 28 - Taxas de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras e da Oceania e Fontes de Crescimento das Exportações Agroindustriais Brasileiras para a Oceania - por Complexo Agroindustrial (%) - 1989 a 2002

INDICADORES	EXPORTAÇÕES OCEANIA				
	Períodos				
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	1989 a 92	1993 a 96
	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	2000 a 02	
a) Taxas de crescimento					
Exportações Oceania	34,10	(2,55)	6,42	28,10	
Exportações brasileiras	50,58	(21,92)	(28,40)	(18,79)	
Market-Share	0,90	0,85	0,63	0,76	
b) Fontes de crescimento					
Crescimento do comércio Oceania	34,10	(2,60)	6,40	39,10	
Composição da pauta de exportações	44,10	9,00	(15,70)	95,10	
Destino das exportações	(7,20)	9,20	(19,80)	(10,60)	
Competitividade	29,00	84,40	129,10	(23,60)	

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

Da mesma forma que para o mercado Mercosul, rejeita-se a hipótese H0 do quadro 1, e aceita-se a hipótese H1, em que outros componentes explicam a variação das exportações brasileiras para a Oceania: composição da pauta e crescimento do comércio da Oceania. Embora o efeito competitividade fosse imperante na evolução no terceiro e quarto período da tabela 28, não foi decisivo para explicar as variações das exportações brasileiras para a Oceania.

5.2 VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS (VCR)

A Tabela 29 apresenta a evolução dos índices de vantagens comparativas reveladas dos complexos de produtos selecionados da agroindústria brasileira em relação à agroindústria mundial no período de 1989 a 2002.

Dos seis complexos de produtos estudados da agroindústria brasileira quatro apresentaram índices de vantagens comparativas acima da unidade (1,0), significando possuir vantagens comparativas em relação aos concorrentes mundiais. Destes, porém, somente dois, açúcar e carnes, apresentaram ganhos nos índices de vantagens comparativas ao longo do período: o complexo carnes quase dobrou seu índice (0,553 para 0,969) apresentando no último período índice bem próximo à unidade, e o complexo açúcar que mais que triplicou o índice (0,934 para 3,115).

Tabela 29 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de Produto Selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria Mundial - 1989 a 2002

Complexos	Índices de VCR			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Soja	4,706	4,214	3,871	3,976
Laranja	6,699	4,545	4,070	3,379
Açúcar	0,934	2,186	2,764	3,115
Café	3,710	2,954	3,140	2,741
Carnes	0,553	0,603	0,621	0,969
Madeira	0,425	0,452	0,380	0,410

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

Os maiores índices de vantagens comparativas pertencem aos complexos de: soja (3,976), laranja (3,379), açúcar (3,115) e café (2,741).

O complexo madeira apresentou constância nos índices de vantagens comparativas, mantendo-se sempre abaixo da unidade, indicando ausência de ganhos de competitividade ao longo do período estudado, enquanto que os complexos soja, café e laranja apresentaram retração gradativa dos índices de VCR, sendo mais intensa no complexo laranja acusando variação de 6,699 (1º período) para 3,379 (4º período).

5.2.1 VCR – Mercado de Destino: Mercosul

A Tabela 30 apresenta a evolução dos índices de vantagens comparativas reveladas dos complexos de produtos selecionados da agroindústria brasileira em relação à agroindústria do mercosul, no período de 1989 a 2002.

Analisando os dados verificamos que cinco dos seis complexos de produtos estudados da agroindústria brasileira apresentaram índices de vantagens comparativas acima da unidade (1,0), significando possuir vantagens comparativas

em relação aos países concorrentes do Mercosul. Destes, somente um (madeira) apresentou redução em seu índice, e os outros cinco complexos apresentaram ganhos nos índices de vantagens comparativas ao longo do período estudado. Vale ressaltar também a diminuição do índice do complexo soja entre o terceiro e quarto períodos.

Tabela 30 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de Produto Selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria do Mercosul - 1989 a 2002

Complexos	Índices de VCR			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Café	31,810	449,057	541,194	1.158,369
Açúcar	3,950	12,238	7,940	9,332
Madeira	10,616	6,399	6,485	7,571
Laranja	0,136	0,452	0,640	1,468
Carnes	0,459	0,637	0,822	1,055
Soja	0,019	0,031	0,069	0,027

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

Destaque especial ao complexo café que apresentou crescimento contínuo, atingindo no último período índice de mais de trinta vezes o verificado no primeiro período. O complexo laranja apresentou o segundo melhor crescimento, sendo superior a 10 vezes o índice do primeiro período. Os complexos açúcar e carnes também aferiram ganhos importantes em seus índices de vantagem comparativa. Já o complexo soja, embora com pequena variação positiva de seu índice, é o único complexo que ficou abaixo da unidade, indicando falta de competitividade do complexo frente ao mercado do Mercosul.

5.2.2 VCR – Mercado de Destino: Nafta

A Tabela 31 apresenta a evolução dos índices de vantagens comparativas reveladas dos complexos de produtos selecionados da agroindústria brasileira em relação à agroindústria do Nafta, no período de 1989 a 2002.

A tabela mostra que três (madeira, carnes e soja) dos seis complexos de produtos analisados apresentam índices de vantagens comparativas reveladas menores que a unidade, indicando falta de competitividade destes produtos no mercado Nafta. Contudo, somente dois complexos (café e laranja) de produtos apresentaram diminuição do índice de vantagens comparativas, quando analisados o último período em relação ao primeiro; estes complexos apresentaram perdas contínuas e representativas.

Tabela 31 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de Produto selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria do Nafta - 1989 a 2002

Complexos	Índices de VCR			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Açúcar	22,507	24,211	22,959	42,006
Café	25,143	18,754	16,057	12,355
Laranja	34,059	16,526	10,848	8,362
Madeira	0,317	0,597	0,618	0,869
Carnes	0,288	0,447	0,465	0,376
Soja	0,064	0,054	0,153	0,161

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

O complexo açúcar se apresenta como o mais competitivo dobrando seu índice VCR e tornando-se o produto mais competitivo para este mercado. Já o complexo madeira, apresenta índices crescentes constantes, embora ficando ainda abaixo da unidade. Os complexos de carnes e soja, embora apresentando evolução

positiva de seus índices, ficaram muito abaixo da unidade, com tendência para manutenção de seus indicadores, indicando falta de competitividade frente ao mercado do Nafta.

5.2.3 VCR – Mercado de Destino: Europa

A Tabela 32 apresenta a evolução dos índices de vantagens comparativas reveladas dos complexos de produtos selecionados da agroindústria brasileira em relação à agroindústria da Europa, no período de 1989 a 2002.

Tabela 32 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de produto Selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria da Europa - 1989 a 2002

Complexos	Índices de VCR			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Soja	10,984	10,729	18,072	20,208
Café	23,524	17,989	13,151	8,827
Laranja	14,475	9,336	6,137	4,686
Açúcar	0,538	1,380	2,259	2,951
Carnes	0,496	0,498	0,399	0,874
Madeira	0,319	0,340	0,207	0,229

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

Dos seis complexos de produtos estudados da agroindústria brasileira em relação ao mercado Europeu quatro apresentaram índices de vantagens comparativas acima da unidade (1,0), significando possuir vantagens comparativas em relação aos concorrentes europeus. Destes, três (soja, açúcar e carnes) apresentaram ganhos nos índices de vantagens comparativas ao longo do período: o complexo soja dobrou seus índices, passando a ser o principal complexo em termos de vantagens comparativas no mercado europeu; o complexo carnes

quase dobrou seu índice (0,496 para 0,874) apresentando no último período índice bem próximo à unidade, e o complexo açúcar atingiu índice de quase seis vezes o aferido no primeiro período.

O complexo madeira apresenta índices bem abaixo da unidade e com evolução negativa ao longo do período estudado. Já os complexos de café e laranja, embora apresentados índices bem acima da unidade vem demonstrando declínios contínuos de seus indicadores, indicando de perda de competitividade no mercado europeu.

5.2.4 VCR – Mercado de Destino: Ásia

A Tabela 33 apresenta a evolução dos índices de vantagens comparativas reveladas dos complexos de produtos selecionados da agroindústria brasileira em relação à agroindústria da Ásia, no período de 1989 a 2002.

Tabela 33 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por complexo de produto selecionado da agroindústria brasileira em relação à agroindústria da Ásia - 1989 a 2002

Complexos	Índices de VCR			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Soja	5,952	6,818	8,748	12,671
Laranja	3,799	4,857	3,453	4,186
Açúcar	0,882	2,486	2,811	2,466
Carnes	2,087	1,592	1,648	1,892
Café	3,500	2,070	1,754	1,769
Madeira	0,314	0,309	0,218	0,209

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

Analisando os dados verificamos que cinco dos seis complexos de produtos estudados da agroindústria brasileira apresentaram índices de vantagens comparativas acima da unidade (1,0), significando possuir vantagens comparativas em relação aos países concorrentes da Ásia. Destes três (carnes, café e madeira) apresentaram redução no índice de vantagens comparativas reveladas ao longo do período estudado.

Os principais complexos de maiores vantagens comparativas para este mercado são: soja (12,671), Laranja (4,186) e açúcar (2,466). O complexo laranja apresentou constância em seus índices ao longo dos sub-períodos estudados, enquanto os complexos soja e açúcar apresentaram evolução positiva contínua.

5.2.5 VCR – Mercado de Destino: África

A Tabela 34 apresenta a evolução dos índices de vantagens comparativas reveladas dos complexos de produtos selecionados da agroindústria brasileira em relação à agroindústria da África, no período de 1989 a 2002.

Tabela 34 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de Produto selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria da África - 1989 a 2002

Complexos	Índices de VCR			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Soja	9,945	16,221	20,151	35,846
Açúcar	2,842	4,900	4,306	4,187
Carnes	1,164	0,231	0,774	2,723
Madeira	0,685	0,332	0,268	0,141
Café	0,160	0,131	0,110	0,086
Laranja	0,001	0,010	0,001	0,007

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

A tabela mostra que três (madeira, café e laranja) dos seis complexos de produtos analisados apresentam índices de vantagens comparativas reveladas menores que a unidade, indicando falta de competitividade destes produtos no mercado da África. Dois destes complexos (madeira e café) foram os únicos a apresentarem diminuição do índice de vantagens comparativas, na comparação do último período em relação ao primeiro, enquanto que o complexo laranja quase não apresenta vantagem comparativa ara este mercado, com indicador muito abaixo da unidade (0,007).

Já os três complexos de produtos que apresentaram índice superior à unidade (soja, açúcar e carnes), também apresentaram evolução positiva deste indicador, destacando-se os índices aferidos pelo complexo soja (35,846), com evolução gradativa e quase quatro vezes superior ao índice do primeiro período (9,945).

5.2.6 VCR – Mercado de Destino: Oceania

A Tabela 35 apresenta a evolução dos índices de vantagens comparativas reveladas dos complexos de produtos selecionados da agroindústria brasileira em relação à agroindústria da Oceania, no período de 1989 a 2002.


Tabela 35 – Índices de Vantagens Comparativas Reveladas por Complexo de Produto selecionado da Agroindústria Brasileira em relação à Agroindústria da Oceania - 1989 a 2002


Complexos	Índices de VCR			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Soja	62,159	151,560	26,492	264,462
Laranja	42,359	25,802	26,320	40,494
Café	9,117	8,314	10,575	12,034
Madeira	2,102	1,561	1,237	0,840
Açúcar	0,231	0,187	0,183	0,257
Carnes	0,008	0,010	0,015	0,020

Fonte: elaborado pelo autor com dados da MDIC/SECEX e FAO

A tabela mostra que três (madeira, açúcar e carnes) dos seis complexos de produtos analisados apresentam índices de vantagens comparativas reveladas menores que a unidade, indicando falta de competitividade destes produtos no mercado da Oceania. Contudo, somente dois complexos de produtos (laranja e madeira) apresentaram diminuição do índice de vantagens comparativas: o complexo laranja, embora tendo o segundo melhor indicador de VCR, observou no 2º e 3º períodos reduções bruscas deste indicador e fechando o quarto período com crescimento negativo em relação ao primeiro; já o complexo madeira que apresentava no primeiro período indicador superior à unidade, observou ao longo dos sub-períodos analisados perdas constantes de competitividade, apresentando no último período indicador inferior à unidade.

O complexo soja apresenta índices inconstantes ao longo do sub-período analisado, e fechando o indicador do quarto período 4 vezes superior o primeiro período e obtendo o melhor desempenho dentre os complexos analisados. O complexo café vem apresentando ganhos constantes de competitividade, apresentando evoluções positivas constantes de seus indicadores de vantagens comparativas, enquanto o complexo carnes apresenta resultado quase nulo, não

apresentando níveis de competitividade satisfatório em relação ao mesmo complexo da Oceania 

 próximo capítulo são apresentadas as considerações finais, conclusões, recomendações e observações do presente estudo.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da década de 1990 a economia brasileira sofreu profundas e rápidas modificações. A abertura comercial e o plano real aliado às demais reformas econômicas modificaram os parâmetros para as atividades produtivas do país, transformando o ambiente econômico, forçando os agentes a abandonarem comportamentos típicos de ambiente inflacionário, em busca de ações e atitudes relacionadas com produtividade, custo e eficiência, requisitos básicos para a sobrevivência em mercados globalmente competitivos.

O governo Collor deu início ao processo de abertura comercial em 1990 com políticas industriais e de comércio exterior alicerçadas na melhoria da concorrência e competitividade dos produtos nacionais. A desmontagem do sistema de proteção e incentivos da economia brasileira construído ao longo de décadas, através da redução dos impostos sobre os bens importados, privilegiou a entrada de produtos mais modernos e com custos menores em detrimento aos produtos nacionais. Há que ressaltar que o país não possuía, e até hoje não possui formas de controle além de barreiras tarifárias.

Com o plano real, o aumento do poder aquisitivo interno, proporcionou aumento da demanda interna, direcionando as empresas ao atendimento do mercado interno. A manutenção do câmbio valorizado foi um dos entraves para a retomada de processos de desenvolvimento das exportações. Com a desvalorização do câmbio em janeiro de 1999, o país foi conduzido a um novo processo de desenvolvimento das exportações. Essa desvalorização, há muito reivindicada por diversos setores empresariais, tornou as exportações brasileiras mais competitivas, ao mesmo tempo que onerou produtos importados.

Com o amadurecimento do processo de abertura comercial, principalmente através das negociações em torno de blocos econômicos (Alca, Europa, Ásia, entre outros), e pela ascensão das chamadas economias emergentes (China, Índia, entre outros), as empresas brasileiras passaram também a competir e sofrer competição em escala global, colocando seus produtos em qualquer parte do mundo de forma mais rápida e com menores custos.

Em conseqüência, o Estado passa a intervir menos e as empresas buscam alinhamento do ambiente empresarial brasileiro aos novos padrões tecnológicos e organizacionais prevalentes nas economias desenvolvidas através de mudanças no conceito gerencial: planejamento, diminuição de custos, modernização de parques industriais, maiores investimentos em P & D, entre outros fatores.

A agricultura evoluiu no sentido contrário. Mesmo enfrentando proteções alfandegárias ímpares a título de barreiras tarifárias, não tarifárias e vários outros mecanismos de controle e restrições à entrada de produtos agroindustriais brasileiros em mercados industrializados (EUA e Europa, principalmente). O aumento constante da produção interna de grãos proporcionou ao país excedentes cada vez maiores, gerando ao longo de toda década de 90 superávits na balança comercial agroindustrial, minimizando os déficits comerciais originados pelos demais setores da economia brasileira.

Embora as exportações brasileiras derivadas da agroindústria representem mais de 40% do total exportado pelo Brasil, sua maioria representa produtos básicos –*commodities*–, sendo substitutos perfeitos das mercadorias ofertadas pelos concorrentes, conduzindo o país a uma cultura de liderança por custos.

Segundo Porter (1986) a estratégia de liderança em custo procura atingir o menor custo possível através da utilização de políticas e processos que otimizem a estrutura existente, possibilitando atender elevadas demandas, proporcionando economias de escala e reduções de custo em virtude da experiência adquirida.

Desta forma, o estudo examinou o comportamento das exportações brasileiras de produtos originários da agroindústria no período de 1989 a 2002, sendo divididos em 4 sub-períodos: 1989-1992, 1993-1996, 1997-1999 e 2000-2002. A análise centrou-se em 6 complexos de produtos agroindustriais: açúcar, café, carnes, Laranja, madeira e soja. Estes dados foram desagregados em 6 mercados de destino, além do mercado mundial: Mercosul, Nafta, Europa, Ásia, África e Oceania.

Com base nas estatísticas de comércio brasileiro e mundial observamos um crescimento das exportações brasileiras bem superior à média mundial, sendo mais expressivas as exportações para o Mercosul, Ásia, Europa e África.

Nas análises através do modelo *Constant-Market-share* (CMS) observamos a presença intensiva do efeito competitividade como fonte de crescimento principal das exportações brasileiras, em quase todas as análises, representando melhoria da competitividade dos produtos agroindustriais brasileiros ao longo do período estudado. As condições climáticas e investimentos em pesquisa, maquinários, transporte, infra-estrutura, modernização dos portos, entre outros, são fatores que explicam os ganhos de competitividade do setor agroindustrial brasileiro.

As exceções, quanto à ausência de melhoria em competitividade, ficam por conta do Mercosul e da Oceania, que são os dois mercados de destino onde a competitividade não foi o principal fator que explicou o crescimento das exportações brasileiras para esses mercados. No Mercosul o efeito destino das exportações imperou seguido do efeito crescimento do comércio neste mercado. As crises locais (principalmente as relacionadas à Argentina), a baixa participação das exportações brasileiras de produtos agroindustriais para este mercado, aliada às condições de clima e infra-estrutura deste mercado com o Brasil serem similares, podem explicar a influência deste efeito. Já na Oceania a composição da pauta de exportações e o crescimento de seu comércio são os fatores que explicaram a evolução das exportações para este mercado. Esses efeitos podem ser explicados pela baixa participação da Oceania nas exportações Brasileiras de produtos agroindustriais.

Há que se fazer aqui algumas inferências relativas aos objetivos do estudo:

- O crescimento das exportações brasileiras apresentou evolução superior ao crescimento das exportações mundiais, aumentando e recuperando gradativamente seu *market-share*;
- A variação das importações brasileiras foram superiores às exportações, em virtude principalmente do maior volume de exportações ser originário da agroindústria, sendo representados em sua maioria por commodities, e as importações são em sua maioria produtos manufaturados com alto grau de agregação de valor;

- A balança comercial brasileira foi sustentada pela balança comercial da agroindústria, a qual não apresentou déficit ao longo do período estudado, em virtude principalmente do Brasil ser um país com grandes fronteiras agrícolas, a produção interna, tende, sempre, ser superior ao consumo interno, gerando excedentes de produção, não sendo necessárias importações de produtos agroindustriais;
- Os índices de crescimento das exportações brasileiras representaram o dobro do crescimento das exportações mundiais de produtos agroindustriais. Na análise por sub-períodos observamos a mesma superioridade em todos os sub-períodos, sendo mais significativo entre os anos de 93-96, e tendo nos complexos de açúcar e carnes os mais representativos em crescimento, obtendo ganhos consideráveis de participação na pauta de exportações brasileiras, enquanto que os complexos de café e laranja apresentaram índices bem abaixo da média de crescimento brasileira;
- Os mercados do Mercosul e Ásia apresentaram as maiores variações de crescimento, enquanto que o mercado da Oceania houve retração dos volumes exportados, e as exportações para o Nafta apresentaram índices bem abaixo da média de exportações brasileiras.
- Ao aplicarmos a análise sob a ótica do modelo *Constant-Market-share* (CMS) confirmamos a hipótese central do trabalho de que a evolução no volume de exportações do complexo agroindustrial

brasileiro é motivada principalmente através dos ganhos de competitividade que este setor da economia vem conseguindo frente seus concorrentes mundiais. Outro fator que contribuiu para que a evolução das exportações brasileiras fossem proporcionalmente maiores que a média mundial é o efeito crescimento do comércio mundial, significando que o Brasil, além de se beneficiar do crescimento geral das importações mundiais de produtos agroindustriais, ampliou consideravelmente sua competitividade relativa.

- As fontes de crescimento composição da pauta e destino das exportações se mantiveram com indicadores próximo à nulidade, indicando a falta de fortalecimento das exportações em produtos e mercados que experimentaram ao longo do período maior dinamismo (evolução), e a concentração das exportações em produtos e mercados tradicionais.
- Com a aplicação do indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) confirmamos a superioridade dos produtos agroindustriais brasileiros frente aos mercados analisados, onde as vantagens comparativas se mostraram, em quase todos os complexos de produtos e mercados analisados, superiores à unidade e, em geral apresentando aumento do indicador ao longo do período estudado.

Com o presente estudo verificamos que importantes transformações ocorreram na agricultura brasileira, e outras tantas podem e precisam ser feitas. Os

efeitos pauta e destino das exportações não apresentam praticamente efeitos sobre os níveis de exportação, indicando falta de planejamento das exportações brasileiras, sendo exportado o que é produzido internamente e para os mercados onde já é de costume exportar: há a necessidade de intensificar ações de estudos e análises visando melhor orientação do que exportar e para onde exportar, diversificar a pauta de exportações, incorporando mercadorias cujo consumo seja crescente, e procurar mercados dinâmicos em expansão, que demandem crescentemente as exportações agrícolas brasileiras.

Ressalta-se ainda que o estudo é um esforço inicial a ser aprimorado. Investigações posteriores no sentido de aprofundar os fatores específicos que interferem na interação comercial entre dois países ou dois mercados podem conter informações essenciais na compreensão da dinâmica e estrutura das relações comerciais internacionais.

REFERÊNCIAS

ALEM, A.C. As novas políticas de competitividade na OCDE: lições para o Brasil e atuação do BNDES. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 87-122, dez. 1999.

ALICEWEB – MDIC Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>> Acessado em: 2003 e 2004.

ARAUJO JR, J.T. *Poder de mercado e competitividade internacional*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

BONELLI, R. *Produtividade, crescimento industrial e exportações de manufaturados no Brasil: desempenho e competitividade*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

CARVALHO, F.M.A. *O comportamento das exportações brasileiras e a dinâmica do complexo agroindustrial*. 1995. Tese (Doutorado em Economia) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.

CARVALHO, M.A.; SILVA, C.R.L. *Economia internacional*. São Paulo: Saraiva, 2000.

CASTRO, A.C. Mudança técnica e competitividade determinantes microeconômicos e condicionantes macroeconômicos. In: *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Campinas: SOBER. 28 de julho a 01 de agosto de 1991.

CONAB Companhia nacional de abastecimento. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acessado em: 2003 e 2004.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. *Métodos de pesquisa em administração*. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, C. A. N.; ARRUDA, C. A. (Orgs.). *Em busca do futuro*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COUTINHO, L. *A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança*. Campinas: Economia e Sociedade, v.1 p.69-87. 1992.

_____; FERRAZ, J.C. (Coord.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Rio de Janeiro: Papyrus, 1994.

CUADRADO-ROURA, J.R. Integração econômica e regionalismo competitivo: a experiência ibérica no contexto da União Européia. In: *Competitividade internacional e desenvolvimento das regiões*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung. Caderno Debates, n.15, 1998. p.95-126.

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acessado em: 2003 e 2004.

FAO Food and agriculture organization the united nation. Itália, 2004. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acessado em: 2003 e 2004.

_____; ZYLBERSZTAJN, D. *Competitividade e organização das cadeias agroindustriais*. Costa Rica: Relatório IICA, 1998.

FERRARO, F.; SEREIA, V. J.; CAMARA, M. R. G. O padrão das exportações e a competitividade do complexo soja paranaense. In: *II ECOPAR.*, 2, 2003. Anais. Maringá: UEM-UEL-UEPG-UNIOESTE-IPARDES, 2003, p. 640-662.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. *Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FONSECA, R.; VELLOSO, E. *Desempenho exportador da indústria brasileira e elementos para a formação de estratégia exportadora*. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria (CNI), 1998.

FRISCHTAK, C. R.; PESSOA, C. M. S. Política industrial e expansão das exportações: uma proposta de ação. Rio de Janeiro: RBCE *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 2000. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: Maio, 2004.

HABERLER, G. A teoria clássica dos custos comparativos e dos valores internacionais de Hume e Marshall. In: SAVASINI, J. A. A.; MALAN, P. S.; BAER, W. (org). *Economia Internacional*. São Paulo: Saraiva, 1979. p.3-32.

HADDAD, P. R. A experiência brasileira de planejamento regional e suas perspectivas. In: *A política regional na era da globalização*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, n. 12, 1996, p.133-148.

HAGUENAUER, L. *Competitividade: conceitos e medidas uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI. 1989.

IBGE Instituto brasileiro de geografia e estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em: Fevereiro de 2004.

JANK, M.S. *Competitividade no agribusiness brasileiro: discussão teórica e evidências no sistema carnes*. São Paulo: FEA/USP. Tese de Doutado, 1996.

JAYME JR.; F.G. comércio internacional e crescimento econômico. Rio de Janeiro: RBCE *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 2002. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: Maio de 2004.

KENEN, Peter B. *Economia internacional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KUPFER, D. Padrões de concorrência e competitividade. In: *Anais do XX Encontro Nacional de Economia*, Campos do Jordão, 1992.

LAFAY, G. H.; HERZOG, C. *Commerce international: la fin des avantages acquis*. Econômica. Paris: Econômica, p. 235-297, 1989.

LEAMER, E. E.; STERN, R. M. Quantitative international economics. In: *Allyn and Bacon*. Boston: Massachusetts, cap.7, p.171-183, 1970.

MAPA Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acessado em: 2003 e 2004.

MDIC SECEX. *Barreiras externas às exportações brasileiras para Estados Unidos, Japão e União Européia*. Brasília: CNI, 2001.

MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acessado em: 2003e 2004.

MERCOSUL. Glossário de temas comerciais. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=96>>. Acessado em: Agosto de 2004.

MIRANDA, S. H. G. *Quantificação dos efeitos das barreiras não tarifárias sobre as exportações brasileiras de carne bovina*. Piracicaba, 2001. Tese (Doutorado). Escola superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo ESALQ-USP. Piracicaba.

MOREIRA, M. M. Dêem uma (nova) chance ao comércio. Rio de Janeiro: RBCE – Revista Brasileira de Comércio Exterior, 2000. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acessado em: Maio de 2004.

MOTTA VEIGA, P. Anos 90: As transformações na indústria e as exportações brasileiras. Rio de Janeiro: RBCE Revista Brasileira de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acessado em: Maio de 2004.

MOTTA VEIGA, P.; MACHADO, J. B.; CARVALHO JR., M. C. *Estudo do universo de exportadores brasileiros*. Brasília: Relatório de pesquisa feita para o MICT, 1998

MOTTA VEIGA, P.; MARWALD, R.; CORREIA, F. *Avaliação do desempenho das exportações brasileiras para os EUA no período 1990/1998*. Brasília: Relatório de projeto contratado pelo INMETRO/MDIC, 1999.

NEGRI, F., SANTOS, H., TORRES, R. D. Competitiveness of local enterprises in the automotive chain of Paraná/Brazil: the case of the Paraná AutoTech Network. In: *Proceedings 4th International Conference on Technology Policy and Innovation*. Curitiba, CD Rom, 2000.

OLIVEIRA, M. R. V. Barreiras fitossanitárias na exportação de produtos agrícolas. (on line) Disponível em: <<http://www.embrapa.br:8080/aplic/rumos.nsf/b1bbbc852ee1057183256800005ca0ab/9514806fa9b3fc8a03256c240063f267?OpenDocument>>. Acessado em: Agosto de 2004.

POSSAS, M. Competitividade: Fatores Sistêmicos e Política Industrial: implicações para o caso brasileiro. In: CASTRO, Antônio Barros de. et Alii (Org). *Estratégias Empresariais na indústria brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

PINHEIRO, A. C.; MOREIRA, A. R. B.; HORTA, M. E. *Indicadores de competitividade das exportações: resultados setoriais para o período 1980/88*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

PORTER, M. E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

_____. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

RICHARDSON, J. D. *Constant-market share analysis of export growth*. Journal of International Economics, v. 1, n. 2, May 1971.

RUBEL, J. *Fatores Influentes na concepção de políticas de desenvolvimento econômico local, pela promoção da competitividade sistêmica*. Santa Catarina, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SALVATORE, D. *Economia internacional*. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SECEX Secretaria de comércio exterior. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acessado em: 2003 e 2004.

SEREIA, V. J. *As exportações paranaenses e a competitividade do complexo agroindustrial*. Brasília, 2001. 124f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Brasília, 2001.

SOUZA, J. P. *As estratégias competitivas da indústria brasileira de carnes: a ótica do distribuidor*. Santa Catarina, 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

STALDER, S. H. G. M. *Análise da participação do Brasil no mercado internacional de açúcar*. Piracicaba, 1997. Dissertação (Mestrado em economia) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1997.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M.P. Política comercial brasileira: limites e oportunidades. (publicado como um capítulo do livro In: CASTELAR, A. ; MARKWALD, R. ; PEREIRA, L.V. (Orgs.) *O desafio das exportações*, BNDES, 2002.

ALEM, A.C. As novas políticas de competitividade na OCDE: lições para o Brasil e atuação do BNDES. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 87-122, dez. 1999.

_____. A vulnerabilidade da economia brasileira: diagnóstico e setores mais atingidos. Rio de Janeiro, fevereiro, *Revista do BNDES*, v. 10, n. 20, p. 3-40, dez. 2003.

ALICEWEB - MDIC Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br>.> Acessado em: 2003 e 2004.

ANJOS, M.A.; FARAH JR., M. Economia brasileira. p.43-55. 2003. In: MENDES, J. T.G. (Org.) *Economia Empresarial da Coleção Gestão Empresarial*, Fae business School, 2003. Disponível em: <<http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/economia/4.pdf>.> Acessado em: Agosto de 2004.

ARAUJO JR, J.T. *Poder de mercado e competitividade internacional*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

BARRETO, S.B.; ARKADER, R. Novos paradigmas de competitividade: implicações para a atuação do sistema BNDES. 2002. In: MONTEIRO, F. D. C.; MODENESI, R. L. (Orgs). *BNDES um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil*, BNDES 2002.

BONELLI, R. *Produtividade, crescimento industrial e exportações de manufaturados no Brasil: desempenho e competitividade*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

_____; FONSECA, R. *Indicadores de competitividade em cadeias produtivas*. Curitiba: Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Paraná (IBQP-PR), 2001.

CARVALHO, F.M.A. *O comportamento das exportações brasileiras e a dinâmica do complexo agroindustrial*. 1995. Tese (Doutorado em Economia) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.

CARVALHO, M.A.; SILVA, C.R.L. *Economia internacional*. São Paulo: Saraiva, 2000.

CASTRO, A.C. Mudança técnica e competitividade determinantes microeconômicos e condicionantes macroeconômicos. In: *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Campinas: SOBER. 28 de julho a 01 de agosto de 1991.

CONAB Companhia nacional de abastecimento. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acessado em: 2003 e 2004.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. *Métodos de pesquisa em administração*. 7 ed. Porto Alegre : Bookman, 2003.

COSTA, C. A. N.; ARRUDA, C. A. (Orgs.). *Em busca do futuro*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COUTINHO, L. *A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança*. Campinas: Economia e Sociedade, v.1 p.69-87. 1992.

_____; FERRAZ, J.C. (Coord.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Rio de Janeiro: Papyrus, 1994.

CUADRADO-ROURA, J.R. Integração econômica e regionalismo competitivo: a experiência ibérica no contexto da União Européia. In: *Competitividade internacional e desenvolvimento das regiões*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung. Caderno Debates, n.15, 1998. p.95-126.

CRUZ, A. M. C.; PEROTA, M. L. L. R.; MENDES, M. T. R. *Elaboração de referências* (NBR 6023/2002). 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência Intertexto, 2002.

DAVID, M. B. A; NONENBERG, M. J. B. *MERCOSUL: integração regional e o comércio de produtos agrícolas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

EBW Embaixada do Brasil em Washington. *Barreiras aos produtos e serviços brasileiros no mercado norte-americano*. Washington, D.C., Oct. 2001.

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<http://www.embrapa.br>>. Acessado em: 2003 e 2004.

ERBER, F.; CASSIOLATO, J. E. *Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE*. In: Revista de Economia Política v. 17, n.2, p.66, abril / junho, 1997.

FAJNZYLBER, F. *Competitividade internacional: evolución y lecciones*. Santiago do Chile: Revista de la CEPAL, n.36, p.12-26, 1988.

FAO Food and agriculture organization the united nation. Itália, 2004. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acessado em: 2003 e 2004.

FARINA, E. M. M. Q. *Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual*. *Gestão e Produção*, v. 6, n. 3, p. 147-161, 1999.

_____; ZYLBERSZTAJN, D. *Competitividade e organização das cadeias agroindustriais*. Costa Rica: Relatório IICA, 1998.

_____- (Coord). *Competitividade no agribusiness brasileiro: introdução e conceitos*. São Paulo: PENSA/FIA/FEA/USP, 1998.

FERRARO, F.; SEREIA, V. J.; CAMARA, M. R. G. O padrão das exportações e a competitividade do complexo soja paranaense. In: *II ECOPAR.*, 2, 2003. Anais. Maringá: UEM-UEL-UEPG-UNIOESTE-IPARDES, 2003, p. 640-662.

_____ ; O comportamento e a competitividade do complexo soja nas exportações paranaenses. Juiz de Fora: XLI SOBER. 2003.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. *Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

FIESC Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. As principais barreiras: o que dificulta a entrada do produto brasileiro no exterior. Disponível em: <<http://an.uol.com.br/anagora/index.html>>. Acessado em: Agosto de 2004.

FONSECA, R. Diversificação regional das exportações brasileiras: um estudo prospectivo. junho 2002. In: CASTELAR, R.; MARKWALD, L.V. (Orgs). *O desafio das exportações. BNDES 2002*.

_____ ; VELLOSO, E. *Desempenho exportador da indústria brasileira e elementos para a formação de estratégia exportadora*. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria (CNI), 1998.

FRANÇA, J. L. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 4.ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 213p.

FRISCHTAK, C. R.; PESSOA, C. M. S. Política industrial e expansão das exportações: uma proposta de ação. Rio de Janeiro: RBCE *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 2000. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: Maio, 2004.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Indicadores de competitividade e de comércio exterior da agropecuária brasileira. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acessado em: Abril de 2004.

GIORDANO, S. R. *Competitividade regional e globalização*. São Paulo: USP, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

GONÇALVES, J.S. *Competitividade da agricultura no mercado mundial globalizado: as idéias de Porter e a realidade de iniquidades*. São Paulo: *Informações Econômicas*, v.33, n.7, Jul. 2003.

GONÇALVES, R. *A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____ ; Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. *Revista de economia contemporânea*, v.5, 2001.

GUALDA, L. P.; BASTOS, L. A; RIBEIRO, V. S. *Avaliação da Competitividade Industrial do Rio Grande do Sul no Mercosul*. Porto Alegre: Ensaio FEE, v.20, n.1, p.228-257, 1999.

GUIMARÃES, E.P. *Evolução das teorias de comércio internacional*. Rio de Janeiro: Estudos em Comércio Exterior Vol.I nº2. ECEX/IE/UFRJ: jan/jun, 1997.

_____. *Uma avaliação da política de exportações no Brasil*. Rio de Janeiro: Estudos em Comércio Exterior Vol.I nº3. ECEX/IE/UFRJ: jul/dez, 1997.

HABERLER, G. A teoria clássica dos custos comparativos e dos valores internacionais de Hume e Marshall. In: SAVASINI, J. A. A.; MALAN, P. S.; BAER, W. (org). *Economia Internacional*. São Paulo: Saraiva, 1979. p.3-32.

HADDAD, P. R. A experiência brasileira de planejamento regional e suas perspectivas. In: *A política regional na era da globalização*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, n. 12, 1996, p.133-148.

HAGUENAUER, L. *Competitividade: conceitos e medidas uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI. 1989.

IBGE Instituto brasileiro de geografia e estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em: Fevereiro de 2004.

IEDI Instituto de estudos para o desenvolvimento industrial. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 2003 e 2004.

JANK, M.S. *Competitividade no agribusiness brasileiro: discussão teórica e evidências no sistema carnes*. São Paulo: FEA/USP. Tese de Doutorado, 1996.

JAYME JR.; F.G. comércio internacional e crescimento econômico. Rio de Janeiro: RBCE Revista Brasileira de Comércio Exterior, 2002. Disponível em: <<http://www.funccex.com.br>>. Acesso em: Maio de 2004.

KENEN, Peter B. *Economia internacional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. *Economia internacional: teoria e política*. São Paulo: Makron Books, 1999.

KUPFER, D. Padrões de concorrência e competitividade. In: *Anais do XX Encontro Nacional de Economia*, Campos do Jordão, 1992.

_____; Competitividade da indústria brasileira: visão de conjunto e tendências de alguns setores. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. IPARDES; maio-agosto; 1994.

_____; *Uma Abordagem Neo-Schumpeteriana da Competitividade*. Porto Alegre:Ensaio FEE, n.17, 1996.

_____; FERRAZ, J. C.; HAGUENAUER, L.; MOTTA VEIGA, P.; BRITTO, J. N.; LOOTTY, M. *Padrões de especialização, comportamento dos agentes e desenvolvimento de capacidades técnico-produtivas: avaliação dos efeitos da abertura na industrialização latino-americana, o caso brasileiro*, instituto de Economia da UFRJ. Rio de fevereiro, 1998.

LAFAY, G. H.; HERZOG, C. *Commerce international: la fin des avantages acquis*. Econômica. Paris: Econômica, p. 235-297, 1989.

LEAMER, E. E.; STERN, R. M. Quantitative international economics. In: *Allyn and Bacon*. Boston: Massachusetts, cap.7, p.171-183, 1970.

LEONTIEF, W. W. *Domestic production and foreign trade: the american position reexamined*. Proceedings of the american philosophical society. 97(3): 332-349, 1953.

LIBERA, A. N. D.; VELASCO, E. B. D. Negócios internacionais. p.57-69. 2003. In: *MENDES, J. T. G. (Org.) Fae business School, 2003*. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/economia/5.pdf> >. Acessado em: Agosto de 2004.

LÓPEZ-CÓRDOVA, E.; MOREIRA, M. M. Brasil-México: integração regional e produtividade. Rio de janeiro: *RBCE Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 2001. Disponível em: <http://www.funcex.com.br>>. Acessado em: Maio de 2004.

MACEDO, M. M. Condições Sociais e Competitividade. Curitiba: *Revista Economia*, nº 24, 2000.

MAPA Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>>. Acessado em: 2003 e 2004.

MAIA, C. E. O peso das barreiras nas exportações. Disponível em: <http://an.uol.com.br/anagora/index.html>>. Acessado em: Agosto de 2004.

MAIA, J. M. *Economia internacional e comércio exterior*. São Paulo: Atlas, 1998.

MDIC SECEX. *Barreiras externas às exportações brasileiras para Estados Unidos, Japão e União Européia*. Brasília: CNI, 2001.

MDIC Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acessado em: 2001 e 2004.

MERCOSUL. Glossário de temas comerciais. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/textos/default.asp?Key=96> >. Acessado em: Agosto de 2004.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. *O processo da estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2001, 404 p.

MIRANDA, S. H. G. *Quantificação dos efeitos das barreiras não tarifárias sobre as exportações brasileiras de carne bovina*. Piracicaba, 2001. Tese (Doutorado). Escola superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo ESALQ-USP. Piracicaba.

MOREIRA, M. M. Dêem uma (nova) chance ao comércio. Rio de Janeiro: RBCE – Revista Brasileira de Comércio Exterior, 2000. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acessado em: Maio de 2004.

_____ ; CORREA, P. G. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. Rio de Janeiro: *Revista de Economia Política*, 1997.

MOTTA VEIGA, P. Anos 90: As transformações na indústria e as exportações brasileiras. Rio de Janeiro: RBCE *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acessado em: Maio de 2004.

_____ ; IGLESIAS, R. Políticas de incentivo às exportações no Brasil entre 1964 e 2002: resenha de estudos selecionados. Dezembro 2003. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/sain/m_temasdeeconomia.htm>. Acessado em: Agosto de 2004.

_____ ; MACHADO, J. B.; CARVALHO JR., M. C. *Estudo do universo de exportadores brasileiros*. Brasília: Relatório de pesquisa feita para o MICT, 1998

_____ ; MARWALD, R.; CORREIA, F. *Avaliação do desempenho das exportações brasileiras para os EUA no período 1990/1998*. Brasília: Relatório de projeto contratado pelo INMETRO/MDIC, 1999.

NEGRI, F., SANTOS, H., TORRES, R. D. Competitiveness of local enterprises in the automotive chain of Paraná/Brazil: the case of the Paraná AutoTech Network. In: *Proceedings 4th International Conference on Technology Policy and Innovation*. Curitiba, CD Rom, 2000.

NONNENBERG, M. J. *Blocos de comércio e competitividade das exportações brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

OLIVEIRA, M. R. V. Barreiras fitossanitárias na exportação de produtos agrícolas. (on line) Disponível em: <<http://www.embrapa.br:8080/aplic/rumos.nsf/b1bbbc852ee1057183256800005ca0ab/9514806fa9b3fc8a03256c240063f267?OpenDocument>>. Acessado em: Agosto de 2004.

OLIVEIRA, V.I. *Inovação como estratégia de competitividade*. 1997, Encontro Anual da ANPAD [CD ROOM].

PASSOS, C. A. K. Sistemas locais de inovação: o caso do Paraná. In: *Globalização e Inovação Localizada: experiências de Sistemas Locais no Mercosul*. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

PICCININI, M. S., PUGA, F. P. *A balança comercial brasileira: desempenho no período 1997-2000*. Rio de Janeiro: BNDES, set. 2001.

PINHEIRO, A. C.; MOREIRA, A. R. B.; HORTA, M. E. *Indicadores de competitividade das exportações: resultados setoriais para o período 1980/88*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. *Manual de Economia*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

PORTER, M. E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

_____. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

POSSAS, M. Competitividade: Fatores Sistêmicos e Política Industrial: implicações para o caso brasileiro. In: CASTRO, Antônio Barros de. et Alii (Org). *Estratégias Empresariais na indústria brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

POSSAS, S. M.; CARVALHO, E. G. Competitividade internacional: um enfoque teórico. In: *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia, Fortaleza*: ANPEC, p.12-29, 1989.

RICHARDSON, J. D. *Constant-market share analysis of export growth*. Journal of International Economics, v. 1, n. 2, May 1971.

RUBEL, J. *Fatores Influentes na concepção de políticas de desenvolvimento econômico local, pela promoção da competitividade sistêmica*. Santa Catarina, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SALVATORE, D. *Economia internacional*. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SECEX Secretaria de comércio exterior. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acessado em: 2003 e 2004.


SEREIA, V. J. *As exportações paranaenses e a competitividade do complexo agroindustrial*. Brasília, 2001. 124f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade de Brasília, 2001.

_____; NOGUEIRA, J. M.; CAMARA, M. R. G. As exportações paranaenses e a competitividade do complexo agroindustrial. In: *Anais do XL congresso de economia e sociologia rural*. Passo Fundo: SOBER, 28 a 31 de julho de 2002. CD-ROM.

SOUZA, J. P. *As estratégias competitivas da indústria brasileira de carnes: a ótica do distribuidor*. Santa Catarina, 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

STALDER, S. H. G. M. *Análise da participação do Brasil no mercado internacional de açúcar*. Piracicaba, 1997. Dissertação (Mestrado em economia) – Escola Superior e Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 1997.

WILKINSON, J. *Competitividade do complexo agroindustrial: notas técnicas*. São Paulo: IPEA/PNUD/UFRJ/ECIB, 1993.

WILLIAMSON, J. *A economia aberta e a economia mundial: um texto de economia internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 

WOSCH, L.F.O. Dinâmica dos mercados no fluxo de comércio do Paraná com o exterior. In: *Análise Conjuntural*, v.24, jul/ago. 2002.

APÊNCIDES

**APÊNDICE 1 – SÉRIE DE DADOS DAS EXPORTAÇÕES DA AGROINDÚSTRIA BRASILEIRA POR PRODUTO EXPORTADO, PARTICIPAÇÃO (%) DE CADA
PRODUTO E PARTICIPAÇÃO ACUMULADA - 1993/2003**

GRUPO	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Participação % 93/2003	Participação Acumulada
Soja Total	3.076.931	4.137.773	3.823.558	4.462.137	5.729.994	4.761.423	3.784.357	4.197.420	5.296.581	6.008.903	8.125.367	26,52	26,52
Madeiras e seus Produtos Total	2.546.023	3.067.179	4.100.916	3.290.162	3.500.083	3.370.349	3.855.403	4.418.459	4.068.466	4.269.107	5.451.520	17,79	44,31
Carnes Total	1.310.535	1.321.146	1.287.899	1.502.168	1.556.361	1.581.048	1.890.412	1.907.388	2.873.981	3.124.881	4.091.967	13,36	57,67
Couros e Peleteria Total	2.231.866	1.972.763	1.955.774	2.198.777	2.174.094	1.909.137	1.795.239	2.170.826	2.338.883	2.341.397	2.465.442	8,05	65,71
Açucar Total	866.620	1.067.168	2.001.839	1.689.732	1.862.601	2.029.719	2.010.008	1.294.365	2.401.063	2.211.634	2.291.406	7,48	73,19
Café Total	1.306.385	2.585.383	2.462.395	2.135.135	3.127.696	2.602.720	2.460.876	1.781.901	1.415.639	1.384.500	1.544.697	5,04	78,23
Laranja Total	986.317	1.138.657	1.287.882	1.589.003	1.167.336	1.318.178	1.336.330	1.104.671	957.949	1.092.368	1.270.764	4,15	82,38
Total geral - AGROINDÚSTRIA	15.941.668	19.106.384	20.873.385	21.146.891	23.405.553	21.577.080	20.516.473	20.612.249	23.884.859	24.840.909	30.640.985	100,01	
TOTAL BRASIL - EXPORTAÇÕES	38.554.769	43.545.161	46.506.282	47.746.728	52.994.341	51.139.862	48.011.444	55.085.595	58.222.642	60.361.786	73.084.140	89,56	
Participação (%) Agroindústria	41,35	43,88	44,88	44,29	44,17	42,19	42,73	37,42	41,02	41,15	41,93	111,67	

FONTE: Elaborado Pelo Autor, com dados da CONAB

APÊNDICE 2 – PLANILHAS DE CÁLCULO DO MODELO DE VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADORAS (VCR)

Exportações mundiais da Agroindústria (US\$ 1000 - FOB)

Complexos	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Soja	13.500.117	17.141.231	20.973.055	20.865.647
Açúcar	11.324.915	11.319.873	11.575.819	9.573.122
Café	7.729.914	11.015.806	13.254.079	7.764.615
Carnes	34.211.846	41.726.887	42.174.041	43.320.362
Laranja	3.811.102	4.528.749	4.992.533	4.703.604
Madeira	133.364.121	163.355.133	174.746.238	179.194.605
Total Complexo	203.942.015	249.087.679	267.715.765	265.421.955

Exportação brasileiras da Agroindústria (US\$ 1000 - FOB)

Complexos	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Soja	2.809.849	3.874.859	4.756.327	5.168.338
Açúcar	467.949	1.327.459	1.874.310	1.857.376
Café	1.268.579	1.745.513	2.438.262	1.325.581
Carnes	836.276	1.350.135	1.534.715	2.613.756
Laranja	1.129.251	1.104.243	1.190.363	990.137
Madeira	2.508.550	3.960.097	3.889.863	4.578.833
Total Complexo	9.020.454	13.362.306	15.683.840	16.534.021

Índices de VCR

Complexos	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Soja	4,706	4,214	3,871	3,976
Laranja	6,699	4,545	4,070	3,379
Açúcar	0,934	2,186	2,764	3,115
Café	3,710	2,954	3,140	2,741
Carnes	0,553	0,603	0,621	0,969
Madeira	0,425	0,452	0,380	0,410

APÊNDICE 3 – PLANILHAS DE CÁLCULO DO MODELO CONSTANT-MARKET-SHARE (CMS)

Exportações mundiais do Agronegócio, em US\$ 1000 - FOB.

Complexos	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Soja	13.500.117	17.141.231	20.973.055	20.865.647
Açúcar	11.324.915	11.319.873	11.575.819	9.573.122
Café	7.729.914	11.015.806	13.254.079	7.764.615
Carnes	34.211.846	41.726.887	42.174.041	43.320.362
Laranja	3.811.102	4.528.749	4.992.533	4.703.604
Madeira	133.364.121	163.355.133	174.746.238	179.194.605

Total Complexo	203.942.015	249.087.679	267.715.765	265.421.955
Diferença	45.145.664	18.628.086	(2.293.810)	61.479.940
Crescimento	22,1	7,5	(0,9)	23,2

Tabela Resumo de Importações Mundiais

Importações mundiais do Agronegócio, em US\$1000 - FOB.

Complexos	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Soja	15.077.684	18.537.084	22.786.126	23.734.939
Açúcar	12.902.839	11.939.229	11.965.467	10.169.428
Café	8.946.989	12.118.573	14.025.407	8.297.965
Carnes	36.217.913	41.537.310	41.580.097	44.093.004
Laranja	4.829.334	5.068.164	5.336.285	4.986.247
Madeira	145.017.738	172.789.800	185.088.944	190.636.996

Total Complexo	222.992.497	261.990.160	280.782.326	281.918.579
Diferença	38.997.663	18.792.166	1.136.253	58.926.082
Crescimento	17,5	7,2	0,4	20,9

Exportação brasileiras do Agronegócio, em US\$ 1000 - FOB.

Complexos	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
Soja	2.809.849	3.874.859	4.756.327	5.168.338
Açúcar	467.949	1.327.459	1.874.310	1.857.376
Café	1.268.579	1.745.513	2.438.262	1.325.581
Carnes	836.276	1.350.135	1.534.715	2.613.756
Laranja	1.129.251	1.104.243	1.190.363	990.137
Madeira	2.508.550	3.960.097	3.889.863	4.578.833

Total Complexo	9.020.454	13.362.306	15.683.840	16.534.021
Diferença	4.341.852	2.321.534	850.181	7.513.567
Crescimento	48,1	17,4	5,4	45,4

1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
(ri)				(riVi)				(rVi)				(rijVij)			
0,2697	0,2235	-0,0051	0,5456	757.844	866.203	(24.358)	2.819.794	622.003	289.782	(40.753)	1.558.037	644.687	888.189	198.053	2.967.539
-0,0004	0,0226	-0,1730	-0,1547	(208)	30.014	(324.269)	(287.308)	103.588	99.274	(16.059)	559.921	(34.947)	2.917	(281.337)	(393.477)
0,4251	0,2032	-0,4142	0,0045	539.257	354.666	(1.009.859)	5.951	280.819	130.539	(20.891)	399.607	449.694	274.653	(995.693)	(96.159)
0,2197	0,0107	0,0272	0,2662	183.698	14.468	41.715	695.883	185.122	100.970	(13.150)	787.938	122.826	1.391	92.751	568.326
0,1883	0,1024	-0,0579	0,2342	212.643	113.084	(68.889)	231.875	249.977	82.581	(10.199)	298.485	55.846	58.418	(78.083)	32.171
0,2249	0,0697	0,0255	0,3436	564.124	276.146	99.021	1.573.513	555.306	296.157	(33.329)	1.380.326	480.407	281.879	116.599	1.440.396
0,2214	0,0748	-0,0086	0,3015	2.257.358	1.654.582	(1.286.639)	5.039.707	1.996.815	999.303	(134.380)	4.984.312	1.718.513	1.507.447	(947.711)	4.518.796

Obs: se as taxas forem negativas não retirar 1

1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02
(rij)			
0,2294	0,2292	0,0416	0,5742
-0,0747	0,0022	-0,1501	-0,2118
0,3545	0,1573	-0,4084	-0,0725
0,1469	0,0010	0,0604	0,2174
0,0495	0,0529	-0,0656	0,0325
0,1915	0,0712	0,0300	0,3146

	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	2000 a 02		1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	2000 a 02
b) Fonte de crescimento					Produto Total	9.020.454	13.362.306	15.683.840	16.534.021
Crescimento do comercio mundial	22,1	7,5	(0,9)	30,1	S (rVi)	1.996.815	999.303	(134.380)	4.984.312
Composição da pauta de exportações	2,9	4,9	(7,3)	0,3	S (riVi) - S (rVi)	260.544	655.278	(1.152.259)	55.395
Destino das exportações	(3,1)	3,8	(5,2)	(2,8)	SS (rijVij) - S (rVi)	(278.302)	508.144	(813.330)	(465.516)
Competitividade	78,1	83,8	113,4	72,3	SS V'ij - SS Vij - SS rijVij	7.041.398	11.199.581	17.783.809	11.959.830
					Diferença	7.301.941	11.854.859	16.631.551	12.015.225

TABELA 1 - Taxas e fontes de crescimento das exportações brasileiras do complexo agroindustrial, em %.

EXPORTAÇÕES MUNDIAIS	Períodos			
	1989 a 92	1993 a 96	1997 a 99	1989 a 92
	1993 a 96	1997 a 99	2000 a 02	2000 a 02
Indicadores				
a) Taxas de crescimento				
Exportações mundiais	22,14	7,48	(0,86)	23,16
Exportações brasileiras	48,13	17,37	5,42	45,44
Market-Share	4,94	5,62	6,04	5,54
b) Fontes de crescimento				
Crescimento do comércio mundial	22,1	7,5	(0,9)	30,1
Composição da pauta de exportações	2,9	4,9	(7,3)	0,3
Destino das exportações	(3,1)	3,8	(5,2)	(2,8)
Competitividade	78,1	83,8	113,4	72,3

Fonte: elaborado pelo autor